



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 71

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 22 de Setembro de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído durante a Sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político.**

Foram apresentados diversos votos de congratulação.

- **Voto de Congratulação – “50º Aniversário do Grupo Desportivo São Roque”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “Bodas de Ouro do Grupo Desportivo de S. Roque”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado António Pedro Costa, seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pelo não estabelecimento de um campo de treino de caças, na Região”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação pela Sra. Deputada Zuraida Soares, usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e Paulo Estevão (*PPM*).

O voto foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Congratulação “à atleta Maria João Silva”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes e aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “Maria João Silva campeã mundial em atletismo para pessoas com Síndrome de Down”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado usou da palavra para fazer a apresentação, seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo “êxito da eleição das 7 Maravilhas Naturais de Portugal”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge, usaram da palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*) e Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) apresentou uma declaração política, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*) e António Marinho (*PSD*).

No período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, proferiu uma intervenção o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), na sequência da qual usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Cláudio Almeida (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Continuação das Perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, nos termos do artigo 180.º do Regimento da ALRAA, apresentadas pela Representação Parlamentar do PPM.

Na sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estevão (*PPM*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Graça Teixeira (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Cláudia Cardoso (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Rui Ramos (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Guilherme Nunes (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

2. Projecto de Resolução N.º 22/2010 – “Celebração do Centenário da República Portuguesa, na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Mário Moniz, usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), Paula Bettencourt (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Zuraída Soares (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O diploma foi rejeitado por maioria.

3. Proposta de Resolução N.º 4/2010 – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2011”, apresentada pela Mesa da Assembleia.

O diploma foi aprovado por unanimidade.

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 14/2010 – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 17/2009/A, de 14 de Outubro, diploma que procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas”.

Tendo dado entrada na Mesa um requerimento para baixa à comissão do referido diploma, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, este foi submetido à votação, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Gomes (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Herberto Rosa (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 07 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, agradeceia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos iniciar os nossos trabalhos e vamos começar com a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Não temos qualquer correspondência para ler. Passamos aos votos.

Deu entrada ontem, mas vai ser lido hoje, e creio que foi distribuído ontem pelas diversas bancadas, um voto de congratulação do Partido Socialista relativo ao 50º Aniversário do Grupo Desportivo de São Roque.

Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50º Aniversário do Grupo Desportivo São Roque

Em 12 de Agosto de 1960, a importante colectividade desportiva, recreativa e cultural Grupo Desportivo São Roque iniciou as suas actividades, em prol do desenvolvimento cultural e desportivo dos seus associados e da juventude em geral.

A comemoração do 50º Aniversário da sua fundação é motivo de satisfação e orgulho para todos os sócios, dirigentes, técnicos e jogadores que, ao longo da sua

história, participaram com brio e dedicação nas suas actividades desportivas, culturais e sociais.

O GDSR, mais conhecido pelos “Amarelos de S. Roque”, participou ao longo do seu trajecto desportivo, em provas organizadas pelas Associações de Futebol, de Andebol, de Patinagem e do Atletismo, enaltecendo a sua freguesia, o seu concelho e a sua região.

O GDSR procurou ter sempre uma atenção especial à formação dos mais jovens. A sua escola desportiva obteve muitas vitórias e conquistas de muitos campeonatos em diversos escalões, sendo uma grande mais-valia para o desporto, para a juventude da freguesia de S. Roque e da cidade de Ponta Delgada.

No Futebol, a sua prioridade foi sempre as equipas dos escalões de formação. O GDSR possui um rico palmarés: possui inúmeros títulos de ilha e campeonatos regionais em diversos escalões, com várias participações a nível nacional, defrontando as melhores equipas nacionais em diversas temporadas, representando e projectando dignamente a Região Autónoma dos Açores.

O GDSR passou a ser a última equipa do grande jogador, Pedro Resendes “Pauleta”, o melhor jogador açoriano de todos os tempos e um dos melhores da história do Futebol de Portugal, sendo o actual detentor do título de melhor goleador da Selecção Nacional “A”. O valioso jogador, conhecido mundialmente, nasceu na freguesia de S. Roque e pretendeu jogar, pela última vez, no Domingo passado, com a camisola do GDSR aquando da comemoração das suas Bodas de Ouro, gesto que muito honrou o atleta e o Clube.

Na modalidade de andebol, o GDSR, durante as décadas de 80 e 90, a sua secção notabilizou-se com a conquista de diversos campeonatos da Ilha de S. Miguel, alcançando também o título de campeão dos Açores.

O GDSR é um clube do concelho de Ponta Delgada, com projecção nacional, sobretudo nas camadas mais jovens, e presta um contributo muito valioso para a valorização do desporto da Região Autónoma dos Açores.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove este voto de congratulação pela ocorrência dos 50

anos do Grupo Desportivo de São Roque, dando conhecimento, além do clube, às Associações de Futebol, Patinagem, Andebol e Atletismo de Ponta Delgada, reconhecendo o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto na freguesia de S. Roque, do concelho de Ponta Delgada e da Região Autónoma dos Açores. Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Setembro de 2010

Os **Deputados Regionais**, *Helder Silva, Carlos Mendonça, Ricardo Cabral*

Presidente: Não sei se há inscrições, creio que não. Assim sendo, vamos passar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o presente voto, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativo, também ao mesmo tema, “Bodas de Ouro do Grupo Desportivo de São Roque”.

Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Bodas de Ouro do Grupo Desportivo de S. Roque

O Grupo Desportivo de S. Roque, também popularmente conhecido pelos Amarelos de S. Roque, foi fundado a 12 de Agosto de 1960, perfazendo cinquenta anos de existência, graças ao papel dos seus mentores Manuel Joaquim, Fernando Ribeiro, Gilberto Costa Pereira e Dilberto Borges Cabral, que constituíram a 1ª direcção daquele clube.

Com a denominação inicial de Atlético Desportivo de S. Roque, desde a sua fundação se notabilizou pela assombrosa atitude desportiva como encarava as suas participações em todas as competições, sendo considerado uma escola de onde

saíram muitos de jogadores que, por falta de infra-estruturas, se transferiam para os clubes da cidade de Ponta Delgada.

Os Amarelos de São Roque têm participado em diversos eventos realizados na freguesia, bem como provas organizadas pela Associação de Futebol de Ponta Delgada, Federação Portuguesa de Futebol, Associação de Andebol, Associação de Patinagem e Associação de Atletismo.

O Clube de S. Roque tem-se ainda destacado no meio futebolístico com os êxitos alcançados com as suas equipas de infantis, iniciados, juvenis e juniores, vencendo taças e campeonatos de S. Miguel e Super Taças, bem como, competindo, por mérito próprio, a nível nacional com as equipas da primeira linha do país, alcançando êxitos que têm projectado o nome dos Açores fora da Região.

É manifestamente positivo o papel que o Grupo Desportivo de S. Roque tem tido na dinamização desportiva, sendo uma mais-valia para aquela freguesia do Concelho de Ponta Delgada, e que nesta época tem um reforço simbólico do internacional português, Pedro Pauleta, que veste pela primeira vez a camisola da equipa da sua freguesia.

Assim sendo, por ocasião das comemorações dos 50 anos da fundação do Clube e em reconhecimento do trabalho desenvolvido, em prol do associativismo desportivo, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa um voto de congratulação pelas bodas de ouro do Grupo Desportivo de S. Roque. Disse.

Horta, 22 de Setembro de 2010

O Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho e António Pedro Costa

Presidente: Vamos passar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um voto de congratulação do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Os Açorianos e as Açorianas tiveram a grata notícia de que o campo de treino para aviões e mísseis - para a aviação militar norte-americana - não vai ser implementado na nossa Região.

É, sem dúvida, uma excelente notícia para os Açores.

Reforçar a imagem dos Açores, como uma base para a guerra, é incompatível com a imagem que queremos divulgar, ou seja, a realidade de um arquipélago belo, em comunhão com a natureza e cujo usufruto é uma bênção, para quem nos visita e, antes de mais, para quem aqui vive. Ter duas Maravilhas de Portugal implantadas na nossa Região tem custos que todos e todas devemos estar dispostos a pagar, em nome do renome nacional e internacional que os Açores, recentemente, reforçaram. É, pois, com alegria que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores encara esta notícia, ombreando com muitas e muitos cidadãos que olhavam, com apreensão, para esta inusitada ameaça.

Este plano era, sem sombra de dúvida, prejudicial para os Açores, porquanto:

- Não traria qualquer aumento de emprego português, na Base das Lajes, como foi acentuado por entidades militares norte-americanas;
- Teria implicações ambientais notórias e desconhecidas;
- Passaria, para o exterior, a imagem de um arquipélago militarizado, com todas as implicações nefastas daí decorrentes, na projecção que queremos para a nossa Região e com profundos reflexos negativos, para a economia, nomeadamente, para o turismo;
- Impediria a concretização, a prazo, de outras valências económicas que possam tirar um real partido da nossa posição geo-estratégica, trazendo modernização e qualificação para os Açores.

Finalmente, porque os Açores não devem contribuir para a corrida armamentista que está em marcha mas, ao invés, darem o seu contributo activo para o fortalecimento da Paz no mundo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo não estabelecimento de um campo de treino de caças, na Região.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Setembro de 2010. Disse.

Os deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Zuraída Soares e Mário Moniz

Presidente: Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

***Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto de facto nada como começar o dia com um voto desta natureza, com esta linguagem, sectária e preconceituosa, bem ao jeito do Bloco de Esquerda, e particularmente da Sra. Deputada Zuraída Soares. Já nos habituamos a isso.

Sra. Deputada, em relação ao seu voto permita-me fazer apenas duas ou três passagens que justificam, de uma forma clara, o voto contra do Partido Socialista.

Sra. Deputada, a Base das Lajes não é uma base para a guerra. A Base das Lajes é uma base para a defesa, para a segurança, para a cooperação internacional e para a paz, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): E os caças? E os mísseis?

O Orador: E fique a saber, que desde a assinatura do acordo da NATO, em 1949, e que previu a adesão, como sabe, como membro fundador do nosso país, desde essa altura que Portugal e os Açores, através da Base das Lajes, e particularmente essa infra-estrutura militar deram, no essencial, ao longo de todos estes anos, sempre um grande contributo para a paz. Basta dizer isto, Sra. Deputada.

Um mês depois da assinatura desse acordo terminou o cerco de Berlim e terminou a Guerra Civil na Grécia.

Portanto, Sra. Deputada, isto fica muito claro, que a Base das Lajes não é uma base para a guerra.

Depois, há uma outra coisa aqui que é, realmente, muito curiosa.

A Sra. Deputada não é capaz de fazer, e nós temos até ao fim deste período para apurar isso, a senhora não foi capaz de vir aqui fazer um voto de congratulação pela eleição de duas paisagens naturais dos Açores como Maravilhas Naturais de Portugal.

Deputada Zuraída Soares (BE): Chegou atrasado! Não ouviu o debate. Está muito distraído!

O Orador: Não fez isso. Mas, Sra. Deputada a verdade é que a senhora faz essa referência aqui e diz que esta nova realidade dos Açores implica um preço que todos estaremos dispostos a pagar. E diz outra coisa inacreditável! A senhora diz que esta nova instalação, esta nova valência não traria mais emprego para a Terceira. Isso é mentira! Essa declaração...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não fomos nós que dissemos. Foram as autoridades Norte-Americanas.

O Orador: Foi, foi... Essa declaração não corresponde à verdade Sra. Deputada e a senhora sabe.

Depois diz outra coisa inacreditável! Diz que teria “implicações ambientais notórias e desconhecidas”, então se são desconhecidas talvez fosse melhor saber tudo antes de dizer que são notórias.

E depois diz ainda que contribui para a imagem de um “arquipélago militarizado”! Sra. Deputada, isso não é verdade! Isso não tem qualquer razão de ser e também diz que contribuiria para uma “corrida armamentista”. Sra. Deputada, chega de tanta demagogia e já agora, permita-me que lhe diga, falta aqui um ponto que a senhora (certamente se esqueceu) que deveria dizer que este cancelamento também contribui, finalmente, para ficar mais próxima a data de encerramento da Base das Lajes e o despedimento dos seus 900 trabalhadores, que é, como todos sabemos, aquilo que a senhora defende. É aquilo que o Bloco de Esquerda defende. E portanto, gostava de dizer ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso são nuvens!

O Orador: ... sobre isso que nós sabemos, Sra. Deputada, que aqui neste Parlamento a senhora não será propriamente a mais simbólica representante dos órfãos do Império Soviético, há outras forças aqui... Mas digo-lhe uma coisa, a

senhora é de um sectarismo e de um preconceito anti-americano que, de facto, parece não ter limites.

A senhora não perde uma oportunidade, o mínimo facto, para instrumentalizar e para destilar esse ódio anti-americano que a senhora tem e que vos cega. E esse é um dos problemas Sra. Deputada. Os senhores vivem na lua, vivem fechados em dogmas ideológicos e não compreendem o mundo actual.

Sra. Deputada, a Base das Lajes é uma infra-estrutura importantíssima para Portugal e para os Açores.

Deputada Zuraída Soares (BE): Vá dizer isso aos trabalhadores da Base!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PS de tudo tem feito, faz e continuará a fazer para defender essa importância dos Açores. Para que se ...

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: ...recupere o subaproveitamento que esta Base tem tido e por isso o PS não tem uma posição de princípios contra essas novas valências. Nós achamos que essas novas valências são importantes, podem gerar mais emprego, podem gerar mais desenvolvimento e podem reforçar a posição, quer da Região, quer do país, no plano internacional.

E portanto, isso é para nós muito importante e o Partido Socialista continuará a defender, mas tendo sempre em atenção, e já agora Sr. Presidente, eu termino mesmo, convido-a a ler o relatório da petição da Comissão de Política Geral em que fica claríssimo, apesar de tudo, defendendo sempre os interesses dos Açores em primeiro lugar, a segurança das populações, os aspectos ambientais, os aspectos sociais e, naturalmente também, os aspectos ligados a eventuais constrangimentos para a aviação civil.

Muito obrigado.

Deputado Mário Moniz (BE): Foi pena não se ter lembrado dos trabalhadores!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A posição do PSD sobre esta matéria é bem conhecida. Desde o início deste debate que o PSD não aplaudiu, nem condenou o que não conhecia. Foi sempre esta a

preocupação responsável do PSD no âmbito deste debate. Foi sempre a importância de que se esclarecesse o que está em causa. O PSD não conhecia e por isso exigiu por várias vezes, neste Parlamento, que o Governo Regional dissesse o que sabia sobre isto, para que assim o PSD pudesse tomar uma posição sobre o que realmente estivesse em causa.

O PSD entendia que era essencial perceber-se quais os efeitos, quais as consequências, quais os eventuais benefícios que toda esta nova valência da Base das Lajes pudesse trazer. Foi isso que o PSD, de forma responsável, sempre exigiu na defesa dos superiores interesses dos Açores.

Passado todo este tempo, não se chegou a saber, em concreto, o que é que iria, eventualmente, existir.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Muito foi dito na comunicação social, muito foi dito por grupos de interesses, muito foi dito por cidadãos legitimamente interessados e participantes na vida pública açoriana, mas, de facto e em concreto, não se chegou a saber. Por isso, o PSD não actua com base em meros preconceitos político-partidários. O PSD não é um partido preconceituoso, por isso não vai, mais uma vez, aplaudir ou condenar aquilo que de facto não conhecia. Entende o PSD que não está a favor de uma nova valência militar na Base, nem está contra uma nova valência da Base só por preconceito. O PSD precisava, de facto, de saber o que estava em causa. E não foi conhecido. Por isso, a preocupação do PSD sobre esta matéria é apenas e só a valorização da Base. O PSD o que defende é a valorização da Base.

Os trabalhadores, os seus direitos, o efeito social, o efeito económico da Base, isto é que é importante, isso é que nos ocupa e nos preocupa. Não vamos perder tempo com meras actuações ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que têm apenas um simbolismo político-partidário de marcar uma posição contra ou a favor dos Estados Unidos da América.

O PSD não perde tempo com isso. O PSD perde tempo apenas e só na defesa dos açorianos, na defesa dos superiores interesses da Base, como referi, dos seus trabalhadores, dos seus efeitos sócio-económicos. Obviamente entendemos a Base

das Lajes como sempre entendemos; que é uma Base que tem de ser vista como uma Base de paz, uma Base de segurança e de defesa, como já foi aqui referido e bem pelo meu antecessor neste debate, e com grande importância, de facto, socioeconómica para a Região. Não podemos deixar de perceber que a Base da Lajes tem uma importância decisiva em termos sociais e económicos na Região. E não podemos ter nenhuma intervenção, essa sim, que ponha em causa tudo isso. Cada vez que com discursos como aqueles que foram aqui feitos se afirma este ataque preconceituoso à Base, aí sim, é que se está em pôr em causa a importância e a valorização da Base.

Da parte do PSD não é esse o nosso caminho. O nosso caminho é como disse, e repito finalizando, apenas e só a defesa superior dos interesses açorianos e dos Açores, por isso não alinhamos com este tipo de intervenção. Com isso, e por precaução digo, não estamos a dizer que devia haver caças, que devia haver base militar...

Deputada Zuraída Soares (BE): Então estão a dizer o quê?

O Orador: Estamos a dizer que com base apenas naquilo que conhecemos, o PSD não pode alinhar em discursos meramente preconceituosos em termos partidários. Por isso mesmo o PSD vota contra.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, pela voz da Sra. Deputada Zuraída Soares, mais uma vez nos traz aqui aquilo que chamam de voto, no nosso entender isto é um fantasma, não passa de um fantasma, com suposições preconceituosas, mais uma vez anti-americanas...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Orador: ... ofendendo um aliado nosso, ofendendo os Estados Unidos América, que muito contributo deram para o desenvolvimento dos Açores. É isso que a senhora tem de registar. Mas até se percebe, que não sendo de cá e não tendo vivido nos Açores,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Lá vem o discurso do separatismo ou xenofobia!

Orador: ... - aliás, a senhora e mais as forças reaccionárias da esquerda - na altura que os Açores estavam em grande desenvolvimento e o grande contributo que a Base das Lajes deu para o desenvolvimento da Terceira e dos Açores em geral, e o grande contributo dos franceses nas Flores (a senhora não se lembra, não sabe o que é e portanto não faz nenhuma ideia), aliás porque não são de cá nem conheceram o desenvolvimento dos Açores.

Deputado Mário Moniz (BE): Está a falar para quem?

O Orador: De resto, o que a senhora quer e o seu partido e o Partido Comunista, é encerrar a Base das Lajes, é acabar com a Base das Lajes, com a demagogia populista, barata, aliás em saldo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está enganado!

O Orador:... que os senhores têm feito. Vêm para aqui dizer enormidades como “Arquipélago militarizado”, mas onde a senhora foi tirar esta ideia absolutamente estratosférica?

Deputada Zuraida Soares (BE): O que é que chama aos mísseis e aos anti-caças?

O Orador: E portanto a senhora - eu punha um bocadinho acima da Lua - a senhora está assim no ciberespaço com estas ideias que não fazem nenhum sentido e que só têm um objecto: demagogia, demagogia e populismo, a especialidade do Bloco de Esquerda.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exactamente o que o senhor está a fazer!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Partido Popular Monárquico, como tive a oportunidade de dizer por várias vezes, estávamos também preocupados em relação a esta questão da instalação do campo de treinos. Estávamos preocupados, porque considerávamos que em termos negociais o comportamento do Governo da República e do Governo Regional já deixava muito a desejar, porque anunciava novamente aquela posição, que tem sido a posição do Governo da República e do Governo Regional, que é uma predisposição para a cedência, para a menoridade do ponto de vista da política

internacional e uma predisposição para não defender e salvaguardar devidamente os interesses de Portugal e os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Aníbal Piros (PCP): A direita patriótica vai apoiar o voto!

O Orador: Nesse sentido, evidentemente, que estávamos a ficar muito preocupados com esta questão, até pela falta de informação que existia e pelas movimentações de um determinado grupo de *lobbies* que era perfeitamente visível na comunicação social regional. E portanto, nesta questão estava muito mal explicada quais seriam as vantagens para a Região e começava a ser visível também uma série de inconvenientes, nomeadamente os inconvenientes do ponto de vista ambiental.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que não percebeu!

O Orador: Agora eu não posso Sra. Deputada apoiar este voto de congratulação...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Onde é que está o seu patriotismo?

O Orador: ... porque tem um sentido, em termos da política internacional, em termos do posicionamento do Estado Português, que eu não posso apoiar. Evidentemente que apoio a aliança política e militar entre Portugal e os Estados Unidos. Foi fundamental para a manutenção do mundo livre, durante a Guerra Fria, e considero que continua a ser fundamental manter uma aliança de povos livres para a preservação da paz mundial ...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Afinal a direita patriótica não apoia este voto.

O Orador: ... e para a preservação do interesse de Portugal nesta zona do Atlântico, e portanto, nesse sentido, este voto coloca em causa o posicionamento do Estado Português e isso eu não posso apoiar.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Grande desculpa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não havendo mais intervenções, Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: É caso para dizer: palavras para quê?

Deputado José San-Bento (PS): Exactamente!

A Oradora: Era evidente que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não esperava outro tipo de posicionamento de nenhuma das bancadas deste Parlamento, o que não impede que nós continuemos a dizer aquilo em que convictamente acreditamos.

Sr. Deputado José San-Bento ter a veleidade de chamar a este voto de congratulação um exemplo de sectarismo é branquear a maior parte das intervenções do Sr. Deputado neste Plenário e esquecer o verdadeiro sentido da palavra sectarismo.

Deputado José San-Bento (PS): Não é não senhora!

A Oradora: Só para finalizar duas coisas.

Deputado José San-Bento (PS): É só isso que a senhora tem para dizer?

A Oradora: Quem não defende a Base das Lajes são os senhores, porque defender a Base das Lajes é defender os seus trabalhadores e isso é coisa que os senhores têm sido incapazes de fazer e não estão mal acompanhados, estão muito bem acompanhados pelo Governo da República.

Deputado José San-Bento (PS): Mentira!

A Oradora: E portanto, quando o Bloco de Esquerda diz que não percebe como é que esta Base, a existência desta Base defende os postos de trabalho, quando ano após ano eles se vão perdendo continuamente até chegarmos ao ponto de termos 750 numa Base que já teve quase 4 mil e os senhores dizem que isto é que é defender os postos de trabalho, o Bloco de Esquerda diz assim: começemos nesta Região a falar, a debater, a criar alternativas que na realidade tragam riqueza, desenvolvimento e dignidade para esta Região e para os trabalhadores daquela Base, que é aquilo que até hoje não tem acontecido.

Quanto às boas intenções e à forma diáfana como o Sr. Deputado José San-Bento, aliás o Sr. Deputado Paulo Estevão também, apresenta a NATO, eu convido os Srs. Deputados a lerem o documento que vai estar em discussão no próximo mês, em Novembro, em Lisboa, na Cimeira da NATO, para os Srs. Deputados depois virem aqui, a este Parlamento, dizer que é um documento que fala na paz e que só está preocupado com a paz...

Deputado José San-Bento (PS): Não disse “só preocupado com a paz”.

A Oradora: ... quando diz que todos os governos do mundo têm de investir mais dinheiro no armamento – é a isto que nós chamamos corrida ao armamento – nas armas e provavelmente em mais submarinos que são, de facto, uma arma de ataque e não de defesa de nenhum país à face da Terra.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação.

O Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Para uma intervenção.

Presidente: Não pode, Sr. Deputado, só há uma intervenção para uma única vez nos votos.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Passamos a um voto de congratulação referente à senhora Maria João Silva, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Maria João Silva tem 34 anos de idade, é natural da Freguesia da Calheta de Nesquim, Concelho das Lajes do Pico.

É portadora de deficiência genética denominada síndrome de DOWN, vulgarmente conhecida por “mongolismo”.

Frequenta, desde 2007, o Centro de Actividades Ocupacionais da Ilha do Pico, gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Madalena.

Esta Instituição celebrou um protocolo com a Direcção Regional do Desporto, no âmbito do Programa de apoio ao desenvolvimento do Desporto Adaptado.

Maria João Silva, uma das 28 actuais utentes do CAO da Madalena, frequenta a actividade regular de treino, superiormente orientado por Carla Tomás, Técnica Superior de Educação Especial e Reabilitação e actual Coordenadora daquele Centro.

Em Junho do corrente ano, Maria João integrou a Selecção Nacional da Associação Nacional de Desporto para a deficiência e participou nos primeiros campeonatos mundiais de Atletismo para pessoas com síndrome de DOWN, que decorreram no México.

A atleta venceu as provas de 400 e 1500 metros Marcha, nesta última batendo o recorde mundial. Subiu assim ao lugar mais alto do pódio por duas vezes, arrecadando duas medalhas de ouro e concretizando um feito histórico para o desporto adaptado da Região Autónoma dos Açores.

Esta vitória não é apenas da Atleta Maria João, nem tão pouco dos Açores, é, antes de mais, de toda uma população com problemas específicos, quer a nível físico quer a nível intelectual, que importa acarinhar, valorizar e estimular, para uma mais perfeita integração social.

Importa também tornar extensiva esta congratulação aos técnicos e Instituições que diariamente trabalham pelo desenvolvimento psico-motor destas pessoas portadoras de deficiência e às entidades que as apoiam sob o ponto de vista material e/ou financeiro, enaltecendo a dimensão humana e social do trabalho que a este nível realizam em prol dos mais desfavorecidos da nossa Sociedade.

Cabe igualmente aqui o nosso apreço pelo trabalho que a Santa Casa da Misericórdia da Madalena leva a cabo por via do Centro de Actividades Ocupacionais, aos Técnicos que colaboram neste Centro, em particular o excelente trabalho desempenhado pela Coordenadora Carla Tomás e ainda ao Governo

Regional dos Açores, em específico à Direcção Regional do Desporto por valorizar e apoiar este tipo de intervenção social e comunitária.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação do presente voto de congratulação à Atleta Maria João Silva pela duas medalhas de ouro conquistadas e por se ter consagrado campeã mundial na modalidade Marcha, nas provas de 400 e de 1500 metros, dando do mesmo conhecimento à própria, à sua Família, à Coordenadora do CAO da Madalena e ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Madalena.

Horta, Sala de Sessões, 22 de Setembro de 2010

Os Deputados Regionais, António Marinho, Duarte Freitas e Cláudio Lopes

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Creio não haver inscrições. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Um voto de congratulação relativo ao mesmo tema apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A picarota Maria João Silva, representando a Santa Casa da Misericórdia da Madalena, integrou a Selecção Nacional – da responsabilidade da Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual (ANDDI) – que participou nos Primeiros Campeonatos Mundiais de Atletismo para Pessoas com Síndrome de Down, que decorreram em Puerto Vallarta, no México, com a participação de representações de 15 países.

Nesta sua participação a atleta Maria João Silva venceu as provas de 400 e 1.500 metros Marcha – Trissomia 21, obtendo assim dois títulos de Campeã Mundial. Acresce que o tempo alcançado na prova de 1.500 metros constitui também recorde mundial.

Esta brilhante prestação desportiva só foi possível graças ao empenho da atleta e da sua treinadora, bem como aos apoios do Centro de Actividades Ocupacionais e do Governo Regional dos Açores através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Desporto Adaptado, da responsabilidade da Direcção Regional do Desporto, o qual abrange também o apoio à actividade regular de treino.

Estão, pois, de parabéns a atleta, a sua treinadora, a instituição que enquadra a sua actividade e todos os que a apoiaram e incentivaram nesta prática desportiva, possibilitando uma conquista inédita para o desporto adaptado açoriano.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelas prestações desportivas da atleta Maria João Silva nos Primeiros Campeonatos Mundiais de Atletismo para pessoas com Síndrome de Down, designadamente pela conquista de dois títulos de Campeã Mundial, nos 400 e 1.500 metros Marcha – Trissomia 21, e um recorde mundial nos 1.500 metros Marcha – Trissomia 21, o que constitui um feito inédito no desporto adaptado açoriano.

Esta congratulação é extensiva à treinadora e ao Centro de Actividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena que viram, assim, coroado de êxito todo o seu esforço.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à atleta, à Santa Casa da Misericórdia da Madalena e à Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual (ANDDI).

Horta, 22 de Setembro de 2010

Os Deputados Regionais Helder Silva, Hernâni Jorge, Lizuarte Machado e Berto Messias

Presidente: Vamos então votar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao voto seguinte e último de hoje, um voto de congratulação referente às Sete Maravilhas Naturais de Portugal, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

“Eu sou dos Açores \ (relativamente \ naquilo que tenho \ de basalto e flores)”.

“É que nas veias corre-me basalto negro \ E na lembrança vulcões e terramotos \ Se no falar, trago a dolência das ondas \ O olhar é a doçura das lagoas \ É que trago a ternura das hortênsias \ No coração a ardência das caldeiras”.

Este estraçalho dos poemas “Autogénese”, de Natália Correia, e

“Ilhas de Bruma”, de Manuel Medeiros Ferreira, constitui a síntese do que são os Açores e do que é ser-se açoriano. É desta simbiose – quase perfeita – do negro e do verde que, por entre as brumas, brotam no azul imenso do Atlântico as maiores maravilhas naturais de Portugal e maravilhas únicas da Humanidade, que são as ilhas dos Açores.

A declaração oficial das “7 Maravilhas Naturais de Portugal”, num grandioso e memorável espectáculo, com a assinatura da maior produtora mundial, que ocorreu no passado dia 11 de Setembro, nas Portas do Mar, em Ponta Delgada, veio confirmar isso mesmo.

Os Açores que já tinha visto 5 das suas candidaturas serem escolhidas para as 21 finalistas, venceram duas das sete categorias em concurso – aliás, o máximo que o regulamento permitia. Assim, a Paisagem Vulcânica da Ilha do Pico e a Lagoa das

Sete Cidades foram meritoriamente aclamadas entre as “7 Maravilhas Naturais de Portugal”.

A paisagem vulcânica da ilha do Pico, onde se destaca a majestosa Montanha, uma das primeiras áreas protegidas do País e da Região, classificada em 1972 como Reserva Integral, e a Lagoas das Sete Cidades, classificada como Paisagem Protegida em 1980, são dois ex-líbris dos Açores e constituem-se como elementos marcantes da paisagem açoriana.

A enorme projecção mediática das “7 Maravilhas Naturais de Portugal”, desde o seu lançamento, com muitas horas de emissões televisivas culminando na transmissão em directo da declaração oficial pelo canal 1 da RTP, RTPÁfrica e RTP-Internacional, para além das inúmeras notícias e referências em outros órgãos de comunicação social, bem como os 656.356 votos do público, dão bem nota do impacto social do evento e do acerto da decisão do Governo dos Açores em se associar a esta iniciativa e em acolher na Região a declaração oficial.

Estão, pois, de parabéns a Paisagem Vulcânica da Ilha do Pico e a Lagoa das Sete Cidades, sem esquecer as outras 3 candidaturas finalistas (o Algar do Carvão, a Furna do Enxofre e a Reserva Natural da Lagoa do Fogo) e todos aqueles que tornaram esta iniciativa possível e tiveram a visão de a transformar num momento único de divulgação e projecção dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo êxito da eleição das 7 Maravilhas Naturais de Portugal, por aquilo que este processo significou na projecção e promoção da Região em Portugal e no Mundo e na afirmação dos Açores como um espaço único de beleza e de adequada preservação da Natureza e da Biodiversidade.”

Horta, 22 de Setembro de 2010

Os Deputados Regionais, Helder Silva, Hernâni Jorge e Berto Messias

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

***Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os Açores estão de parabéns! E o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se naturalmente a esta congratulação pela felicidade que os açorianos sentem ao verem consagrados alguns dos seus espaços naturais como Maravilhas de Portugal, no caso concreto, a Lagoa das Sete Cidades e a Montanha do Pico, “a soberba montanha” no dizer de Manuel de Arriaga, “maravilha de lávida altura” no dizer de Almeida Firmino e também por este registo lembrar que os Açores e a promoção do turismo dos Açores e a procura de turistas para os Açores deve assentar não numa pretensa massificação, para a qual acho que já se cometeram alguns erros, mas sim naquilo que podemos oferecer: natureza, saúde, bem-estar.

Esta eleição veio de novo vincar essa nossa realidade, essa nossa capacidade de oferecer natureza pura e de grande exuberância, mas para além destas duas, da Lagoa das Sete Cidades e da Montanha do Pico e também de outros espaços que foram candidatos, há muito mais nos Açores para mostrar.

Lembro-me, por exemplo, pessoalmente, das coisas que mais gosto nos Açores, a Caldeira do Senhor Santo Cristo em São Jorge e o trilho que lá leva, que para mim é tão ou mais bonito que qualquer outra maravilha que possamos ver nos Açores.

E deixo aqui uma lembrança, já que temos também o Sr. Secretário, aproveitando este voto, para que não estraguem esta maravilha ao levar postes de electricidade pelo trilho até à Caldeira do Senhor Santo Cristo. Portanto, Sr. Secretário do Ambiente fica aqui este registo de congratulação por tudo isto, mas também um alerta para que nós não estraguemos outras maravilhas e por favor não levem postes eléctricos no trilho até à Caldeira do Senhor Santo Cristo.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para nos associarmos o mais sinceramente possível a este voto e ao teor deste voto de congratulação, que subscrevemos na íntegra. Achamos que ele é altamente responsabilizante para esta Região e para os seus órgãos de governo próprio, na atenção e na preservação da natureza que tanto nos honra e que nós

temos a obrigação de transmitir o mais incólume possível às gerações vindouras. Já agora pedia para que desta posição do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda fosse dada notícia ao Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): A senhora devia era ter apresentado um voto.

Presidente: Vamos prosseguir. Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra agora, não na forma de voto, mas como intervenção, para fazer outra congratulação, para me congratular com a posição do Grupo Parlamentar do PSD, em clara contradição com as recentes afirmações da sua líder, que considerou esta iniciativa despesista por parte do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor não sabe ler nem sabe ouvir.

O Orador: É pois bem-vindo este PSD, a esta congratulação, tendo-se associado a este voto do Partido Socialista defendendo e afirmando os interesses dos Açores em primeiro lugar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor não sabe ler nem sabe ouvir. O que o senhor acabou de dizer foi uma asneira.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a outro ponto da nossa ordem de trabalhos do PTAP.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao iniciarmos uma nova sessão legislativa importa situar aqueles que são os problemas mais prementes sentidos pelas açorianas e açorianos, as grandes

questões a que teremos de, durante este próximo ano e seguintes, tentar dar as respostas mais adequadas.

E, sem margem para dúvidas, essas questões reconduzem-nos sempre e necessariamente ao problema da riqueza regional e da sua repartição e ao modelo económico que não tem resolvido, cabalmente, os problemas seculares da economia regional.

A crise, a tão falada crise, a tal que foi negada num momento para ser decretada noutra, a tal que é uma fatalidade de quem ninguém tem culpa nem responsabilidades, a crise que as tonitruantes declarações do Governo Regional não conseguem, por mais que insistam, exorcizar, essa mesma crise, continua a agravar-se e alastrar pelo nosso arquipélago e, ao contrário de algum do mundo da política, a crise não foi de férias. Os sinais do abrandamento da actividade económica regional aí estão, com as consequências sociais que lhe são inerentes e inevitáveis se continuarmos a insistir nas mesmas políticas e apenas e só no reforço das medidas conjunturais de combate à crise, medidas que temos apoiado, ainda que com algumas reservas e denunciando sempre as suas insuficiências.

O presente abrandamento e aquele que se prevê venha a ser ainda mais nocivo decorre directamente das medidas do PEC e das subsequentes medidas de austeridade que o complementam e outras que se avizinham, anunciadas em discursos fossilizados enfeitados com neologismos cujo significado é tão antigo como a ideia de domínio de um grupo humano sobre outros grupos humanos. Assim se construiu a ideia de racismo, assim se construiu a ideia das inevitabilidades do neoliberalismo, assim se constroem representações para perpetuar modelos anacrónicos de desenvolvimento que, gerando cada vez mais riqueza, geram na mesma proporção mais pobreza, mais exclusão, mais injustiça social e começam a tornar insustentável o necessário equilíbrio a actividade humana e a natureza.

As medidas conjunturais que o Governo Regional tem vindo aplicar nos últimos anos têm sido apenas isso: conjunturais e, como tal, não resolvem nem podem resolver os desequilíbrios estruturais que são os responsáveis pela situação que actualmente vivemos.

Uma situação que é agora agravada, como já referi, pelas medidas de austeridade do PEC que ainda irão paralisar mais o investimento, consumo, a actividade económica e nos afundarão inexoravelmente numa recessão de que demoraremos muito tempo a recuperar.

E quanto a estas que são as questões fundamentais para o futuro do país e para o bem-estar dos portugueses, nisto PS e PSD estão e continuam perfeitamente irmanados.

Por mais fogo-de-artifício político que tentem fazer com uma proposta de revisão constitucional perfeitamente disparatada e extemporânea, a verdade é que o PSD continua a ser o melhor amigo do Governo. E não apenas na República. Também na Região a líder do PSD Açores prefere passar ao lado do essencial, que partilha com o líder do PS Açores, e atirar-se raivosamente ao acessório, ao fátuo, ao superficial.

Exmo. Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O folclore político para encher jornais não consegue esconder já, de ninguém, que os verdadeiros problemas dos Açores, as suas verdadeiras causas e as verdadeiras soluções não se encontram no vozear alvoroçado dos líderes regionais do PS e do PSD que, como dois irmãos siameses desavindos, pelejam e gesticulam enquanto, unidos, seguem exactamente o mesmo caminho. Não. Não é aí que estão os problemas dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): E há alguns que se colam a tudo e a todos.

O Orador: Os problemas dos Açores estão na paralisação das actividades e nas crescentes dificuldades daquelas que são a coluna vertebral da economia açoriana: as pequenas e médias empresas. Os problemas dos Açores estão em termos uma média salarial que é quase 100 euros mais baixa do que no continente, uma pensão média que é inferior em mais de 50 euros, ao mesmo tempo que enfrentamos preços agravados pela oferta e pela distância, ou seja pelos custos da insularidade.

As causas do problema estão no aumento descontrolado do desemprego no arquipélago, simultaneamente consequência, mas também causa da exclusão de cada vez mais açorianos do acesso aos bens que produzimos e aos seus direitos básicos. Dos salários e pensões de miséria que fazem aumentar cada vez mais o número de beneficiários de prestações sociais que não conseguem sobreviver com o fruto do seu trabalho presente e do seu trabalho passado.

As causas do problema estão na retracção do investimento do público nos sectores produtivos, na diminuição do consumo, na falta de dinamismo do nosso mercado interno regional por causa do reduzido poder de compra das famílias. Como já uma vez aqui disse, a equação é simples: quanto mais dinheiro tirarmos da carteira das açorianas e dos açorianos, menos estes poderão consumir e menos as nossas empresas irão vender.

E por isso, Senhores Deputados, a solução passa de entre outras medidas pela valorização de quem trabalha e quem trabalhou: temos de pôr mais dinheiro na mão dos açorianos e das açorianas! Só com o aumento do seu poder de compra poderemos estimular o consumo privado, aumentar as vendas das empresas, estimular o investimento, criar empregos, criar mais riqueza.

E não vale a pena encolher os ombros e dizer que são questões nacionais. Se existir vontade política, podemos e devemos fazê-lo!

Os instrumentos que a Autonomia pôs ao alcance desta Assembleia, como o complemento regional de pensão, o salário mínimo regional, outras prestações e apoios sociais têm de ser postos efectivamente ao serviço deste objectivo. Os meios financeiros da Região têm de servir para melhorar a vida do Povo Açoriano, não para cumprir metas orçamentais administrativas, ainda e ressalvo que não deixe de se cultivar aquilo que o Governo Regional tem colocado como grande preocupação e na qual o acompanhamos, como julgo o farão todas as forças políticas neste parlamento, ou seja, o rigor e transparência na aplicação dos dinheiros públicos, um efectivo controlo orçamental e o necessário equilíbrio das contas públicas.

A resolução do problema dos transportes de mercadorias e passageiros, a diminuição dos custos dos factores de produção como a energia e os custos

associados aos transportes, a valorização do trabalho e dos trabalhadores e a aposta na diminuição da dependência externa, designadamente, caminhando no sentido de assegurar um mínimo de soberania alimentar.

Se queremos realmente abordar as reais dificuldades do nosso povo, se queremos honrar o mandato para que fomos eleitos, estas têm de ser as prioridades da nossa acção: minorar as medidas recessivas impostas pelo Governo da República, estimular a nossa economia, melhorar a vida do nosso povo. São estes os objectivos que norteiam a acção do Partido Comunista Português nos Açores e a sua intervenção e capacidade de propositura enquanto oposição consequente e com consequência.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Helder Silva tem a palavra.

***Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, que juntou aqui um conjunto de elementos vastos numa declaração política.

Não quero deixar de tocar em alguns aspectos que me parecem importantes.

Desde logo, impacto das medidas nacionais na situação económica e financeira da Região. Uma nota acompanhada de uma pergunta. A nota é a seguinte: a aprovação deste Orçamento de Estado é algo importantíssimo para a nossa Região para o próximo ano e para a manutenção, que aliás de uma situação que tem sido garantida ao longo, pelo menos, destes últimos 14 anos, de estabilidade das nossas contas públicas. É portanto importante que o Orçamento de Estado seja aprovado para o próximo ano e a pergunta que eu deixo ao Sr. Deputado é: qual é a intenção do PCP relativamente à aprovação deste Orçamento de Estado?

É verdade que há um conjunto de medidas difíceis anunciadas pelo Governo da República que acompanham aliás o sentido de um conjunto de medidas difíceis, que têm sido anunciadas por diversos países, pela Europa, e até fora da Europa. Designadamente até a Alemanha anunciou também um pacote de medidas difíceis que serão implementadas ou estão a ser implementadas neste momento.

Isso tem de ser dito com muita clareza, porque das palavras do Sr. Deputado fica a sensação de que o Governo Regional, o trabalho do Partido Socialista não tem sabido superar as dificuldades conjunturais de uma conjuntura alargada porque já vem durando há mais de ano...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Cabalmente!

O Orador: ... há quase dois, e a verdade Sr. Deputado é que nós, não obstante essas dificuldades vivemos felizmente numa situação que é bem melhor do que aquela que se vive nalgumas outras regiões.

Nós podemos naturalmente falar de países, não será porventura o mais indicado, e falando particularmente de desemprego que foi uma das notas que o Sr. Deputado deixou, e que é algo que nos preocupa a nós muito especialmente, como aliás tem sido dito em diversas intervenções ao longo dos últimos meses, há números claros que devem ser aqui apresentados. É que ao nível do desemprego, felizmente para nós, infelizmente subimos a taxa de desemprego ao longo de mais de um ano, mas a verdade é que temos neste momento uma taxa de desemprego de 6,2% que contrasta muito com aquelas que são as taxas de desemprego que se observam naquelas regiões onde é mais honesto fazermos algum tipo de comparação: Canárias, 27,7%, são mais de quatro vezes a taxa de desemprego que nós temos nos Açores; Guadalupe 25%; Martinica 22,1%; Guiana 21%; Reunião 25,2%; Madeira 8,2%, numa conjuntura que também é especial e que decorre duma situação que é de todos conhecida.

Mas a verdade é que não obstante do trabalho que temos de continuar a fazer no sentido de diminuir a taxa de desemprego que se observa de 6,2%, temos uma taxa de desemprego mais baixa. Há uma outra verdade indesmentível: é que o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo Regional ao longo dos últimos meses tem sido não suficiente para resolver por completo, como nós gostaríamos a questão do desemprego na nossa Região, mas desde Janeiro até agora conseguimos, ainda assim, diminuir de 1220 o número de desempregados que temos na Região.

Há, portanto, uma política de sucesso em contra ciclo, aliás, com aquilo que se vem verificando a este nível, a esta dimensão mais social um pouco por todo o mundo, um pouco por toda a Europa. É sabido que a crise financeira teve como

implicações uma crise económica e que esta crise económica resultou numa crise social que alastrou por todas as regiões.

Pois bem, nós temos sabido, felizmente, em contra ciclo com esta realidade travar esta crise social, sustê-la a um nível, a uma dimensão, felizmente, muito mais baixa do que aquela que se verifica em outras regiões do país e da Europa.

Mas nós temos feito (e também há um reconhecimento que tenho que fazer aqui) é que o Sr. Deputado, e muito bem, afirmou que tem sido feito um esforço no sentido de pôr mais dinheiro nas mãos dos açorianos, tem sido feito um esforço no sentido de o Governo Regional responder àquilo que são falhas, seja ao nível do salário mínimo, com um salário mínimo mais elevado na Região, seja ao nível dos impostos, baixando os impostos na Região; este conjunto de medidas são medidas que têm sido importantes também para sustentar ao nível social esta crise e o seu alastrar para a Região.

É muito bonito falar de transportes e a necessidade de garantir, nós também achamos. Nós também achamos que temos de continuar a trabalhar na melhoria dos nossos transportes aéreos, transportes marítimos, mas há uma realidade que é incontestável...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Trabalhar, mas depressa!

O Orador: Está com algum problema com o tempo?

Há uma realidade que é incontestável Sr. Deputado: é que nós melhorámos muito, não foi um bocadinho, melhorámos muito a nossa rede de transportes da nossa Região. A verdade Sr. Deputado é que, infelizmente, há uma dúzia de anos, um florentino, um graciosense, um jorgense, um mariense podia deslocar-se uma ou duas vezes por semana sair da sua ilha ou entrar nalguma destas ilhas. A verdade é que hoje essas ligações são diárias, a verdade é que hoje, nalguns casos, essas ligações são de vários voos por dia, mais do que um voo por dia. Portanto, se é verdade que nós vivemos numa Região singular do ponto de vista da nossa dispersão geográfica, não é menos verdade, e isso tem de ser reconhecido, que tem sido feito um trabalho e um esforço no sentido de reduzir, e muito, as dificuldades que resultam da necessidade de ligarmos as nossas ilhas e de as ligarmos também com o exterior, porque todos nós sabemos que também aí a frequência e o preço de

uma passagem aérea de quem viaja das Flores para, por exemplo, Ponta Delgada seria quase o dobro à alguns anos atrás. É verdade incontestável.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é que é inventar!

O Orador: Portanto, há um trabalho e um esforço muito grande que tem sido desenvolvido ao longo dos anos.

Relativamente a outras questões mais de fundo sobre estratégias macroeconómicas, a verdade é que nós gostaríamos de ouvir, a esse nível, um pouco mais de desenvolvimento das ideias que o PCP tem relativamente à necessidade de diversificar a nossa base económica porque aquilo que eu tenho de afirmar ...

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Terminando Sr. Presidente.

A verdade é que esse trabalho foi feito de forma muito séria, em dois pilares essenciais: consolidação do sector agrícola e um enorme crescimento de um sector que praticamente era inexistente na Região, o sector do turismo.

E não fosse isso, Sras. e Srs. Deputados, nós certamente hoje não teríamos esta taxa de desemprego de 6,2%.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Aníbal Pires...

Presidente: Agradecia que aproximasse o microfone.

O Orador: Peço desculpa Sr. Presidente.

Naturalmente partilhamos de grande parte das preocupações que evidenciou nesta declaração política que acabou de fazer, e designadamente aquelas em que manifesta preocupação relativamente à evolução da economia regional, à crise que ainda persiste na economia regional (e de que maneira!), e em matéria de desemprego. Naturalmente o senhor é que tem razão e obviamente o Sr. Deputado Helder Silva acabou mais uma vez de criar uma situação dos açorianos, e designadamente os muitos que estão desempregados, não sendo importante. Isto é,

há o mundo do Partido Socialista e depois há o mundo real lá fora que é o mundo do desemprego, em que (e são os números do próprio Governo, quer dizer, não são uns números arrançados por ninguém)...

Deputado José Rego (PS): São positivos!

O Orador:... mês a mês o Governo vê entrar pela casa dentro, pelos seus centros de emprego, mais 25%, 28% do que aquilo que estava um ano antes, isto é, é um fenómeno que continua em agravamento na ordem dos vinte e muitos por cento ao ano. E portanto, esta é a realidade, aquela que não pode ser desmentida. Acima de tudo, é a realidade que os açorianos sentem. Por mais que os senhores se esforcem as pessoas estão a sentir o problema do desemprego, estão com reflexos nos seus próprios rendimentos, nos rendimentos das suas famílias, estão a ultrapassar dificuldades que os senhores resolvem sempre permanentemente “dourar a pílula”. Aí dou integral razão ao Sr. Deputado Aníbal Pires nas questões que ali apresentou.

Já relativamente a outras considerações que fez...

Deputado Helder Silva (PS): E na Constituição da República?

O Orador:... designadamente aquelas que resultam dum suposto ou de supostos dotes de casamenteiro que o senhor sempre quer referir, que naturalmente escuso de referir mais, naturalmente que não as partilhamos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E da Revisão Constitucional?

O Orador:... e consideramos que o Sr. Deputado vive permanentemente no mundo das suas próprias fantasias ou das fantasias que Lisboa, e designadamente a sede do seu partido a nível a nacional, pediu para o senhor transmitir aqui. São as vossas fantasias, têm todo o direito de as ter, mas essas fantasias ligam-se a uma coisa que é muito mais grave. É que os senhores vivem também de alguma irresponsabilidade que têm, porque estão sempre fora da zona do poder e por isso podem dizer, podem atirar para a rua aquilo que bem entendem. E irresponsabilidade porquê? Porque manifestamente existem matérias, a nível regional também, mas essencialmente a nível nacional, que têm que ser avaliadas com a importância que elas têm, obrigar a fazer eventualmente alguns recuos em

algumas situações que não seriam mais desejáveis. Para quê? Para assegurar o futuro e a saúde do país e para permitir que haja sustentação em termos futuros. E portanto essa irresponsabilidade, obviamente Sr. Deputado, definitivamente não a partilhamos consigo. Partilhamos as suas preocupações, não partilhamos dessa sua irresponsabilidade, e por isso, deixo-lhe um apelo para que desça à Terra e não faça da política um passeio pelo imaginário que só está na sua cabeça e, eventualmente, na dos responsáveis do seu partido. Que faça da política uma forma de construir um futuro consistente para o país e para a Região, que é esse sentido da política que deve estar presente em nós todos para melhorar a vida de quem, efectivamente, está a ultrapassar graves problemas neste momento e designadamente, os mais de 9 mil açorianos, as mais de 10% das famílias açorianas que neste momento estão numa situação de desemprego, que são afectadas por este fenómeno e que estão a passar sérias dificuldades por muito que o Governo tente esconder esta matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Onde é que o senhor foi buscar esses números?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não havendo mais inscrições vou dar a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para encerrar o debate.

***Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer ao Sr. Deputado António Marinho que não passeio pela política, mas há uma coisa em que eventualmente o Sr. Deputado pode ter razão. De facto, eu sonho com um futuro melhor para os Açores. Se estava a referir-se a isso, então tem razão. De facto, eu estou na política porque sonho com um futuro melhor para os Açores, para o país e para o mundo e por isso mesmo é que estou na política, por mais motivo nenhum. Eu aqui estou em representação do povo açoriano.

Relativamente à questão, não se trata tanto de um casamento, mas é visível que há pelo menos uma situação de grande proximidade. Aliás, sempre houve. Aliás, há uma coisa, e utilizando uma expressão do Sr. Presidente da Assembleia, por quem

tenho muito respeito, “em bom rigor” temos aqui um Grupo Social Democrata e temos aí um Partido Social Democrata...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Alguns daí já foram daqui, já foram Social-Democratas.

O Orador:... portanto vocês é que têm de se entender. Que vocês tenham problemas relativamente à afirmação no campo da Social Democracia isso eu percebo. Que depois o vosso novel líder procure algumas actuações circenses para tentar demarcar-se deste espaço, isso é outra coisa.

Portanto a vossa proximidade é notória, defendem o mesmo modelo económico, naquilo que é essencial. Estão agora numa de dar um ar mais liberal à coisa.

Relativamente ao Sr. Deputado Helder Silva, a quem agradeço as questões que colocou, queria começar por dizer que relativamente ao orçamento geral do Estado, as preocupações que tenho são de facto muitas, relativamente à sua aprovação. Agora, há uma questão, Sr. Deputado, que lhe queria dizer claramente. O PCP, na República, durante a discussão e a aprovação do orçamento geral do Estado, não poderá certamente aprovar um orçamento que vá no mesmo sentido em que os outros, em que os anteriores, têm ido e naquilo que parece que vai ser o caminho da continuidade. Nessa perspectiva penalizando mais quem trabalha, continuando um ciclo de desvalorização do trabalho e dos trabalhadores. Certamente que se esse for o caminho, o PCP não aprovará o orçamento geral do Estado.

Agora que tenho algumas preocupações, tenho. E tenho essas preocupações decorrentes, nomeadamente, daquilo que tem sido a posição do PSD relativamente à insistência nos cortes à despesa pública e onde é que esses cortes devem ser feitos. É evidente que isso me preocupa.

Presidente: Terminou o seu tempo Sr. Deputado. Agradecia que terminasse.

O Orador: Eu termino já Sr. Presidente.

Até porque isso pode ter efeitos negativos ao nível da Região.

Relativamente à questão do desenvolvimento, e para terminar Sr. Presidente, tinha outras coisas para retorquir e teria todo o prazer de o fazer relativamente ao Deputado Helder Silva, mas relativamente às questões mais de carácter macro.

Eu enunciei ali duas ou três e uma delas tem a ver com a questão dos transportes. Até posso concordar com vossa excelência de que de facto a situação dos transportes tem melhorado. Certamente que tem, não vou pôr isso em causa. Agora, os transportes continuam a ser um factor de estrangulamento à economia regional e temos de resolver isso em definitivo. Isso faz com que os custos de produção sejam mais elevados na Região e nós temos de caminhar para baixar esses custos de produção. E quando falei na necessidade de caminharmos para garantir o mínimo de soberania alimentar é evidente que lhe estou a falar também na redução da dependência externa a este nível. Sim senhor, temos vindo a diminuir a dependência externa ao nível da energia, da produção da energia com combustíveis fósseis, mas, e muito bem, há outros sectores em que temos de apontar e de caminhar para diminuir a nossa dependência externa, que é de facto um problema ainda não cabalmente resolvido. A palavra que eu utilizei foi essa, cabalmente resolvido, que é um dos problemas crónicos da economia regional. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos fazer um intervalo. Regressamos com as intervenções de interesse político relevante às 11 horas e 50 minutos. Até já.

(Eram 11 horas e 20 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Nas intervenções de tratamento de assuntos de interesse político relevante tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores conseguiu, ao longo da última década, implementar uma política de juventude consistente.

Os jovens açorianos dispõem, hoje, de vários mecanismos de apoio, em vários sectores que melhoram e aumentam a sua qualidade de vida.

A este propósito, a propósito de políticas de juventude, ouvimos muito recentemente a Presidente do PSD Açores, afirmar, na sessão de encerramento do congresso da JSD, que a Região não tem políticas de Juventude.

Das duas, uma: ou esta afirmação resulta de tacticismo político, esperando-se, por isso, que depois desta afirmação, sejam apresentadas propostas concretas e contributos válidos e exequíveis na área da juventude, ou resulta de total desconhecimento dos incentivos que existem nesta área.

A primeira hipótese não aconteceu. Quando se esperava que, na sessão de encerramento do congresso da JSD, organização partidária de juventude do PSD, fossem apresentadas propostas que melhorem a qualidade de vida dos jovens açorianos nem uma proposta, nada, zero, aliás como é costume nesta área.

Verifica-se, portanto, algo mais grave. Total desconhecimento sobre este sector da governação.

Este PSD/Açores não conhece ou, pior do que isso, não quer conhecer a realidade das políticas de juventude na Região.

Mas é bom esclarecer, para que não fiquem dúvidas, que temos hoje, nos Açores, boas políticas de juventude.

Dou apenas alguns exemplos que materializam essas políticas:

- Programa Famílias com Futuro para acesso à habitação e ao arrendamento com majorações consideráveis para jovens e casais jovens;
- Programas de transição para a vida activa, os conhecidos programas Estagiar L, Estagiar T e Estagiar U, que se têm revelado experiências cruciais para o acesso ao primeiro emprego, para a entrada no mundo laboral de milhares de jovens açorianos e que são, também, importantes incentivos ao regresso à Região;

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: - A Política de Mobilidade Juvenil, quer dentro da Região, através do cartão inter-jovem, que permite que milhares de jovens se desloquem entre todas as ilhas dos Açores, durante o Verão, ou para fora da Região para aumento da experiência profissional e para adquirir mais competências e mais formação,

através do programa Bento de Góis que já contou com cerca de 7 mil inscritos em apenas 6 anos;

- Os programas de ocupação dos tempos livres, o conhecido OTLJ que, na última década, contou com mais de 20 mil inscrições de jovens açorianos;

- Os Programas de Financiamento das actividades das Associações Juvenis que têm como área de intervenção a Juventude e que desenvolvem um importante trabalho na sociedade açoriana abrangendo milhares de jovens;

- O apoio aos intercâmbios juvenis e aos estágios profissionais no exterior da Região;

- A rede de Postos de Informação Juvenil, que estão agora a ser alvo de reformulação, e que garantem um fluxo de informação privilegiada e importante para a juventude açoriana;

- Os espaços TIC para apoio e fomento ao contacto dos mais jovens com as novas tecnologias e as inúmeras formações que lá ocorrem;

- A aposta consistente que hoje temos no Ensino Profissional, que diversifica e melhora as ofertas formativas aos jovens açorianos;

- Os programas de incentivo e de apoio aos jovens empresários como o Empreende Jovem;

- A rede de Pousadas de Juventude, que continua a ser alargada e que é uma oferta de grande qualidade, quer para os jovens açorianos, quer para os jovens que nos visitam;

- O apoio aos jovens criadores através da introdução do conceito das Academias de Juventude, ou o apoio ao Lab Jovem que promove e projecta jovens artistas açorianos em diversas áreas;

- Os apoios concedidos aos jovens investigadores e a vários projectos de investigação;

- O investimento na melhoria do Parque Escolar que é também ele uma importante política de juventude;

- os apoios concedidos aos estudantes deslocados em várias áreas, importante apoio para que muitas famílias consigam dar qualificações superiores aos seus filhos;

- A política de prevenção de comportamentos de risco com dotações orçamentais consideráveis de ano para ano, desenvolvidas através da coordenação entre vários departamentos governamentais e a política de tratamento e reabilitação de toxicodependentes. Aqui destacam-se os apoios concedidos aos internados nas casas de saúde, o recentemente inaugurado centro de reabilitação juvenil do Livramento ou a cooperação desenvolvida com várias instituições que desenvolvem uma importante actividade nesta área. Criticar a política de prevenção e tratamento de toxicodependência nos Açores é, também, criticar estas instituições.

E a este propósito é importante referir que a Sra. Presidente do PSD, que normalmente confunde juventude com toxicodependência,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: ... num exercício de Olívia Patroa e Olívia Empregada, critica de forma superficial e desconhecadora a política de prevenção das toxicodependências na Região e nada faz, absolutamente nada faz, nessa área, enquanto Presidente de Câmara.

Além destes exemplos, que materializam uma estratégia consistente neste sector da governação, é fundamental realçar a perspectiva e a orientação ideológica que presidem à implementação desta política, de abertura, de inclusão, de co-responsabilização dos jovens e de participação activa dos jovens na definição das políticas de juventude.

E a propósito deste tema, não podem passar incólumes as recentes declarações da Presidente do PSD Açores sobre a JSD Açores, que afirma e cito “ a JSD não tem, rigorosamente nada a ver com o PSD”.

Devo dizer que não me pronuncio sobre os processos eleitorais internos da JSD, organização partidária de juventude que respeito e considero. Esses processos, aliás, dizem respeito, apenas, aos seus dirigentes, aos seus militantes e ao PSD.

Mas, quando a líder do PSD Açores desconsidera os jovens do seu partido desta forma, desconsiderará, com certeza, os jovens de toda a Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Neste caso, temos a obrigação política de refutar esta postura e de alertar a juventude açoriana para a falta de consideração que a líder do PSD/Açores demonstra pelos jovens.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É confrangedor, Sras. e Srs. Deputados, que a líder do maior partido da oposição renuncie à juventude do seu partido e renegue, até, os estatutos do seu partido dos quais deve ser a primeira guardiã.

Recordo o Artigo 11º dos Estatutos do PSD, relativo a organizações especiais, que é, e muito bem, totalmente dedicado à JSD. Em nenhum dos quatro pontos deste artigo se pode ler que a “JSD não tem rigorosamente nada a ver com o PSD”, antes pelo contrário, e bem, valoriza o papel desta organização.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado lê bem, mas interpreta mal. É o seu problema.

O Orador: É ofensivo para a juventude açoriana que a líder do PSD/Açores, um autêntico Pilatos dos tempos modernos, a braços com um problema interno, “lave as suas mãos”, renegue a JSD, alegando que não faz parte do PSD/Açores.

É, por isso, que soa a falso a seguinte declaração de Berta Cabral...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Madrasta!

O Orador: ... “Amanhã, no Governo, não dispensaremos o contributo decisivo da JSD para a implementação de uma verdadeira política regional de juventude”.

Mas pior do que isso...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando diz, dizer que não disse. Quando não diz, dizer que diz. É má fé política.

O Orador: ... e este é um facto assinalável que realçamos, é nos momentos conturbados e mais difíceis que vem ao de cima fragilidades, incoerências e até as disfunções de carácter dos protagonistas desses momentos.

Berta Cabral assumiu o papel do apóstolo Pedro, reconstituindo o episódio bíblico da negação que poderia ser narrado assim:

“Em verdade, neste mesmo mandato, três vezes negarás o PSD”: à primeira negação deixou sozinho os companheiros derrotados nas eleições autárquicas na noite eleitoral em que mais precisavam de uma líder...

Vozes da bancada dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... à segunda, mais recente, foi quando renegou à Juventude Social-Democrata, que tanto já contribuiu para o passado do PSD; e a terceira, estou em crer, será ao próprio PSD/Açores quando culpar toda a gente, quando culpar tudo e todos, menos ela, pela derrota nas próximas eleições regionais.

Vozes da bancada dos Deputados do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: As políticas para a juventude cumprem-se no terreno. Desenvolvem-se com os jovens. As políticas de juventude não se concretizam com fugas para a frente e a política não pode ser feita por aqueles que na adversidade fogem e não assumem as suas responsabilidades.

É um facto inegável que os Açores têm hoje uma boa política de juventude, em alguns casos pioneira a nível nacional, o que muito nos orgulha.

Sabemos que muito foi feito, que temos construído um caminho consistente muito positivo para a juventude açoriana, mas temos a humildade de reconhecer que muito mais há para fazer, porque as políticas de juventude têm de ter a capacidade de se adaptar à normal evolução dos tempos.

Temos de continuar a apoiar os jovens e casais jovens actuando nas diversas áreas que dizem respeito a esta faixa etária.

Continuar a apostar nos jovens empresários, continuar a apoiar as associações juvenis da Região, continuar a combater os abusos laborais que possam sofrer, a contribuir através de políticas públicas para que o mercado laboral da Região absorva aqueles que estão hoje no exterior a qualificar-se e querem regressar, dar espaço a políticas de reconversão profissional de jovens qualificados para áreas de maior empregabilidade e aprofundar e melhorar as análises prospectivas ao mercado de trabalho e às necessidades do tecido empresarial para que os apoios concedidos às formações profissionais de futuros activos se adequem cada vez melhor a essas necessidades.

É nossa obrigação continuar a apostar nos jovens e, estou certo, que assim será porque mais juventude será sempre sinónimo de mais desenvolvimento e gostávamos que todos contribuíssem para isso, até mesmo o PSD.

Mas já percebemos que vamos ter de continuar a trabalhar sem eles porque tendo em conta os últimos episódios verificamos que Berta Cabral não tem rigorosamente nada a ver com os jovens e por este andar, pelos seus próprios actos e omissões, este PSD caminha a passos largos para não ter rigorosamente nada a ver com os Açores.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, as regras são as de sempre. Quem se quiser inscrever para participar neste debate deve inscrever-se agora, com excepção dos líderes parlamentares e no caso do Governo, o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário Regional da Presidência, que podem intervir a qualquer momento.

Eu tenho neste momento duas inscrições: os Srs. Deputados António Marinho e Cláudio Almeida.

(Vozes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Então já lá vou. Não sei se há mais inscrições, além do Sr. Deputado Berto Messias, que naturalmente está inscrito, por natureza.

O Sr. Deputado António Marinho, para um protesto, tem três minutos.

***Deputado António Marinho** (*PSD*): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aquilo a que acabámos de assistir foi para, a coberto de uma pretensa, de alguma apresentação de um pretenso sucesso das políticas de juventude nos Açores, desferir por parte do Sr. Deputado Berto Messias um ataque ao PSD, e

designadamente à sua líder. Isto é, tivemos patente o Partido Socialista que utiliza a Juventude Socialista...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para atacar o PSD e para atacar a sua líder. E falo da forma, é sobre essa que manifestamos o nosso protesto, uma forma indigna, deturpando palavras...

Deputado Helder Silva (PS): Quais palavras?

O Orador: ... recorrendo à mentira e minimizando, acima de tudo, e isso então é substancialmente mais grave, as preocupações que tem em relação a determinadas matérias que afectam a juventude açoriana, designadamente a questão da toxicodependência, que pelos vistos não está no centro das preocupações por parte do Partido Socialista e do Governo Regional.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isso mesmo ficou patente no Plano e Orçamento que actualmente se encontra em vigor, em que destina 1 milhão e meio de euros para as políticas de combate à toxicodependência e não aceita, designadamente, a proposta de alteração que pretendia acrescentar em mais de 1 milhão de euros. Portanto a vossa preocupação com a toxicodependência é inexistente e o mais grave é que deturpam as palavras da presidente do PSD e com isso aproveitam exclusivamente para fazer aqui um exercício meramente político, esquecendo as preocupações dos açorianos e dos jovens açorianos nessa matéria.

É perfeitamente deplorável. O PSD protesta...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... contra aquilo que acabou de acontecer. É indigno, é folclore, é no fundo uma tentativa vã de corrigirem um pouco a postura que têm vindo a adoptar nestes dois dias que levamos de Plenário, perfeitamente patente nas caras dos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista e do próprio Governo.

Quando as coisas correm mal recorrem, pura e simplesmente, à indignidade, recorrem à mentira e deturpam as palavras dos outros.

O PSD protesta por esse facto. Pura e simplesmente os açorianos sabem lá fora quais as dificuldades que vivem e vêem no fundo qual é o interesse do PS e do Governo nesta Assembleia, que não é resolver os problemas dos açorianos é, pura e simplesmente, para atacar o PSD e a sua líder.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem direito a réplica.

***Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Assinalar que pelos vistos a minha intervenção muito incomodou a bancada do PSD, especialmente o Dr. António Marinho, e dizer que fiz uma intervenção séria no campo político, no âmbito da intervenção política que devemos fazer aqui, onde por um lado, repus a verdade relativamente à informação da Sra. Presidente do PSD sobre nos Açores não existirem políticas de juventude e eu repus a verdade relativamente a essa matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Depois no campo político, naturalmente fiz referência ao facto da Sra. Presidente do PSD, quando na diversidade e nas dificuldades, renegar os seus próprios jovens, a sua própria juventude partidária e por variadas vezes (e não foi aliás a primeira vez, por variadas vezes) a Sra. Presidente do PSD confunde juventude com toxicodependência.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é falso!

O Orador: E esta não é, não foi e estou certo que não será a primeira nem a última vez.

Lamento que o PSD para encapotar a sua incapacidade nesta, como noutras matérias, tenha a necessidade de fazer aqui uma manobra de diversão através deste protesto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida para esclarecimentos tem três minutos.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD não confunde aqui toxicodependência com juventude. O que é certo Srs. Deputados é que a toxicodependência é um problema da juventude, tal como a toxicodependência o é, o desemprego jovem também e a questão da habitação jovem.

Sr. Deputado Berto Messias, o senhor acha-se satisfeito com o desemprego jovem na nossa Região Autónoma dos Açores?

Deputado José San-Bento (PS): Demagogia!

O Orador: Diga lá, se o senhor acha-se satisfeito com a taxa de desemprego jovem na nossa Região Autónoma dos Açores, com os licenciados que estão no desemprego, com os estagiários que não encontram postos para fazerem o estágio. O senhor acha-se satisfeito com isso? O Sr. Deputado acha-se satisfeito com as políticas de combate às toxicodependências, que não têm tido efeito? O Sr. Deputado acha-se satisfeito com os inúmeros jovens que caem nesse flagelo que é a toxicodependência? O Sr. Deputado Berto Messias...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está satisfeito com a líder do seu partido?

O Orador: ... acha-se satisfeito com as políticas de habitação para os jovens, com a falta de uma política de arrendamento para os jovens?

O programa “Famílias com Futuro” não vem resolver o problema da juventude. O programa “Famílias com Futuro”, como o próprio nome indica, vem resolver o problema das famílias carenciadas. O Sr. Deputado acha isso uma boa política de habitação para os jovens na nossa Região?

O Sr. Deputado Berto Messias acha que o Governo Regional tem feito algo para contrariar a desertificação das ilhas mais pequenas em relação à afectação dos jovens?

Onde é que estão as passagens e as tarifas aéreas a 100 euros que o Governo Regional e o Presidente do Partido Socialista prometeu?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde é que estão os bons e regulares transportes marítimos?

Isto contribui para as políticas de juventude e não é apenas e só atribuir dinheiro às Associações de Juventude. Isto é que são políticas de juventude: apoiar a juventude na questão do desemprego jovem; apoiar a juventude na questão da habitação jovem...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Rigorosamente nada!

O Orador:... nas toxicodependências, isto é o que este Governo do Partido Socialista tem que fazer e não está a fazer, por isso aqui exige-se e nós temos propostas...

Deputado Francisco César (PS): Quais são as propostas do PSD?

O Orador: Oh Sr. Deputado. O Sr. Deputado Berto Messias teve o trabalho de ler os Estatutos da JSD e do PSD, mas não teve o trabalho de ler as moções que saíram no Congresso da Juventude Social Democrata, não foi? Isso é que não teve o trabalho de ler!

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra para esclarecimentos.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar é preciso perceber em nome de quem é que o senhor Cláudio Almeida fala, porque quando a Presidente do PSD diz que a JSD não tem rigorosamente nada a ver com o PSD, depreende-se daí que também não tenha nada a ver com o Grupo Parlamentar do PSD, e portanto convém esclarecer isto desde o início.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Berto Messias faça o favor de continuar.

Deputados Clélio Meneses e Luís Garcia (PSD): Os senhores estão a tentar sacudir a água do capote daquilo que vos anda a incomodar.

O Orador: Noto é que os senhores estão muito incomodados. Mas eu percebo que estejam incomodados! Percebo perfeitamente que estejam incomodados!

Sr. Presidente dá-me licença?

Presidente: Dou sim senhor Sr. Deputado. Faça o favor de continuar.

O Orador: Sr. Deputado Cláudio Almeida, volto a dizer aquilo que já disse. Eu limitei-me a repor a verdade com exemplos concretos sobre a política de juventude na Região Autónoma dos Açores...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Vamos às políticas de juventude, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD): E os resultados: desemprego!

O Orador:... que é extremamente positiva sabendo naturalmente que não somos donos da verdade e que temos a humildade de reconhecer que muito pouco foi feito, mas que muito mais haverá a fazer e podemos ir aos números, Sr. Deputado, que aliás o senhor também conhece mas não tem a honestidade política e intelectual de referir aqui e de admitir, porque não dá jeito, mas eu percebo.

Podemos falar de números no âmbito das políticas de juventude, podemos falar de cerca de 20 mil jovens que já participaram nos programas da OTL Jovem. O senhor sabe disso.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos ficaram de fora Sr. Deputado? Diga lá!

O Orador: Podemos falar de mais de 7 mil jovens que participaram no programa Bento de Góis e o senhor também sabe disso; podemos falar de mais de 50 mil cartões inter-jovens emitidos no âmbito da nossa política de juventude de mobilidade interna e o senhor também conhece estes números, só que não quer admiti-los aqui; podemos falar de mais de meia centena de associações juvenis da Região...

Deputado Costa Pereira (PSD): E os que estão no desemprego?

O Orador: ... que abrangem através da sua intervenção e da sua actuação milhares de jovens nos Açores; podemos falar de mais de 6 mil e quinhentos jovens que já

participaram no Estagiar L, no Estagiar T, Estagiar U, que tiveram aí mecanismos fundamentais para a entrada no mercado de trabalho na sua primeira experiência profissional; podemos falar de mais de 220 jovens que conseguiram habitação no âmbito do programa de atribuição de casas para posterior regime de aquisição, por regime resolúvel.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): 220 jovens! E os outros?

O Orador: Podemos falar de quase 70 agregados familiares jovens que conseguiram habitação no âmbito do programa “Famílias com Futuro” e deixe-me dizer também Sr. Deputado...

Deputado António Marinho (PSD): Também pode falar nos 18% de jovens desempregados na Região.

O Orador: ... que obviamente o emprego e o desemprego jovem são naturalmente uma preocupação para nós. São e serão sempre. Mas sabemos que o caminho que temos percorrido até aqui também ele é positivo, e sabemos que hoje estamos consideravelmente abaixo da média nacional no âmbito do desemprego jovem e isso deve-se, também, em grande medida às políticas públicas que temos implementado na Região.

Deputado António Marinho (PSD): São só 18% Sr. Deputado. São poucos!

O Orador: E portanto, Srs. Deputados, no âmbito de políticas de juventude, julgo que estamos perfeitamente conversados. Tenho pena que o Sr. Deputado Cláudio Almeida, que a JSD, que o PSD insistam em criticar, em destruir, em diagnosticar problemas, que é legítimo que o façam, é a vossa agenda política, mas exige-se em nome da honestidade política, em nome da honestidade intelectual que façam propostas concretas e exequíveis a bem da juventude...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador:... e isso nunca aconteceu nos últimos tempos. Estou certo que poderemos esperar sentados que elas surjam.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Nota-se aqui claramente, que o Partido Socialista em termos de políticas estruturais para a juventude não as tem, no caso da habitação jovem, no caso ao combate ao desemprego jovem.

Deputado Francisco César (PS): Nota-se porquê? Sr. Deputado, já ouvimos isso!

O Orador: Nós temos as mais altas taxas de desemprego jovem de todos os tempos: 18% da população jovem está no desemprego. 18% dos desempregados são jovens.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): 18% dos desempregados.

O Orador: Caros Srs. Deputados, Sr. Deputado Berto Messias, nós apresentamos propostas, já apresentámos várias propostas e os senhores sabem bem disso, mas os senhores sabem o que é que fazem às nossas propostas. Reprovam e chumbam as nossas propostas. Ou seja, os senhores têm má fé quanto a essas questões e à questão das nossas propostas.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, nós estamos aqui para ir ao encontro da juventude açoriana, nós estamos aqui porque queremos o melhor para a juventude açoriana e é isso que nós pretendemos.

Nós estamos preocupados...

Deputado Berto Messias (PS): E as propostas, Sr. Deputado? Não existem!

O Orador: ... com os jovens nas suas ilhas, com os jovens que querem ter emprego e não encontram; com as dificuldades de fixação dos jovens nas suas ilhas; os jovens que tiram os cursos profissionais e os cursos do ensino superior que não têm emprego nas suas ilhas. E isto é preocupante, isto afecta as famílias açorianas.

Nós estamos preocupados com a questão da habitação jovem. Os jovens hoje cada vez casam mais tarde porque têm difícil acesso à habitação; os jovens que hoje querem arrendar casa não têm possibilidades. Não existe um programa estrutural para o apoio ao arrendamento jovem. Srs. Deputados, não existe não senhor.

Srs. Deputados, nas toxicodependências falta planeamento na prevenção, falta planeamento no tratamento e na reintegração dos toxicodependentes, porque, de facto, isso também é um problema da juventude.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Eu digo-vos, os senhores vão para as freguesias ver as dificuldades dos jovens. Os senhores têm que ir para as freguesias sentir as dificuldades dos jovens, para os concelhos e para todas as ilhas dos Açores. Se os senhores percebessem um pouco o que é a dificuldade do jovem, o que é o drama que o jovem tem em arranjar emprego, se calhar não falavam assim dessa maneira, se calhar tinham uma maior sensibilidade política em relação a esses aspectos.

Srs. Deputados, deixo-vos aqui um conselho: os senhores têm que sentir a juventude e os problemas. Só assim é que vão conseguir ter sucesso em políticas de juventude.

Tenho dito.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Duas notas muito rápidas. Quem não sente a juventude julgo ser a Presidente do PSD, tendo em conta os últimos episódios.

Duas notas rápidas finais.

Deputado António Marinho (PSD): Formataram para o senhor dizer uma coisa e não consegue sair daí!

O Orador: Em primeiro lugar, mais uma vez não ouvimos da sua parte as tais propostas concretas, importantes para uma política de juventude estruturada.

Segunda nota: admito até que a JSD tenha algumas preocupações com a juventude açoriana, mas será inegável também afirmar que a Presidente do PSD, tendo em conta aquilo que se passou nos últimos tempos, não tem, nem quer ter, rigorosamente nada a ver com a juventude açoriana.

Disse.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida, para esclarecimentos, tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

De facto, parece que o Sr. Deputado Berto Messias não quer discutir os problemas da juventude.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Deputado isso é a intervenção de há pouco!

O Orador: Está mais preocupado com o PSD, com a JSD. Mas eu vou dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado Berto Messias: aquilo que a Sra. Presidente do PSD quis dizer é que respeita as organizações autónomas, coisa que o seu partido não faz. Os senhores são mandados do seu partido, do seu Partido Socialista.

Tenho dito.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata, ter muita lata!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Pedi licença para intervir justamente para, em primeiro lugar, salientar a excelente intervenção do Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está no seu papel de comentador político.

O Orador: E também, na sequência e em comentário a considerações do Sr. Deputado, designadamente na componente em que salientou a necessidade de adequar as ofertas formativas e os apoios a formandos privilegiando uma visão prospectiva mais rigorosa e adequada no mercado de trabalho.

É isso que eu penso que é importante fazer no domínio da definição da política de formação profissional e qualificação dos nossos recursos humanos. E é isso que eu penso que é merecedor de uma atenção, de uma discussão que conduza a opções em resultado de uma reflexão que não seja preconceituosa ou que não tenha premeditados objectivos político-partidários ou depreciadores das pessoas.

Digo isto hoje aqui, porque não pude estar ontem. E porque estou no Parlamento, onde estou há 30 anos e onde já estive milhares de dias.

O PSD trouxe ontem aqui a propósito do apoio aos formandos, e no caso do curso de piloto aviador, a acusação de uma situação de favorecimento, afirmando que a Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social e passo a citar: “

beneficiou o filho e a si própria quando alterou a legislação em vigor”. Fim de citação.

Como já o disse em outros lugares e em outras circunstâncias, mas ainda não tive oportunidade de dizer aqui, quero dar-vos conta da minha convicção: não houve qualquer favorecimento neste processo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É a sua convicção!

O Orador: Se não tivesse sido publicada essa portaria, poderia o jovem em questão ter uma bolsa para o curso de piloto aviador?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isto está dentro do debate?

Deputado Costa Pereira (PSD): Isto foi discutido ontem.

Deputado António Marinho (PSD): Isto não faz sentido!

O Orador: Resposta: sim, podia, como todos os que anteriormente a tiveram.

Segunda pergunta: se não tivesse havido a publicação dessa portaria a bolsa concedida ao jovem em causa teria sido mais pequena? Resposta: poderia até ter sido maior, como outras anteriormente, até porque o critério era absolutamente discricionário.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, esta matéria está fora do debate.

O Orador: Conclusão: se poderia ter recebido a mesma a bolsa e até poderia ter recebido em valor maior, sem a dita portaria, quer dizer...

Deputado João Costa (PSD): Isso está fora do objecto da intervenção do Sr. Deputado.

O Orador:... que se pretendeu apenas regular a concessão e não beneficiar o jovem em questão.

Estamos pois aqui a falar de um aspecto essencial da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, dos jovens e da formação dos jovens e da política de apoio à formação profissional.

Reitero pois, que da conduta da Secretária não resultou qualquer favorecimento do seu filho ou qualquer favorecimento pessoal.

Não houve excepcionalidade, não houve intencionalidade em benefício próprio e aqui digo de novo aquilo que já disse noutras circunstâncias, não tenho dúvidas

sobre a seriedade, sobre o carácter íntegro e sobre a entrega ao serviço público da Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social.

Deputado João Costa (PSD): Isso tem muito a ver com a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias.

O Orador: Outra coisa é: está a nossa política de bolsas, nesta área, como em dezenas de outras áreas em que nós atribuímos, adequada e actualizada em relação ao mercado de trabalho?

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Presidente.

O Orador: Outra pergunta: têm sido autorizados até dentro da Região os apoios, ou os cursos profissionais adequados sempre às necessidades de trabalho? Não terá sido aprovado um curso de cabeleireiro quando já há muitas cabeleireiras?

Deputado Clélio Meneses (PSD): E as políticas de juventude?

O Orador: Depois, ou até mesmo como foi salientado aqui pelos Srs. Deputados, designadamente ontem, do CDS/PP e do Bloco de Esquerda, não haverá necessidade de rever eventuais enquadramentos legais envolventes deste problema?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas enquanto não se revê, vão aproveitando!

O Orador: Ou não haverá mesmo, por exemplo, necessidade em relação a algumas bolsas, como por exemplo a esta, de conceber um regime sancionatório mais intensivo ou mais forte para suprir as situações de incumprimento? Pois eu penso que sim.

Iria sugerir que a Comissão Parlamentar que trata de assuntos em razão desta matéria pudesse trabalhar este assunto...

Deputado Jorge Macedo (PSD): “Enquanto o pau vai e vem, folgam as costas!”

O Orador: ... e em simultâneo, creio que é adequada, por exemplo, a proposta que já vi apresentada pelo CDS, que propõe sensivelmente o mesmo tipo de orientação. Isso sim, isso é o debate sério, o debate sempre necessário à confirmação, como à alteração da política existente para apoios aos formandos. Inclusive, aos bolseiros do curso de piloto aviador, regime esse existente, não desde 2009, mas sim desde 2002.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E muito necessário! Concorrem 200 e é muito necessário!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostava também se me permitem de abordar uma questão colateral deste problema...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mais uma?

O Orador:... e que tem a ver com a comunicação social e o tratamento de temas envolventes.

Hoje em dia...

O Orador: Eu estou a intervir no âmbito da ordem do dia...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor está atrasado em 20 horas.

O Orador:... e com base na intervenção de um Sr. Deputado e posso tecer todas as considerações laterais a esse problema desde que tenha tempo para isso.

Presidente: Agradecia que terminasse porque as intervenções são de 3 minutos, embora depois possam ser retomadas, Sr. Presidente.

O Orador: Então, Sr. Presidente, faremos da seguinte forma, eu pedirei de novo para usar da palavra na sequência da próxima intervenção que ocorrer neste debate.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero manifestar a minha apreensão pelo facto do Sr. Presidente ter permitido este tipo de intervenção feita por parte do Sr. Presidente do Governo, quando estávamos a discutir, a debater, na sequência de uma apresentação de uma intervenção por parte do Sr. Deputado Berto Messias, relativamente às políticas de juventude, que depois teve outras evoluções. E por isso, aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia deixou fazer ao Sr. Presidente do Governo é justamente o oposto daquilo que, por exemplo, ontem mesmo fez relativamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires, em que o mandou calar porque ele se estava a desviar do assunto que estava a ser debatido. E por isso, Sr. Presidente, daqui temos que retirar conclusões e por muito que me custe dizer isso Sr.

Presidente, o senhor acabou de ter uma diferença total de critérios relativamente àquilo que utilizou ontem e que utiliza habitualmente.

De qualquer forma, em relação àquilo que disse o Sr. Presidente do Governo e porque o assunto foi debatido ontem, infelizmente o Sr. Presidente do Governo teve muitos afazeres e não conseguiu cá vir, e isso não vou contestar obviamente, mas devia ter cá vindo. Deixe-me dizer, é a minha opinião pessoal, devia ter cá vindo.

Como não conseguiu cá vir, veio hoje, tratar de um assunto que obviamente é um assunto que está na ordem do dia, que esperemos ainda haja da parte do Sr. Presidente do Governo o bom senso para o analisar adequadamente, por que aquilo que o PSD veio aqui fazer ontem não foi uma brincadeira. Veio constatar, com factos óbvios, que existiu um comportamento de um Membro do Governo do Sr. Presidente do Governo Regional, que teve um tipo de actuação, eventualmente no quadro da legalidade, obviamente que depois de uma portaria estar feita e de se aplicar uma atribuição de um determinado subsídio ao abrigo dessa portaria, a legalidade está garantida, está lá. Pode ser duvidosa, mas está lá!

Não foi essa a questão que nos trouxe aqui ontem e que teve como consequência aquela declaração política que aqui fizemos. Não é a pessoa que está em causa, não é a legalidade, é a moral, é a ética...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador:... é algo que contraria aquilo que o Sr. Presidente do Governo dizia aqui há alguns anos, longe vêm os tempos em que não havia qualquer mácula sobre favorecimento e corrupção no seu Governo.

O senhor tem uma situação em que a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social sabia, desde 2007, porque tinha o seu filho nesse curso, que mudou a portaria, inclusivamente, para cursos. Aqui o Sr. Presidente do Governo tem de explicar isso, relativamente aos quais não existe procura a nível da Região Autónoma dos Açores, como foi demonstrado num recente concurso da SATA, em que concorreram mais de 200 pessoas para 6 lugares, portanto há montes de gente no desemprego, e no entanto esse é um dos critérios que está na portaria. Há um subsídio que ultrapassa, que mais do que dobra aqueles que são normais e essa é

uma questão que moralmente e eticamente é reprovável. Por mais que o Sr. Presidente do Governo o diga, os açorianos vão tirar as suas conclusões e portanto o senhor pode fazer uma segunda intervenção, pode falar sobre as questões da comunicação social, por onde o senhor resolveu atirar. E sabe por que é que resolveu atirar, Sr. Presidente do Governo? Porque o senhor sabe que não tem razão e como sabe que não tem razão e por muito que a tente demonstrar, aquilo que o senhor faz é recorrer, atirando para um lado e atirando para o outro, para ver se de alguma forma se consegue safar de um problema que tem dentro do seu Governo, que é o facto de ter uma Secretária Regional que não tem condições políticas para continuar a exercer o cargo. E daí o facto do PSD ter aqui apresentado ontem, como solução óbvia, a demissão da Sra. Secretária, ou por sua iniciativa própria, ou então a demissão imposta pelo Sr. Presidente do Governo, que tem que zelar para que exista aquilo a que o senhor se arrogava aqui há muitos anos de dizer que não existia qualquer mácula, que aí assumia, em relação ao seu Governo.

Deputado Francisco César (PS): Ainda hoje!

O Orador: Nem o senhor o fez, nem a Sra. Secretária o fez. Os açorianos retiram daí as conclusões sobre a ética e a moral presente na condução da actividade governativa dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Antes de mais permitam-me que diga o seguinte: eu creio que falar, embora de um caso concreto, ao nível da política da formação da juventude, tem a ver com a intervenção que foi feita.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: E portanto, nessa medida... Foi por isso que deixei o Sr. Presidente do Governo Regional falar e foi por isso que também deixei o senhor líder do Grupo Parlamentar do PSD falar exactamente sobre o mesmo caso concreto.

Deputado António Marinho (PSD): Mal feito era se não o permitisse!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pedia a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para me inscrever.

Presidente: Para se inscrever no debate, com certeza.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra. Tem a palavra, Sr. Presidente.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado António Marinho.

Em primeiro lugar para lhe dizer que o Governo continua a poder ter como bandeira nos Açores uma grande conquista a favor da ética na política, que é a de em mais de uma década de actividade governativa nunca ter sido conhecida qualquer acção ou situação que configurasse corrupção ou abuso do poder. Isso é património da governação do Partido Socialista...

Deputado António Marinho (PSD): É a sua opinião!

O Orador: ... que sempre teve virtudes, como sempre teve defeitos, mas entre as suas virtudes está rigorosamente o orgulho que pode ter em nunca ter tido uma situação que configurasse corrupção ou abuso de poder e disso nós orgulhamo-nos muito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

E assim continuamos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora já não!

O Orador: Da portaria que foi publicada não resultou a possibilidade de passar a ser dada uma bolsa para o curso de piloto aviador, já era possível e é possível, sem essa portaria, dar essa bolsa. Dessa bolsa não resultou qualquer benefício em termos do montante a atribuir, porque sem essa portaria também era possível atribuir a bolsa e em montante superior. Portanto, não houve favorecimento, não houve dolo, não houve intencionalidade de benefício próprio.

(Aplausos das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Falo para os acusadores, para os caluniadores em especial, sejam eles partidários, sejam eles da comunicação social. E falo com coragem. Eu nunca tive medo de falar e muito menos agora tenho medo de falar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje em dia o que parece mais fácil é lançar acusações, é lançar boatos, é lançar calúnias.

A acusação fica para sempre, a demonstração da sua falsidade não dura mais do que um momento. Não pode ser assim!

Esse terreno perverso é fértil não só nos partidos políticos, como em alguns órgãos da comunicação social. Não tenhamos dúvidas disso!

Veja-se, por exemplo, para não estarmos sempre a falar dos órgãos de comunicação social pública, mas tenha-se a coragem de falar das coisas, veja-se por exemplo com o jornal “Diário dos Açores”. Durante estes dias e a propósito desta matéria todos os dias distribuí os mais variados insultos aos Membros do Governo e outros titulares de cargos políticos. No dia seguinte, esse mesmo jornal inventou que o filho de um membro do anterior Governo tinha sido contratado por mim para o meu gabinete, afinal tinha sido contratado apenas um jovem com o mesmo sobrenome. No dia seguinte ainda inventou que os dirigentes do DREPA iam receber mais 30% por funções que já desempenhavam, afinal vão receber menos 20% do que recebiam segundo uma resolução antiga do Governo do PSD.

Há jornais e jornalistas assim que merecem a nossa censura e que não são inimputáveis em democracia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós temos o direito e até o dever de denunciar a mentira e de denunciar a distorção que é metodologicamente organizada para influenciar a opinião pública.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O mesmo se diga em relação a órgãos de comunicação social públicos, por exemplo a RTP, que noticia este caso não se resumindo aos factos que diz indesmentíveis, intercalando expressões suspeitosas e adjectivantes, como por exemplo, “não deixa de ser estranho”, ou até relacionando a bolsa com a existência da fome, observações mais próprias do debate inter-partidário do que da obrigação da prestação isenta de informação de um órgão de comunicação social público.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quero dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, que eu estou à vontade com a comunicação social.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E com os Açores? Também está?

O Orador: Primeiro, porque nunca ganhei nada na vida à custa da orientação informativa de órgãos de comunicação social, eu nunca ganhei nada na vida à custa da orientação informativa da RTP ou de qualquer outro órgão de comunicação social.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tinha dias!

O Orador: Segundo, porque nunca pedi um favor a qualquer jornalista. E terceiro, é preciso que se note, nunca pedi um favor a qualquer jornalista como não lhes peço licença, nem pedirei licença para dizer o que penso sobre os órgãos de comunicação social ou sobre a sua conduta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Concluindo, Sras. e Srs. Deputados, porque isto é importante, o que é indesmentível afinal é a notícia de que o filho da Sra. Secretária, sem a dita portaria, podia ter tido a bolsa...

Presidente: Agradecia que abreviasse.

O Orador:... ou até podia ter tido uma bolsa maior. Ou seja, a realidade afinal é a anti-notícia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para esclarecimentos.

Deputado Berto Messias (PS): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E é assim que vai caindo a máscara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra.

O Orador: Eu tenho sempre alguma reacção desta minha parte esquerda quando intervenho, costuma ser hábito.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Não é a mim, mas incomoda a minha intervenção, à minha esquerda anatómica.

E portanto intervenho neste debate na sequência da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias para dizer o seguinte.

O nosso trabalho aqui é fiscalizar a actividade governativa. Dessa parte, o CDS não se demite nunca. E o que para nós seria estranho, seria até inaceitável ou até reprovável, era o Sr. Presidente do Governo estar hoje presente nesta casa e não dar a justificação à casa da democracia sobre aquela que é a sua opinião sobre a matéria. Todos nós conhecemos as declarações que a comunicação social fez, mas acho que era obrigação, e fê-lo bem, em nesta casa esclarecer os Srs. Deputados, dar a sua opinião para que nós também possamos pedir esclarecimentos ao Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presumo que a democracia funciona assim e vem efectivamente na sequência da intervenção do Deputado Berto Messias.

Nós, nessa perspectiva de fiscalização do Governo e até de melhorar ou dar um contributo, por modesto que seja, para melhorar a actividade governativa dos Açores, porque é também um contributo, é também um dever da oposição, apresentamos um Projecto de Resolução que visa exactamente clarificar regras da atribuição de subsídios para os diversos cursos, quer seja de cabeleireiro, de técnico de construção civil ou de piloto de aviação civil e introduzir penalizações a quem recebe esses subsídios. Clarificar quais os cursos que devem ser financiados e de uma forma transparente serem publicitados e publicados para que todos tenhamos conhecimento daquilo que se passa. E por isso mesmo entregamos uma proposta de Projecto de Resolução, com dispensa de exame em Comissão, que será ainda discutida nesta casa e que me parece que vem dar um contributo muito positivo para a democracia nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, apenas uma declaração muito breve, mas relembrando as coisas. Temos que ir aos factos, e os factos são óbvios.

A Sra. Secretária faz sair uma portaria em que uma das condições é que seja um curso que tenha procura suficiente na Região Autónoma dos Açores, relativamente a um curso que é introduzido pela mesma portaria, que pura e simplesmente não há procura, há excedente de oferta.

E por isso, e isso acontece em 2009, a Sra. Secretária candidata... a Sra. Secretária não, o filho da Sra. Secretária candidata-se e já frequentava o curso desde 2007.

Oh Sr. Presidente do Governo! O povo percebe perfeitamente o que se passa aqui e percebe que moral e que ética existe num comportamento destes. Isto é claro e portanto o Sr. Presidente do Governo acabou de se associar a isso e diz que tudo é claro, que é tudo normal. Como não tem possibilidade e perante a incapacidade de tentar explicar o inexplicável, atira-se à comunicação social. Não gosta que a comunicação social noticie. Porquê? Queria esconder? Queria esconder a situação?

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Queria que a situação ficasse perfeitamente no desconhecimento dos açorianos? É isso que quer? É isso o seu conceito de democracia?

Não, Sr. Presidente do Governo. Isso é impunidade, é a vontade permanente que os senhores têm de controlar tudo e todos e de controlar também a comunicação social.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que os senhores têm demonstrado. Aliás, basta-nos lembrar o que se passou há dois ou três anos na ilha do Pico, quando os senhores, numa conferência de imprensa do Partido Socialista, expulsaram os jornalistas pelo facto de no dia anterior não terem ido ao Comício do PS.

Portanto, o vosso vício é antigo e aqui queriam esconder, queriam que não fosse divulgada uma situação que obviamente penaliza o seu Governo, porque o senhor a partir deste momento tem um Governo, em que podem existir por parte dos açorianos suspeita relativamente à utilização ou não da capacidade de governar para satisfazer interesses próprios...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... satisfazer interesses do partido e até para satisfazer interesses pessoais.

Sr. Presidente do Governo, há bocado terminou “isto era uma anti-notícia”. O que o senhor gostava era que fosse uma anti-notícia, o que o senhor gosta é que não haja notícias que dêem conta dos erros, dos desvios de comportamento que pode haver relativamente ao seu Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O seu Governo, neste momento, está sob suspeita, e tal como referimos ontem, é a democracia que fica abalada e, ao não ter nenhum tipo de actuação relativamente a esta situação, que deveria ser considerada da sua parte como responsável por esse Governo, deveria ser considerada insustentável, a partir deste momento aquilo que o senhor está é a insultar a democracia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Para voltar a salientar dois aspectos.

Um novo que é assim: Sr. Deputado, eu estou há muitos anos na actividade política...

Deputado João Costa (PSD): Desde sempre!

O Orador: ... e há jornalistas que com certeza estarão há muito tempo na actividade jornalística - vou-lhe dizer muito baixinho, porque ninguém nos ouve - o senhor nem imagina o que sofria a comunicação social nos tempos do Governo do seu partido. Nem imagina!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não tínhamos gente no GACs!

Deputado António Marinho (PSD): Não havia GACs!

Deputado Mark Marques (PSD): Estão todos agora no GACs e outros andam por aí!

O Orador: Não faz a menor das ideias! Até havia um vigilante, foi nomeado um vigilante, que tinha essa função.

Mas não falemos disso porque isso agora precisamente não interessa. O que interessa é voltar a dizer assim: o Sr. Deputado afirmou que a Sra. Secretária beneficiou o filho e a si própria quando alterou a legislação em vigor. E aquilo que eu lhe digo é que é mentira, não foi assim, não houve favorecimento. O que é indesmentível é a notícia de que o filho da Sra. Secretária, sem a dita portaria, poderia ter tido a mesma bolsa desde 2002. E sem a portaria também podia ter tido uma bolsa ainda maior. Não houve favorecimento, não é verdade aquilo que o Sr. Deputado aqui disse...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Verdade, verdadinha!

O Orador: ... nem é verdade aquilo que foi levantado na comunicação social.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos a atingir a nossa hora regimental, vamos almoçar. Regressamos às 15 horas com a nossa agenda. Bom almoço a todos.

Muito obrigado.

Srs. Líderes e o Sr. Secretário Regional da Presidência se se pudessem aproximar da Mesa eu agradecia. É muito rápido.

(Eram 12 horas e 56 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos reiniciar os nossos trabalhos com a agenda e com a **Continuação das perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, nos termos do art. 180.º** e seguintes do nosso Regimento, apresentadas pela Representação Parlamentar do PPM.

(Eram 15 horas e 07 minutos)

Presidente: Nós tínhamos esgotado o segundo objecto, vamos portanto passar para o terceiro objecto, que é “Estatuto da carreira docente na Região Autónoma dos Açores”.

Eu dou a palavra, para formular a respectiva pergunta ao proponente, ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A formação contínua é um dado essencial para a melhoria do sistema educativo. As análises comparativas realizadas aos sistemas educativos mais eficazes assinalam, todas elas, a relação directa que existe entre a qualidade do sistema formativo e a qualidade do desempenho dos docentes. Na nossa Região, a oferta formativa tem vindo a estagnar em acções de formação cada vez mais repetitivas, mas mais grave é a ausência sistemática da oferta de formação na área científica de formação específica do docente.

Este é um problema que se agrava de ano para ano. A pergunta é simples: reconhece o problema, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação e se sim, como o pensa resolver e que acções pensa promover?

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A resposta é não. O Governo Regional este ano implementou, desenvolveu formação para além da que estava prevista, no âmbito do empreendedorismo, da saúde escolar, das línguas estrangeiras que vai decorrer este ano, bem como no âmbito da área curricular não disciplinar de cidadania.

Para além disso, existe formação para os novos programas de português e de matemática.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão quer replicar? Tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Faz mal Sra. Secretária da Educação e Formação em não reconhecer o problema, porque o problema existe e a primeira questão para se resolver um determinado problema que possa existir, neste caso no sistema educativo, é reconhecer que de facto existe esta situação. E esta situação existe.

É uma queixa recorrente de todas as escolas, num grande conjunto de professores das diversas áreas disciplinares. Estou-lhe a falar de uma questão muito precisa que tem a ver com a formação na área científica de cada docente e aqui, como o poderei demonstrar futuramente, vou-lhe indicar e vou-lhe trazer esses dados. Um grande conjunto de professores não realizou a formação, por exemplo, que era necessária realizar no âmbito da sua própria avaliação, porque como sabe 50% da avaliação do professor tem que ser realizada na área científica.

Este problema existe e a Sra. Secretária faz mal em não o reconhecer, porque é objectivo e existem inúmeros testemunhos e dados sobre este problema concreto.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer que nenhum docente da Região Autónoma dos Açores ficará prejudicado caso não tenha tido acesso a formação específica.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Está no Estatuto.

A Oradora: Nenhum docente ficará prejudicado, nem fica, porque está estabelecido por lei que não acontecerá isso.

Presidente: Para formular uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A minha questão prende-se com a intenção já expressa pelo Partido Socialista de vedar aos docentes avaliados com Bom o acesso ao último escalão. Devo lembrar as Sras. e os Srs. Deputados que os docentes avaliados com Muito Bom e com Excelente já são bonificados no tempo de duração dos escalões onde estão inseridos, atingindo, portanto, o topo da carreira mais cedo.

No entender da Sra. Secretária faz sentido vedar o acesso ao último escalão aos docentes avaliados com Bom, fazendo com que assim sejam penalizados duplamente em relação aos docentes que são avaliados com Muito Bom ou com Excelente?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Ainda no final deste mês ocorrerá, irá iniciar-se o processo negocial e as questões da progressão e da estrutura da carreira serão debatidas em sede negocial.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares para formular uma pergunta.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Educação, queria perguntar-lhe o seguinte: as alterações ao Estatuto da Carreira Docente implicaram um aumento significativo

do número de alunos por docente. Que medidas estão previstas para garantir uma melhor qualidade do ensino público, mais concretamente no que diz respeito ao acompanhamento especializado para alunos com necessidades educativas especiais, e já agora, para a prevenção da indisciplina e da violência em meio escolar?

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Importa referir que a média, na nossa Região, dos alunos por turma é inferior a 18 alunos. Esta média tem permanecido estável a dezassete e pouco.

Os alunos com necessidades educativas especiais ou com necessidades de aprendizagem estão a ser acompanhados por docentes, e tenho aqui esse número, há até um aumento do número de professores de apoio em relação ao ano anterior.

Obrigada.

Deputado Rui Ramos (PSD): Um aumento!?

Presidente: Sra. Deputada Graça Teixeira para formular uma pergunta.

***Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sempre foi voz, a diferença existente pela positiva, no nosso Estatuto da Carreira Docente relativamente ao Estatuto da Carreira Docente no continente. Temos pugnado na Região, com as alterações que também aqui se preconizaram, em considerar uma carreira única para os professores, uma carreira única sem quotas.

Sabemos Sra. Secretária como referiu ainda há momento, aquando da resposta ao Sr. Deputado Paulo Rosa, que brevemente se iniciarão as negociações com os sindicatos e a questão que, se calhar, gostaríamos de ver aqui reforçada é se, de facto, da parte da Sra. Secretária vai continuar a defender esta carreira única e de que forma se poderão ver espelhadas as transições dos anteriores 8 escalões para os actuais 10 escalões.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Em breve, como já aqui foi dito, irá iniciar-se o processo negocial. Nós, referente à matéria da estrutura da carreira, porque o Estatuto da Carreira Docente há um ano e dois meses foi aqui nesta Assembleia revisto e aprovado, portanto, há muito pouco tempo, agora urge estabelecer uma estrutura da carreira igual, nos Açores, à que existe no continente, até mesmo para garantir a mobilidade entre os docentes.

Deputado Rui Ramos (PSD): Antes não era preciso, agora já é!

A Oradora: Vamos continuar a defender uma carreira única e na proposta que foi apresentada, e que continuaremos a defender, é que não haja perda do valor remuneratório de qualquer docente aquando da transição duma estrutura de carreira para outra, nem que haja ultrapassagem de posicionamento de escalões da carreira por docentes que tenham menos tempo de serviço. Portanto, esses dois princípios ficarão assegurados, mas, como já disse, o processo negocial irá decorrer em breve. Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires para formular uma pergunta.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

De facto, o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores tem algumas diferenças relativamente ao que vigora, quer na parte continental, quer na Região Autónoma dos Açores, sendo que aquela que é, de facto, emblemática, que é paradigmática, será a da carreira única. Mas, entretanto, as alterações que houve ao Estatuto da Carreira acarretaram, em termos da organização escolar, e sobretudo, da função docente, alterações profundas e nem todas elas são, ou podem ser consideradas, em nossa opinião, positivas. Nomeadamente, a sobrecarga burocrática do processo pedagógico.

Relativamente ainda à questão da manutenção, e visto que eu só introduzo esta questão, porque entretanto ela já foi colocada anteriormente pelo Deputado Paulo Rosa e pela Sra. Secretária, e nomeadamente pela Deputada Graça Teixeira, resolveram trazer à discussão aquilo que se prevê que venha a acontecer em termos futuros, com a revisão da carreira. Então a questão é esta: segundo a proposta, e

daquilo que conheço da proposta do Governo, relativamente à alteração do Estatuto que vai repor a paridade entre a Carreira Docente e a carreira técnica superior da Administração Pública, vai introduzir, por via administrativa, carreiras diferenciadas, uma vez que alguns professores, mesmo seguindo o seu percurso normal de avaliação, chegarão muito antes do que outros ao topo da carreira, isto é, ao novo escalão que se pretende introduzir. Portanto era bom, eu deduzi das palavras da Sra. Secretária, que essa situação não se iria colocar, espero que nas negociações que vão decorrer e que já estão agendadas, de facto, haja essa correcção àquilo que inicialmente está proposto.

Mas voltando à questão que queria colocar que tem a ver, de facto, com a enorme carga burocrática que o processo pedagógico tem, porque tem uma carga administrativa muito pesada o que retira, em minha opinião, muito tempo aos docentes para a sua função pedagógica. Entretanto aquilo que eu queria perguntar é quando é: que será conhecido o relatório da comissão criada pela Secretaria Regional da Educação e Formação para a desburocratização de processos pedagógicos e administrativos?

Muito obrigado Sra. Secretária. Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra para responder.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Tal como tinha sido nosso compromisso, a equipa que tinha ficado com a incumbência de apresentar uma proposta sobre a desburocratização do ensino fê-la, a devido tempo, no final do mês de Maio. Essa proposta foi apresentada no Conselho Coordenador do Sistema Educativo e neste momento estão a ser integradas as medidas. Algumas delas a nível da Direcção Regional da Educação e Formação, já estão a trabalhar neste sentido. Ao longo deste ano irão aparecer os resultados dessa proposta, em diferentes documentos, em diferentes orientações que irão ocorrer.

No entanto, aproveito para salientar que já houve por parte da tutela um esforço no sentido da desburocratização de alguns procedimentos, nomeadamente, deixou de ser necessário as escolas, enquanto entidades formadoras, se certificarem para os

cursos profissionais. Portanto já não é necessário as escolas terem este processo. Também todos os momentos que nós temos de reuniões com os órgãos de gestão das escolas e na Comissão Coordenadora do Sistema de Ensino temos procurado que os órgãos de gestão e todo o corpo docente descomplexifique alguns procedimentos, que da parte da tutela não há intenção de serem efectuados. Há aqui um apelo para as escolas não “complexificarem” processos que por parte da tutela não há essa exigência. Estou a referir-me ao caso da avaliação do pessoal docente, e também aos projectos curriculares de turma que não necessitam. Se houver um bom projecto curricular de escola, os projectos curriculares de turma poderão ser muito mais simples e as escolas, segundo o que eu sei, já têm orientações nesse sentido.

Para além disso haverá ainda, ao longo do próximo ano, um conjunto de aplicações informáticas que certamente irão agilizar esses processos.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra para formular uma pergunta a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

***Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, neste âmbito a pergunta que gostava de lhe pôr, e uma vez que muitas das perguntas já foram feitas, é o que é que o Governo prevê no cenário daqueles professores que actualmente exercem funções não docentes e de que forma se poderá garantir a igualdade, quer de acesso ao último escalão, quer de avaliação destes docentes, à semelhança do que acontece com aqueles que permanecem no exercício de funções?

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Essa é uma questão que se prende com a estrutura da carreira e que será debatida em sede negocial e não aqui. Mas de qualquer forma volto a repetir que ficará assegurada a não ultrapassagem de docentes com menos anos de serviço. Portanto esse princípio ficará assegurado.

Obrigada.

Presidente: Eu neste momento não tenho inscrições. Não se há mais alguma pergunta. Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Volto praticamente ao contexto em que fiz a primeira pergunta, embora faça aqui uma segunda questão, no mesmo âmbito, mas um pouco diferente.

O que lhe quero dizer Sra. Secretária é que a credibilidade de um Governo, de um governante, depende que se diga a verdade. Quando se coloca uma questão, ainda hoje não temos uma resposta positiva para dar, o melhor é que se reconheça que de facto tivemos aqui uma dificuldade, por este ou por aquele motivo. Ninguém faz tudo bem. Que a Sra. Secretária venha dizer que existe formação específica na área científica para os docentes e que não temos aqui um problema no nosso sistema educativo, é algo, que pura e simplesmente, não é verdade. E todos os professores que estão a ter enormes dificuldades em ter acesso a essa formação específica e que ouviram as suas palavras, obviamente ficarão bastante desagradados porque não disse a verdade.

Mas mais que isso, Sra. Secretária, a questão que depois remeteu para o Estatuto do Trabalhador Estudante - que ninguém ficaria prejudicado na avaliação - por não ter tido a formação científica é verdade, porque existe um mecanismo no Estatuto que permite que o professor que se inscreveu numa determinada formação científica e que não teve a oportunidade (inscreveu-se, mas depois não foi seleccionado ou essa formação não se realizou) esse professor progride na mesma, isso é verdade. Mas a questão que lhe tinha colocado não era essa, se era ou não prejudicado. A questão que lhe tinha colocado era objectivamente em relação à formação específica, na área científica, se aconteceu ou não aconteceu, e não acontece em muitos casos como a Sra. Secretária sabe.

A questão derradeira sobre este assunto que lhe deixo é esta: as condições de trabalho dos docentes nas escolas e nas suas famílias degradaram-se muito nos últimos anos devido à introdução da componente não lectiva de trabalho a nível de estabelecimento de ensino. O trabalho de preparação de aulas, correcção de fichas

e de testes é extremamente moroso. Os docentes trabalham hoje muito mais que 35 horas por semana, muito mais. Tudo isto provoca um desgaste muito acentuado na carreira docente. A questão que lhe coloco, Sra. Secretária da Educação, é se está disponível para voltar a analisar esta situação no âmbito da próxima revisão do Estatuto da Carreira Docente?

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Não estou disponível.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão para replicar.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a resposta é de facto bastante objectiva e bastante esclarecedora. É evidente que não sendo aquela que quero, não sendo aquela que serve o sistema educativo, não sendo aquela que serve os professores, não sendo aquela que serve os alunos, não sendo aquela que serve encarregados de educação, obviamente já ficámos aqui, de facto, com aquele que é o posicionamento político da Sra. Secretária do Governo Regional em relação a esta questão e que considero que é muito penalizador em relação aos docentes. Mas ficámos todos esclarecidos.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Serve sobretudo os alunos. Portanto, não vou alterar porque da forma que aqui está definido serve os alunos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Por que é que serve os alunos? É isso que a senhora tem de explicar! Não é só porque a senhora diz que serve.

Presidente: Não havendo mais perguntas sobre este objecto, passamos ao objecto seguinte, objecto número quatro: “Avaliação de desempenho de pessoal docente na Região Autónoma dos Açores”.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra para formular uma pergunta.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A abolição do desempenho do pessoal docente provocou um gigantesco conflito com os sistemas educativos português e açoriano. Os governos socialistas quiseram passar para opinião pública uma imagem de rigor e competência no âmbito da avaliação docente, transitando assim este ónus dos maus resultados alcançados para os professores. O nosso sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente cedo se revelou um pesado e pouco objectivo mecanismo burocrático. Garante uma enorme perda de tempo aos docentes, mas não é um sistema justo nem rigoroso de avaliação.

Com os dados que possuímos é possível começar a avaliar a enorme confusão que constituiu o processo de avaliação dos Açores.

O Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores é o melhor espelho da confusão e desorganização que se instalou no sistema de avaliação. É possível observar, até Julho deste ano, a delegação de competências de observador no âmbito do processo de avaliação e desempenho do pessoal docente do sistema educativo. E aqui eu trouxe a prova factual disto que estou a dizer. Estas são as nomeações desde Março até Julho de professores para desempenharem as suas funções no âmbito do sistema de avaliação. É este conjunto enorme de nomeações.

Eu pergunto-lhe Sra. Secretária como é que foi possível viver nesta anarquia, como é que é possível estar a nomear professores em Julho, praticamente a concluir o ano, para o processo de avaliação. E os açorianos podem ver no Jornal Oficial, temos estas nomeações todas desde Março até Julho, eu quero que me explique se isto é avaliação contínua, se isto é avaliação em 5 dias, ou se então vai nomear o avaliador depois de ele já estar a desempenhar funções há 3 ou 4 meses? Se é isto ou se foi assim que se sucedeu? Portanto, esta é a prova factual da enorme confusão, da enorme desorganização, da enorme incompetência em que o processo de avaliação decorreu.

Presidente: Sra. Secretária Regional para responder tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A nomeação no Jornal Oficial é uma exigência de lei. Foi cumprida. Há transparência, há rigor, há exigência e há a dignificação do papel do avaliador.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão quer replicar?

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de saber que dignificação é que tem o professor que é nomeado em Julho para o processo de avaliação que está quase a concluir. Portanto, isto está tudo dito, não é preciso dizer mais nada em relação a esta questão.

Presidente: Sra. Deputada Graça Teixeira para formular uma pergunta tem a palavra.

***Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir a um acto de demagogia que não ficou pelo tamanho do papel demonstrado, nem pelo peso que trouxe na pasta. Sr. Presidente, eu já vou à pergunta - um aparte, um comentário relativo a esta questão que acabamos de assistir.

Avaliar, de facto, sempre foi e continuará a ser um momento diferente e com alguma complexidade e responsabilidade. Esta responsabilidade é e deverá ser partilhada pelas partes, como sabemos, avaliador e avaliados.

No ano lectivo transacto, decorreu nas nossas escolas, pela primeira vez, o processo de avaliação nos moldes preconizados pelo Estatuto da Carreira Docente. Sabemos também o quanto, por vezes, pode criar ansiedade um processo que pela primeira vez se realiza e para o qual ainda não há referenciais balizadores. Também sabemos que nunca, e por princípio fundamental, este sim, deverão ser avaliadas pessoas, mas sim desempenhos.

A questão que lhe ponho Sra. Secretária é se de facto as críticas apresentadas por alguns sindicatos e alguns membros também da oposição e professores, deste modelo ser pesado se assim entender, têm ou não razão de ser?

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra para responder.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Claro que este foi um primeiro modelo, foi o primeiro ano de implementação. Agora terminou o primeiro ano de implementação deste modelo.

É um modelo exigente, mas, no entanto, afigurou-se exequível. Nós temos no momento três comissões a acompanhar: temos uma comissão de acompanhamento, funciona como uma comissão paritária, constituída por um representante de cada organização sindical mais dois representantes da administração educativa; temos outra comissão que é uma comissão de acompanhamento e de monitorização do processo de avaliação do pessoal docente, que é constituída pelo presidente da comissão de avaliação do ensino público, temos um especialista em educação, um representante da Direcção Regional da Educação e mais dois representantes das organizações sindicais; fora estas há uma comissão científica, constituída por 3 especialistas em educação, que tem um carácter consultivo.

Estas 3 comissões estão a desenvolver o seu trabalho. No entanto, ainda não o concluíram porque o ano agora é que terminou. Já se reuniram, já enviaram relatórios. Esta comissão de acompanhamento e monitorização até tem uma página que pode ser consultada com informação sobre este processo.

Deve estar no portal da educação e é CAMAD. O presidente desta comissão é o Presidente do Conselho Executivo da Escola dos Arrifes, o professor Freire.

Esta comissão tem visitado escolas. Foi visitar, julgo eu, dez unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores para perceber *in loco* como é que o processo estava a ser desenvolvido. No entanto os relatórios finais ainda não ocorreram e neste primeiro ano, a maioria dos avaliados foram professores contratados, como é perceptível que assim o tenha sido.

Portanto, apesar de o processo ser exigente, de ser a primeira vez que está a ser implementado, não se verificou inexecuível. Tem resultado, as escolas têm mostrado que o momento de reunião entre o avaliador e o avaliado tem sido muito benéfico como forma de regular a qualidade do ensino e até à data há satisfação por parte do Governo Regional quanto a este processo.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa para formular uma pergunta.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Foi aqui dito, que pela primeira vez e bem, no último ano lectivo se introduziu a avaliação dos docentes segundo o novo modelo e foi também dito que ela se torna exequível. Falou-se num grupo que contém um especialista em educação. Um especialista em educação é, digamos, um conceito vago que, aparte da pergunta que lhe vou formular Sra. Secretária, se quiser definir o que é um especialista em educação penso que toda a gente ficaria mais esclarecida.

No entanto o âmbito da minha pergunta é mais abrangente para percebermos do que é que estamos a falar.

O novo ano lectivo arrancou com um leque de cerca de 5000 docentes em efectividade de funções e o que eu gostaria de saber especificamente é: desses 5000 docentes quantos foram avaliados no decurso do último ano lectivo e qual a percentagem de classificações de Bom?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Relativamente, para responder às duas questões colocadas, um especialista em educação é alguém que fez, de preferência, doutoramento, apresentou trabalho de investigação nesta área, fez mestrados ou doutoramentos os quais foi reconhecido por instituições de ensino superior como merecedores desse título, para além disso, o currículo das pessoas envolvidas. Fomos encontrar pessoas que já têm práticas nesta área, sobretudo na área da avaliação.

Relativamente à questão de quantos foram avaliados, o número ao certo não o tenho aqui presente, mas é seguramente um número superior a 1000 docentes, garantidamente superior, entre 1000 a 2000 docentes, e posso referir...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Cerca de 3000, Sra. Secretária.

A Oradora: ... que, destes, 163 pediram, fizeram o requerimento para terem Muito Bom ou Excelente. Quanto aos resultados agora finais nós ainda não

dominamos essa matéria, ainda não os temos porque as comissões de avaliação de cada unidade orgânica estão a fechar esse processo. O processo terminou no final de Agosto para os contratados, mas ainda não está completamente encerrado.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz para formular uma pergunta.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que a avaliação do desempenho do pessoal docente na Região Autónoma dos Açores se trata de um processo que comprovadamente representa uma sobrecarga de trabalho para os avaliados e avaliadores, é subjectivo, acarreta despesas consideráveis e retira tempo valioso para leccionação, avaliação dos alunos e preparação do ano lectivo seguinte permita-me perguntar à Sra. Secretária se estão previstas alterações ao Decreto Regulamentar N.º 13/2009-A de forma a não penalizar tanto os nossos docentes? Se não, se estará sensível a essas alterações?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Neste momento é difícil manifestar-me porque estou confiante. Para isso é que foram necessárias estas comissões, porque não vai ser a meu belo prazer que vou alterar um processo sem ainda ter o *feedback* do mesmo. Portanto estarei sensível de acordo com os relatórios que me forem enviados, que as comissões estão a elaborar.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso para formular uma pergunta.

***Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

É sabido que todos os sistemas de avaliação têm como finalidade a melhoria desses próprios sistemas. Ninguém melhora aquilo que na verdade não conhece.

As alterações que foram feitas, neste caso específico, na avaliação de desempenho, assentaram em 3 ideias base que penso que reúnem consenso, embora pelas intervenções e perguntas feitas antes de mim se pudesse concluir no sentido contrário.

A primeira delas é que não há modelos de avaliação perfeitos; a segunda delas é que tudo é fundamental, que é necessária a avaliação e a terceira delas é que é necessário implementar um modelo que funcione suficientemente bem e que possa, sempre que possível, e desejavelmente, assim seja, ser progressiva e continuamente melhorado.

E a pergunta Sra. Secretária, até no seguimento de outras que foram feitas antes de mim, é: passado que está este primeiro ano de implementação se é possível à Sra. Secretária, embora já o tenha feito na generalidade, destacar os aspectos mais fortes e os que correram menos bem nesse processo e sobretudo se equaciona em aspectos mais específicos, e refiro-me por exemplo à questão da avaliação dos professores contratados, que poderiam ter algum benefício ou não, na alteração da periodicidade da avaliação desses docentes, uma vez que as condições deles não são necessariamente iguais às dos outros docentes?

Obrigada.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Pelo que percebi a questão prende-se com a periodicidade e com a pertinência ou não de alterar a mesma.

Entenda-se o processo de avaliação tendo como objectivo final a melhoria da qualidade do desempenho dos docentes. Se entendermos que há uma função reguladora neste processo, se deixarmos passar muito tempo será mais complicado actuar para que os próprios docentes possam rever ou reformular, digamos assim, o seu desempenho decorrente da avaliação que foi efectuada.

Entende-se que os períodos muito longos sem avaliação poderão levar a alguma necessidade de depois... Em prejuízo do próprio docente, porque a avaliação tem de ser encarada pela positiva tendo como objectivo último a melhoria do

desempenho, a melhoria da qualidade do sistema educativo. Se a avaliação é reconhecida como importante, ela tem de ser sistemática e efectuada com a periodicidade necessária e com o maior número de vezes possível para que tenha efeito regulador.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires para formular uma pergunta.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Agradecer em primeiro lugar à Deputada Cláudia Cardoso por ter introduzido esta questão, de facto, muito pertinente e sobre a qual eu também quero questionar a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

No entanto, queria desde já lembrar-lhe o seguinte: a avaliação dos alunos, como sabe, a avaliação sumativa é feita por ciclos de ensino, por espaços dilatados. Só extraordinariamente é que ...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não é bem assim!

O Orador: É assim minhas senhoras. É assim Sras. Deputadas.

Faz avaliação sumativa por ciclo de ensino, só extraordinariamente é que se faz avaliação sumativa e existem reprovações.

A Sra. Deputada já há muito tempo que não está na escola, portanto era bom que voltasse à escola durante algum tempo.

(Vozes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Faça favor de continuar Sr. Deputado.

O Orador: Não é verdade! Portanto e partindo do princípio que até aceitamos que sim, que efectivamente os alunos devem ser avaliados ao fim do ciclo de ensino ou o efeito da avaliação formativa deve ser ordinariamente ao fim do ciclo de ensino e não a meio, e partindo desse pressuposto que isto é bom para os alunos, não vejo por que é que não será bom para os professores. Mas tudo bem.

Foram avaliados este ano cerca de 3000 professores contratados. Não há, na minha opinião, grande vantagem na avaliação anual dos professores contratados. Assim

como não há grande vantagem na avaliação de dois em dois anos dos professores do quadro. Pelas razões que já aqui foram, por diversas vezes, discutidas.

(Risos da Deputada Catarina Furtado)

O Orador: E sobretudo, porque este é o processo que cria alguma estabilidade na escola...

Deputada Nélia Amaral (PS): E o senhor também.

O Orador: ... nomeadamente, na preparação dos anos lectivos, uma vez que as reclamações e o recurso recaem sobre Julho e Agosto, salvo erro. Ou estou errado. Não estou errado pois não?

Portanto, isso cria alguma estabilidade em termos da própria preparação do ano lectivo seguinte. Para além do facto, eu não sei se a Sra. Secretária Regional estará em condições e - não é a pergunta que lhe vou fazer - de dizer quantas horas é que o processo burocrático gastou, quantas horas se gastam, isto para além dos efeitos nocivos que têm termos de instabilidade do funcionamento da escola, se a Sra. Secretária tem eventualmente a ideia de quantas horas é que se gastam neste processo. E a pergunta é esta: se a Sra. Secretária me pode informar e pode informar esta Câmara de quanto é que este processo de avaliação custa, directa e indirectamente, ao orçamento da Região?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é bom que se diga que o processo de avaliação de acordo com a nova estrutura da carreira que se afigura, que já existe no continente e que se perspectiva para a Região, deverá ocorrer de 2 em 2 anos. Portanto, o processo é contínuo mas o momento de fechar, da avaliação terminal, será de 2 em 2 anos.

2 em 2 anos não é um espaço muito curto de tempo. Isto para que todos percebam.

Para os contratados é anual porque se percebe que num ano estão num sítio, noutro ano estão noutro, daí que haja necessidade de haver aqui uma consistência de informação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Depende do avaliador e não do avaliado! Isso que a senhora está a dizer ...

Peço desculpa.

Presidente: É melhor não aceitar o diálogo. Faça favor Sra. Secretária.

A Oradora: Posso continuar?

Relativamente aos custos, neste processo isso foi o que menos preocupou o Governo, porque a causa merece.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olhe o equilíbrio das contas públicas!

A Oradora: É de todo o interesse que o sistema educativo nas suas diferentes vertentes seja avaliado: temos que avaliar as escolas; as escolas têm que ser avaliadas interna e externamente; os docentes têm que ser avaliados; os alunos têm que ser avaliados; o pessoal não docente também. Portanto há todo aqui um conjunto de práticas avaliativas que fazem sentido e que dão trabalho, é claro. Nós assumimos. Mas nada se faz sem trabalho e o modelo de avaliação anterior a este era um modelo que poderia dar menos trabalho mas também não se verificou que viesse a trazer benefícios para o sistema educativo.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Já é a segunda vez que as Sras. Deputadas do Partido Socialista, conhecendo perfeitamente o Regimento, aproveitam para fazer intervenções no sentido de rebater intervenções que eu tenha realizado e não de colocar a questão. Inclusivamente, chamando a intervenção de “demagógica”. E eu não posso aceitar isso, Sra. Deputada Graça Teixeira, porque apresentei-lhe aqui um conjunto de dados factuais que é o Jornal Oficial, com um conjunto de nomeações que foram realizadas inclusivamente em Julho em relação aos professores que estão a desempenhar processos de avaliação nas escolas açorianas. E portanto, isto não é

demagogia, são factos. E estes factos, se a senhora acha normal que no final de um processo de avaliação os avaliadores ainda estejam a ser nomeados, então não estamos num estado de direito, então a senhora considera que trabalhar nesta situação é admissível. Eu digo-lhe já que não, da minha parte, daquela que é A minha responsabilidade enquanto Deputado de fiscalizar a acção do governativa, não posso tolerar que um Governo esteja a nomear os avaliadores no final do ano. Portanto isto demonstra, exactamente, o caos e a desorganização que presidiu a todo este processo e demonstra também que a tutela não seguiu e não o coordenou, por que as diferenças em relação ao processo de avaliação de escola para escola - e poderia dar aqui muitos exemplos – são verdadeiramente de uma pobreza franciscana. As diferenças de apreciação sem que a tutela tenha coordenado o processo, são verdadeiramente escandalosa.

E portanto, o que lhe quero dizer, mas já vi que vou ter pouco êxito, porque a Sra. Secretária Regional há pouco não fazia a menor ideia – veja bem o intervalo que deu: perguntaram-lhe quantos docentes é que tinham sido avaliados e a Sra. Secretária Regional disse “mil a 2 mil”, é quase a mesma coisa, é um intervalo de mil a 2 mil, não faz a menor a ideia em relação aos dados quantitativos do processo de avaliação –tendo em conta os dados que conseguimos reunir, a avaliação do conjunto dos docentes a partir da classificação de Bom até ao Excelente deve atingir os 99%, isto de acordo com os contactos que nós fizemos para as escolas, os 99%. Não é de facto o sistema selectivo e rigoroso que tem sido vendido à comunicação social. Portanto se este é o sistema em que antes praticamente 99% tinham Satisfaz e agora passaram a ter Bom, este é que é o sistema que os senhores andaram a vender para a comunicação social e para o povo português a dizer que tinham um sistema rigoroso, selectivo, muito burocrático mas que valia a pena, porque era altamente selectivo e agora 99% dos professores têm de Bom a Excelente, tal como os resultados que foram alcançados a nível nacional? Portanto a questão lhe coloco é: que dados é que possui neste momento ou requisitou às escolas para acompanhar o processo de avaliação? Sabe quantos professores foram avaliados e que notas eles tiveram? Eu sei que ainda faltam alguns passos no processo. Deve fazer um acompanhamento permanente da situação, imagino eu, ou

pensava que o Governo fazia um acompanhamento permanente da questão...O que lhe pergunto é que dados é que possui neste momento?

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho aqui a informação escola a escola dos dados que nesta altura são possíveis ter. Tenho aqui de cada escola o número de docentes (porque fizeram-no há um ano) que pediram, que requereram Muito Bom ou Excelente e posso referir que nas ilhas de São Miguel e Santa Maria foram 65; nas ilhas da Terceira, São Jorge e Graciosa foram 66; Pico, Faial, Flores e Corvo foram 10. E contratados foram 22.

Eu tenho aqui os dados. Depois tenho em pormenor de cada escola, não posso ter os dados finais daquilo que ainda não terminou. Tenho aqui mais um caso de Insuficiente no regime transitório que ocorreu em que a docente foi avaliada há pouco tempo.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão para replicar.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Acaba de me dar dados parciais e o que eu lhe estava a dizer era o conjunto de dados que é possível reunir, porque se eu os consigo a Sra. Secretária também tem a obrigação de os conseguir. Se já tinha o conjunto de dados, era o número de pessoas que já tinham sido avaliadas e não me respondeu. E perguntei-lhe também onde é que se situavam essas notas e a Sra. Secretária também não me respondeu em relação a essas questões.

Tendo em conta a descoordenação deste processo, a falta de informação que revelou ao longo deste debate sobre o processo de avaliação, estou esclarecido sobre esta questão.

Presidente: Não havendo mais perguntas, passamos para o quinto objecto que é “Concurso do pessoal docente” e eu dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão para formular a primeira pergunta.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Posso afirmar com total segurança neste Parlamento, que pela primeira vez em muitos anos, o que tínhamos observado anteriormente eram apenas casos esporádicos. O concurso docente e as respectivas colocações estão, em alguns casos, a ocorrer com total desrespeito pela lei e sem respeitar as respectivas listas de graduação.

A questão que coloco à Sra. Secretária da Educação e Formação é: se tem conhecimento destas irregularidades? Se já lhe chegaram reclamações sobre este assunto?

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Desculpe mas não percebi o alcance da sua questão.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não tem.

Presidente: Pode repetir a questão, Sr. Deputado.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A questão que se sucedeu nas últimas semanas, em quase todas as ilhas e em muitas escolas desta Região, é que alguns professores foram contactados pela Direcção Regional da Educação e colocados em determinadas escolas sem que essa vaga tivesse sido publicada e que tivesse aparecido no *site*. Ou seja, o professor é colocado antes de essa vaga ter surgido de forma real, de ter surgido nos diversos dados que são transmitidos pela Direcção Regional da Educação. Eu sei que existem inúmeras queixas que lhe foram dirigidas e eu sei e afirmo, em relação a esta questão, que é um conjunto de casos, não é um conjunto de dois ou três casos, é um grande conjunto de casos, e considero que isto é gravíssimo. Porque há uma coisa que é fundamental no concurso do pessoal docente, que é a absoluta transparência na colocação dos professores e na lista de graduação. É absolutamente essencial. Eu admito que em relação às listas e em relação ao rigor com que isto tem sido feito, até este ano tem sido feito com rigor e portanto é isso

que é muito grave, deixou de ser feito. Porque se existia um elemento de credibilidade no nosso sistema, que eu reconheço, deixou de existir este ano por que estão a ser feitas colocações. a Sra. Secretária conhece com certeza as reclamações. Estão a ser feitas colocações previamente antes de a vaga surgir. É tão simples como isto Sra. Secretária.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Realmente repetiu a questão que colocou mas eu desconheço do que é que está a falar. Desconheço.

O processo concursal que existe na Região é motivo de orgulho, tem sido exemplo para todo o país e não tenho conhecimento de qualquer anomalia que tenha ocorrido ao concurso para internos, para externos, para afectação, para contratação e este ano, tal como em outros anos, decorreu com normalidade.

Obrigada.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma questão grave, a que acabei de descrever. Porque em relação ao nosso sistema de colocações, ao nosso sistema de concurso, acabei de lhe dizer que nos últimos anos eu considero que funcionou muito bem e que era um sistema rigoroso e é preciso mantê-lo assim. Só que sucedem (e se não tem conhecimento pois evidentemente que os dados lhe vão chegar, e eu próprio me comprometo a fazer-lhe chegar esses dados no mais tardar até meio da próxima semana) muitas situações em que as colocações são feitas, são realizadas - Sra. Secretária, deixe-me terminar - sem que a vaga surja para o respectivo concurso. As pessoas são contactadas e são colocadas na escola sem que essa vaga surja. A vaga surge depois e isto não pode ser.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se é verdade, é muito grave.

O Orador: Eu admito que não tenha conhecimento da situação e se não tem é grave. Tem que investigar e de qualquer das formas comprometo-me a apresentar-lhe o conjunto de casos até meio da próxima semana.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

É de estranhar que o Sr. Deputado faça aqui afirmações sem ter os dados. Vai apresentar-mos daqui a uma semana? Deveria ter vindo para aqui com essa informação, para servir o sistema educativo. É assim que se entra num debate para servir a educação nos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão pede a palavra para? Acabou de fazer a sua réplica Sr. Deputado, eu não lhe posso conceder a palavra.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Com certeza, mas a afirmação que me foi aqui introduzida eu penso que a defesa da honra se aplica perfeitamente, porque acabam de me dizer que eu inventei.

Presidente: Então tem três minutos, Sr. Deputado.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária em quase todos os documentos tive a oportunidade de lhe trazer cópias destes processos e até lhas posso entregar. Em relação a este processo, como sabe estas são queixas de carácter individual dos professores de que eu tenho conhecimento e portanto, neste momento, a acusação que lhe estou aqui a fazer não é acusação. Não lhe estou a fazer a si nenhuma acusação, não estou a dizer que colocou professores e deixou de colocar outros, não é nada disso. O que lhe estou aqui a dizer é a dar-lhe nota das irregularidades que estão a suceder em relação às colocações que estão a ser efectuadas e em relação ao concurso.

E portanto se eu não lhe provar este tipo de afirmações que acabei de fazer, é evidente que a minha credibilidade não existe. Tenho que falar evidentemente com os professores e eles têm que me autorizar, porque são dados pessoais. Agora posso-lhe dizer, posso afirmar aqui que isto sucedeu e que isto está a suceder. São serviços que são tutelados por vossa excelência e eu estranho muito que as

reclamações ainda não lhe tenham chegado. Estranho muito que essas reclamações ainda não lhe tenham chegado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Diga quais são as escolas. Pelo 3 ou 4, já era suficiente!

Presidente: Presumo que a Sra. Secretária não queira responder. Vamos passar para a pergunta seguinte, que cabe ao Sr. Deputado Rui Ramos.

Diga? Não percebi.

(Vozes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Não, não. É já do quinto objecto, do objecto “Concurso de pessoal docente”.

Com certeza. Tem a palavra.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

De facto, um concurso de professores deve ser sempre um momento de algum rigor, de transparência e portanto o que se verificou este ano, ao contrário do que se tem verificado em anos anteriores, é que os professores foram colocados em determinadas escola, mas a verdade é que estão a leccionar noutras escolas.

Mas a minha pergunta vai nesse sentido. A 8 de Setembro deste ano surgiu uma lista de colocação de professores e estranho (e aliás é isso que quero confrontar a Sra. Secretária, se acha bem, se acha normal, se acha que isso torna o processo credível) nesse mesmo dia 8 esta primeira lista desaparece. Surge esta segunda lista para depois, na qual há um professor que desaparece, e volta a aparecer numa terceira lista o mesmo professor.

A pergunta é se a Sra. Secretária, como responsável máxima pela tutela deste sector, acha isso normal, se tem conhecimento e se acha que isso credibiliza a educação na Região Autónoma dos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Pressuponho que se está a referir ao próprio dia em que a lista deveria sair? É esse caso. A lista saía oficialmente no dia 8, mas momentos antes de sair a lista não estava fechada. Saía a 8 ou a 9...

Deputado Rui Ramos (PSD): A 8.

A Oradora: Julgo que a 8. Aconteceu que (nós temos conhecimento disso) antes da saída oficial da lista houve pessoas - hoje em dia já há em peritos em tudo - que entraram no sistema, viram o processo conforme estava a decorrer e tiveram acesso. Mas essas listas que saíram antes, na altura em que o processo está a ser trabalhado, ainda não era a saída oficial. A última é que é.

Deputado Rui Ramos (PSD): É um *site* oficial. Está aqui o endereço.

Presidente: Não entrem em diálogo por favor.

(Vozes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: Não, não. Entraram no sistema. Nós sabemos que entraram no sistema e telefonaram a perguntar o que é que se estava a passar. Como?

Presidente: Sra. Secretária Regional faça o favor de continuar.

Deputado João Costa (PSD): Já fizeram queixa?

A Oradora: Acontece que isso tudo aconteceu antes da lista final sair, antes de estar fechado o processo. Acederam à fase no momento em que ainda estavam a trabalhar no sistema por parte dos serviços administrativos da Educação Regional da Educação.

Presidente: Para formular uma pergunta, é só uma pergunta Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à aos concursos há aqui uma questão que tem a ver com o seguinte. Com a introdução da nova matriz curricular verificou-se um aumento significativo em termos do desemprego docente. Eu gostava de deixar aqui isso registado.

Esse, até ao momento, é o único efeito visível da entrada em vigor da nova matriz curricular, exactamente o aumento do desemprego docente.

No entanto, nós temos na Região cerca de 5 mil professores e desse universo cerca de 800, e até ultrapassará os 800, são professores contratados, o que, na nossa opinião, acaba por ser um número demasiado elevado para este universo. A pergunta, Sr. Secretária, é para quando o alargamento dos quadros, porque como todos temos consciência isto não são necessidades residuais, são, de facto, lugares existentes nas escolas e necessidades permanentes. Para quando a Secretaria Regional da Educação e Formação está a prever um alargamento e uma adequação dos quadros às necessidades reais do sector na Região?

Obrigado, Sra. Secretária.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Falou muito bem Sr. Deputado Aníbal Pires porque temos de ter em conta as necessidades reais. E as necessidades reais, é bom que se diga, são escola a escola. Não são necessidades do sistema educativo regional no seu todo. Porque as colocações são feitas para cada escola e não são feitas para todo o sistema ao mesmo tempo. E as escolas têm manifestado oscilações pelo que é difícil garantir um quadro estável logo à partida.

Primeiro há a diminuição do número de alunos; segundo há a criação de novas escolas, quer públicas, quer privadas. Temos o caso da escola de Ponta Garça, que é uma nova escola, que vamos ter no futuro. A tipologia de escolas está a ser alterada. Há escolas que eram só do primeiro ciclo e vão passar a ser também do segundo ciclo: temos o caso de Água de Pau, temos a Básica e Integrada de Angra do Heroísmo que mudou de tipologia. Todas estas questões têm de ser equacionadas para se perceber as necessidades reais de cada escola, porque se não correremos o risco de termos professores colocados e ficarem com horário zero. Ora, nós não estamos em situação alguma de poder gerir os fundos públicos sem uma gestão rigorosa nem adequada.

Há aqui exigências em termos de contenção orçamental e em termos de rigor de gestão que têm de estar asseguradas, pelos motivos que eu acabei de dar.

Portanto, o Governo está atento às necessidades de cada escola e vai procurar garantir que cada escola vá tendo os recursos de que necessita, sabendo que nós temos cerca de 450 situações que são necessidades transitórias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): São 50%.

A Oradora: E dessas outras, as restantes têm que ser caso a caso ponderadas, mas como é para cada escola e cada escola tem um cenário que muda ano após ano, porque uns professores reformam-se, (reformou-se o professor de psicologia, de filosofia ou de português), aquela escola vai precisar mas também precisa de ver quantas turmas vai ter. Portanto há aqui um conjunto e temos procurado o máximo rigor e as escolas têm colaborado. As escolas têm apresentado as suas necessidades e essas necessidades têm sido atendidas.

Quero ainda salientar que a matriz curricular existe para servir os alunos. Qualquer currículo numa Região...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda não vimos nenhum, Sra. Secretária. O único resultado que vimos foi desemprego.

A Oradora: ... é feito em função dos alunos e não em função da empregabilidade que se deseja para o corpo docente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas não são!

A Oradora: A matriz foi concebida em função da qualidade do ensino e daquilo que se espera para os nossos alunos. Nós não rejeitamos de todo o modo a feitura de matrizes para servirem o corpo docente.

As matrizes existem para servir os alunos.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares para formular uma pergunta.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional as coincidências acontecem! Eu ia fazer-lhe uma pergunta muito parecida com aquela que o Deputado Aníbal Pires acabou de fazer, portanto não a vou repetir, mas vou só pedir à Sra. Secretária que me confirme ou

desconfirme aquilo que eu entendi da sua resposta, porque eventualmente seria a resposta à pergunta que eu própria formularia. Que é assim: de acordo com as palavras da Sra. Secretária vai analisar ou está na disponibilidade de analisar, caso a caso, o caso de cerca de 350 professores contratados, mas que respondem a necessidades permanentes do sistema educativo regional e já o têm vindo a fazer ao longo de anos. Portanto a disponibilidade da Sra. Secretária é para analisar caso a caso este acaso e nunca, de forma nenhuma, analisá-los em conjunto já que eles respondem reiteradamente a necessidades permanentes do sistema, como a Sra. Secretária Regional acabou de reconhecer.

Era a pergunta.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

É importante que se diga que todos os anos há abertura de vagas para os quadros. Portanto, todos os anos há essa possibilidade. Agora exige-se do Governo o máximo rigor na gestão desses recursos e é fácil de dizer de que se necessitam mais de 300 professores para necessidades definitivas, mas é necessário enquadrar essas necessidades em cada escola e não para todo o sistema, porque é uma colocação escola a escola e as necessidades de cada escola variam e têm variado em função da taxa de natalidade, em função das alterações que são introduzidas na tipologia das escolas e toda esta problemática tem de ser enquadrada. No entanto, há o cuidado e o compromisso do Governo de ser rigoroso e de atender às necessidades de cada unidade orgânica e de cada escola.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa para formular uma pergunta.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Esta figura regimental só nos permite uma pergunta, não nos permite réplicas, portanto é deste ponto de vista muito pouco sísmica, que vou tentar fazer um enquadramento do objectivo. Tenho uma pergunta preparada, mas a Sra. Secretária

fez aqui uma revelação que eu considero muito grave que foi de pirataria do sistema informático da lista, apresentada pelo Sr. Deputado Rui Ramos.

O que eu gostaria de saber objectivamente, Sra. Secretária, é se a Secretaria Regional da Educação e Formação apresentou queixa oficial sobre este incidente?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Felizmente não houve mais qualquer problema. Os responsáveis por esse sistema foram alertados, estão a salvaguardar todos os requisitos necessários para que tal não volte a acontecer e é lamentável que tenha acontecido.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): E não se aplica um processo disciplinar?

A Oradora: Mas foram tomadas as medidas necessárias.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

***Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu também queria neste tema particular formular uma questão, mas gostava apenas, antes disso, dizer o seguinte. Nós estamos a debater questões que são estruturais, qualquer uma delas, do sistema educativo regional e é pena, que aproveitando essas questões estruturais, tratemos aqui de um pequeno caso que seria matéria própria de outros fóruns e que não deste.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sra. Deputada, não seja gestora do tempo do Grupo Parlamentar.

A Oradora: E portanto, nós aqui deveríamos ter uma preocupação. É evidente que os casos que foram elencados têm a sua importância, mas tratam-se de casos individuais, de questões que dizem respeito a uma pessoa e que não beneficiam o sistema educativo regional no seu todo e portanto, talvez fosse mais útil para todos termos uma discussão mais abrangente sobre essa temática. É nesse sentido também que eu pretendo colocar uma questão à Sra. Secretária.

Como todos sabemos, na Região nós temos um corpo de pessoal docente que tem revelado, e não é por um caso isolado, ao longo de muitos anos, ter uma estrutura sólida, com resultados visíveis, efectivos, reconhecidos. Reconhecido até nacionalmente, pelos partidos da oposição, pelos sindicatos (o PP acena que sim) e portanto isso é importante também que se diga, em contraponto até, a estes casos que sempre acontecem, aos lapsos, aos erros, que também acabam por acontecer por vezes, mas que não são o cerne, como é evidente, de uma questão tão importante como esta.

Eu recordo que há pouco mais de 10 anos na Região nós tínhamos uma flutuação enormíssima do nosso pessoal docente, de 40% dos professores do quadro, flutuavam na ordem dos 60% ao nível dos profissionalizados e isso deixou de existir. Hoje os números são muito residuais, nem são mencionados, nem são alvo de debate nesta Assembleia e por isso nem merecem menção.

E portanto isto é sempre importante destacar e neste sentido Sra. Secretária, reconhecendo que as escolas e o objectivo de um concurso de pessoal docente não é dar emprego aos docentes, mas é servir bem o sistema, é ter professores que sirvam alunos e não para empregar apenas professores, agora isto levanta outro problema que a discussão não cabe aqui, que são as nossas universidades formarem em áreas que muitas vezes depois o mercado não as consegue integrar. Mas essa não é a discussão e portanto Sra. Secretária a pergunta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas é uma boa discussão!

A Oradora: É uma boa discussão, sim senhor!

Percebendo que as escolas não são obviamente centros de emprego de professores e verificando-se também, aliás, como já foi dito aqui no debate, que a matriz curricular trouxe obviamente variações em determinados grupos disciplinares, tem a Sra. Secretária Regional os dados que nos permita fornecer do número de professores contratados por ciclo, e se o aumento destes professores, aliás como foi há pouco levantado pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, traria ou poderia vir a trazer os chamados supra-numerários que também não interessam ao sistema e que seriam depois, consoante as variações que forem sofrendo, excedentários e desnecessários ao sistema? Portanto se tem dados concretos das necessidades reais

efectivas do sistema de ensino e sobre nomeadamente os professores colocados em que grupos disciplinares estão efectivamente colocados.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de referir, antes de mais, porque há pouco a propósito dos professores de apoio eu não estava aqui com os elementos à minha frente, julgo que foi a Sra. Deputada Zuraida que levantou esta questão do número de professores ou do rácio de professores de apoio. Informo que tenho este ano mais 14 professores do que no ano anterior a darem apoio no primeiro ciclo. Portanto o número aumentou relativamente ao ano anterior.

Quanto ao número de professores por grupos: no pré-escolar nós tínhamos 412 docentes o ano passado e este ano 338. Aqui não se trata de uma alteração na matriz porque a matriz do pré-escolar não foi alterada. Houve mesmo uma diminuição do número de docentes no pré-escolar.

Na educação especial, no primeiro ciclo, nós temos 1051, portanto eu estou a dizer todos os docentes, isto na educação especial 1051... desculpe, no primeiro ciclo 1051, no segundo ciclo 1188 e no terceiro ciclo e secundário 2115. No ensino artístico temos 97.

Posso ainda informar que as áreas onde por vezes se torna mais complicado recrutar pessoal docente é ainda nalgumas áreas de ensino artístico, nalguns instrumentos específicos, na parte do ensino artístico, bem como docentes para a área de informática. Neste momento são apenas ainda as necessidades que em termos de corpo docente, por vezes, se nota alguma dificuldade de recrutar pessoal docente.

No entretanto, já existem os docentes em todas as outras áreas que permitem, mas nestas ainda continua a ser necessário virem docentes do continente porque nós cá não possuímos em número suficiente.

Não sei se acabei por responder.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Graça Teixeira para formular uma pergunta.

***Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

De facto, o diploma de concursos na Região tem sido e é funcional e continuamos aqui a reafirmá-lo e à sua viabilidade. No entanto, algumas questões podem merecer outros questionamentos, como seja, ao contrário do que acontece no continente, a Região continua a abrir todos os anos concurso para o quadro de escolas e todos os anos também sentimos, e cada vez mais, que esse concurso ao abrir todos os anos na Região faz com que alguns professores do continente - e como são em simultâneo nalguma fase, por exemplo dos contratados - criem algumas situações de atropelos nas nossas escolas.

Relativamente a esta matéria, relembro esta Assembleia, que é este grupo que todos os anos abre vagas para quadros na Função Pública. Nenhum outro grupo de profissionais abre quadros de vaga para a Função Pública sistematicamente, em todos os anos.

A questão que eu ponho muito concreta à Sra. Secretária é: no concurso por três anos, que surtiu efeitos positivos, que todos reconhecemos já aqui e está estabilizado, e o corpo docente está cada vez mais estabilizado na Região, equaciona o Governo alterar esta periodicidade?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh Sra. Deputada! Processa-se ao nível da oferta e da procura. Não tem nada a ver com os três anos!

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Claro que quanto mais estável se encontra o corpo docente na Região, menor será a necessidade de fazermos concursos anuais.

Relembro que no Continente o concurso é efectuado de 4 em 4 anos para os quadros, portanto são concursos de 4 em 4, nós aqui temos concursos anuais.

Nós reconhecemos que os docentes ficam satisfeitos com esta possibilidade. No entanto, poderá analisar-se a médio prazo se será necessário ou não continuar, porque à medida que se verifica uma maior estabilidade poderá ser desnecessário o

concurso anual. Continuará a ser para o pessoal contratado. Portanto, será uma situação a analisar não de imediato, mas no futuro, porque não?

Obrigada.

Presidente: Não sei se há mais alguma pergunta sobre este objecto. Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A minha teoria é que neste momento, na área da educação, estamos como diria o Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Futebol “em auto-piloto”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Auto-piloto? Piloto automático!

O Orador: O auto-piloto traz sempre piloto automático, evidentemente. Muito obrigado pela correcção. Estamos em piloto automático!

O piloto automático conduziu a selecção nacional à desgraça que conduziu. E o piloto automático neste momento na área da educação está a conduzir-nos também à desgraça.

E portanto, nesse sentido, mais uma vez, acompanhado das provas, que são os avisos que estão publicados, podemos observar o renascimento de um fenómeno que não sucedia há mais de uma década nesta Região, que é o aumento extraordinário de horários colocados a nível de escola. O aumento extraordinário!

Tínhamos uma situação pontual ou outra, o que mostrava que de facto o sistema estava estabilizado. Neste momento há um grande conjunto de alunos que não têm um professor desta ou daquela área. E portanto isto está a prejudicar objectivamente as famílias e os alunos. Além, evidentemente, do sistema educativo no seu todo.

São estas vagas todas que aqui estão. Neste momento estes professores estão todos por colocar e este é um fenómeno novo que já tinha sido praticamente erradicado, mas como estamos em piloto automático voltam este tipo de situações.

Eu tive o cuidado de analisar, tenho aqui o gráfico, o que era bastante previsível. As maiores necessidades neste momento, as necessidades desiguais do sistema, localizam-se na educação especial com 16% dos horários, em matemática com

16% dos horários e em físico-química com 22% dos horários. Ora, estas situações tinham sido ultrapassadas. Como também tinham sido praticamente ultrapassadas, como também as dificuldades que a Sra. Secretária Regional apresenta em termos do grande número de horários que vão surgindo e que são necessidades permanentes realmente do sistema. E essas necessidades permanentes do sistema vão aumentar e esse trabalho já deveria ter sido realizado, que é fazer uma projecção de quais serão as necessidades a partir do momento em que se aumenta a escolaridade obrigatória. Nós deveríamos saber quantos horários é que isso irá significar, tendo em conta também, o crescimento do número de alunos que o sistema terá nos próximos anos. E isso é fácil de fazer: é só colocar realmente os ditos especialistas a trabalhar.

Há aqui um conjunto de dados e são necessárias novas respostas, algumas delas nem são tão novas. Eu nunca acreditei que ia dizer isto, mas até o vou dizer isto: o anterior Sr. Secretário da Educação teve uma resposta inteligente. Tinha necessidades que eram regionais, não eram localizadas, que eram escola a escola e que eram variáveis de ano para ano até de acordo com as opções dos alunos e então o que é que ele fez? Criou o Quadro de Zona Pedagógica, que permite realmente criar um instrumento de resposta efectiva, mas que permite também a mobilidade dos docentes. É este como poderia ser outro qualquer.

Agora há uma resposta. As respostas que têm a ver com as necessidades do sistema. Ora a Sra. Secretária, como gere o caos, não tem qualquer tipo de resposta para estes problemas: para os horários de que neste momento há um conjunto de miúdos que não têm professores de matemática, que não têm professores de físico-química, para o número de horários que está a crescer, não tem resposta. Em relação às necessidades permanentes do sistema que são variáveis também tem que ter uma resposta, uma resposta de âmbito territorial regional, e também não tem.

O que eu lhe pergunto Sra. Secretária é: com este conjunto de dados o que é que pensa fazer para estabilizar o sistema e para lhe dar maior coerência e racionalidade, porque a estrutura que estava montada não vai durar sempre? O automóvel daqui a pouco fica sem o piloto automático.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

É impressionante como o Sr. Deputado centraliza as questões do Corvo no seu debate.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Do Corvo?

A Oradora: Exactamente. Porque eu estou muito bem informada felizmente sobre o que se passa no nosso sistema educativo. Os exemplos que o Sr. Deputado aqui apontou são do Corvo. Porque no Corvo nós colocámos...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): E se fossem, qual é o problema?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Qual Corvo? É ridículo o que a senhora está a dizer.

A Oradora: Exactamente, mas é para dar uma resposta mais assertiva e para ser mais transparente. Só se avança para colocação pelas escolas quando se esgotam as listas. Aí avança-se para o quadro de escola.

O caso que eu conheço, (por acaso sei) que no Corvo em físico-química a pessoa que lá foi colocada, não aceitou. Foram contactadas mais duas outras pessoas que estavam na lista e essas duas pessoas também não aceitaram. Neste momento está a própria escola a colocar e já...

(Vozes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: Posso continuar?

Presidente: Pode sim Sra. Secretária. Faça favor.

A Oradora: Tem também no Corvo o caso do ensino artístico em que se passou o mesmo com o de físico-química, por isso é que eu enquadrei a sua questão no cenário do Corvo. É lamentável que haja aqui um aproveitamento de um momento tão importante para debater questões de educação para se centralizar em aspectos da gestão da escola de que a sua esposa é responsável.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto ... é preciso que fique bem claro e até bem transparente porque se temos listas de professores contratados só se avança para a colocação

através das escolas quando se esgotam estas listas. Se aqui há uma crítica para este ano estarem as escolas sem colocarem professores, eu própria tomei a iniciativa de dizer que no ensino artístico e que na área de informática, por vezes, fica-se com alguma dificuldade em recrutar professores logo na primeira fase. Apenas nestas duas situações, mas que sempre ocorreram e são normais.

Obrigada.

Presidente: Para replicar Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Para um protesto por referência à minha esposa novamente nesta casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Com certeza viram a minha atitude há pouco quando rebatemos a questão da Sra. Secretária Ana Paula Marques, como devem ter observado a minha atitude quando foi discutida a questão relacionada com a esposa do Sr. Presidente do Governo Regional, como é evidente em relação às viagens e como muitos outros casos.

Nunca me viram fazer intervenções desse tipo. Eu não personalizo as questões. E é extraordinário e surrealista que eu esteja a falar de uma questão...

Diga?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Estou a dizer que já levantou um caso particular nosso.

Presidente: Faça favor de continuar Sr. Deputado Paulo Estevão.

O Orador: É extraordinário e surrealista que eu esteja a colocar uma questão de âmbito regional, neste caso aqui por exemplo, oferta de emprego da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, temos aqui uma outra escola que é a EBI de Angra de Heroísmo, temos aqui uma outra escola que é o Conselho Executivo da Graciosa, temos aqui uma outra escola também a levantar o mesmo problema. Portanto são no total 20 horários que estão a concurso...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): 20 em 5000!

O Orador: ... dois são da ilha do Corvo. Agora atribuir 20, ou seja, atribuir isto que eu trouxe a esta questão, que são os horários residuais, por causa da escola do Corvo, é que nem sequer tem qualquer tipo de interesse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): 10%.

O Orador: Não tem interesse para a questão e realmente é da sua parte absolutamente lamentável, é um acto surrealista. Nem sei, considero que não tem condições políticas para desempenhar este cargo da forma como pessoaliza as questões, como tenta perseguir as pessoas e como, fundamentalmente, faz este tipo de questões. Quer dizer, eu coloco uma questão de âmbito regional, estou a falar de 20 horários, por acaso estão 2 no Corvo...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): 10%.

O Orador: ... então não falo da questão porque há questões do Corvo. É uma questão completamente ridícula Sra. Secretária. Isto assim é impossível e a senhora de facto está a demonstrar uma má vontade muito objectiva e está a demonstrar fundamentalmente uma atitude inadmissível num governante. É inadmissível, é uma falta de categoria tremenda.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Em 5000, 20 casos!

Presidente: A Sra. Secretária, pode, querendo responder. Creio que não quer. Quer replicar Sr. Deputado, relativamente à questão que colocou?

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu coloquei-lhe uma questão, muito objectiva. A questão tem a ver com o facto de criarem mecanismos de âmbito territorial regional no sentido do sistema ter maior estabilidade já que tem estas necessidades objectivas, que a Sra. Secretária tem razão quando diz que variam e são de escola para escola, portanto variam de ano para ano. É verdade. Por isso mesmo é que eu lhe lembrei que já foram criados por este mesmo Governo - por este mesmo Governo não - pelo Governo anterior, mecanismos que permitiram dar uma resposta regional a estas necessidades, permitindo uma mobilidade objectiva em relação a estes professores.

Portanto, resolvendo o problema do sistema mas dando-lhe alguma segurança. Era esta a questão.

E a Sra. Secretária não foi capaz de responder à questão objectiva que lhe estava a colocar, que nada tinha a ver com questões pessoais, que nada tinha a ver com as questões que aqui trouxe outra vez e não me respondeu. Portanto, faço novamente mais uma tentativa, que me dê uma resposta objectiva se quer, se pode criar um

mecanismo deste tipo que permita dar uma resposta objectiva a esta questão que está a crescer todos os anos e que se está a tornar um assunto que começa a prejudicar também o sistema educativo. E mais que isso, se já fez também os estudos. Foi o que eu lhe perguntei, em relação às necessidades do sistema que têm a ver directamente com a expansão do ensino obrigatório, com a expansão da idade e também, obviamente, isso incluiu, portanto, todo o percurso no ensino secundário, 10º ano, 11º e 12º, o que significa que aumentarão as necessidades. Se tem, se já fez esse estudo? São duas questões que estão relacionadas. É esse mecanismo que é fundamental e deixe-se de questões laterais.

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

É preciso que fique claro que sempre existiram, e é natural, que haja vagas que não são preenchidas ou que as pessoas desistem e 20, como o Sr. Deputado acabou de dizer, 20 em mais de 5000 professores é uma situação residual. 20 em mais de 5000 é uma situação residual que nem merece que seja analisada nessa perspectiva de accionar mecanismos para resolver esta questão.

Por outro lado, relativamente ao estudo do ensino do alargamento da escolaridade obrigatória essa questão já foi ontem aqui debatida. Claro que a tutela está a providenciar a análise necessária, a análise de caracterização e prospecção do nosso sistema tendo em conta o aumento a escolaridade obrigatória, o alargamento da escolaridade obrigatória e muito em breve será apresentada uma plataforma que visa assegurar a transparência e também a análise do trabalho que se perspectiva para daqui a dois anos.

Obrigada.

Presidente: Passamos para o sexto objecto, esgotadas as perguntas relativamente ao anterior. “Política de transportes de pessoas e mercadorias na ilha do Corvo”. Eu dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão para formular uma pergunta.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo Regional afirmou no dia 11 de Novembro de 2009, que “o Governo avançará no primeiro semestre do próximo ano na empreitada de alargamento e nova pavimentação do aeródromo do Corvo, permitindo assim uma maior optimização da sua operacionalidade e a minimização das actuais insuficiências ou penalizações”. Existem por isso várias insuficiências e penalizações no âmbito do contexto da realização da actual operação aérea em relação à ilha do Corvo. Nesse sentido, consideramos prioritária a intervenção no aeródromo do Corvo. Sabemos que este investimento criará alguns constrangimentos momentâneos, mas está fora de causa qualquer crítica em relação a este investimento que é necessário e que é urgente.

Solicito, assim, e na medida em que já possuir esses dados, que informe este Parlamento sobre a planificação e calendarização das várias intervenções previstas na pista e aeródromo do Corvo, nomeadamente o período em que por força destas intervenções o aeródromo terá de ser encerrado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava apenas de precisar que esta pergunta que o Sr. Deputado faz não está no objecto daquilo que definiu.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Está.

O Orador: Uma coisa é a política de transporte de pessoas e de mercadorias na ilha do Corvo, e é esse o objecto da sua pergunta. Isso levar-nos-ia a considerações sobre a política de transportes terrestres na ilha do Corvo. Outra coisa é a política de transportes e mercadorias para a ilha do Corvo. Não sei se em piloto automático ou não, o facto é que é este o objecto que consta das perguntas que formulou a esta Assembleia.

Mas de qualquer das formas, como para o Governo o mais importante é esclarecer, aqui vai a resposta à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Pena que não seja assim em todas as áreas, Sr. Secretário.

O Orador: Em relação às questões que foram colocadas, nomeadamente a grande intervenção intervenção que está já em curso e que está programada para o aeródromo do Corvo, gostava de referir várias fases, vários níveis dessa intervenção.

Em primeiro lugar, no que se refere à construção da torre de controlo do aeródromo, prevemos que a obra esteja concluída até final do corrente ano.

No primeiro trimestre teremos concluída a demolição parcial do morro junto à pista do aeródromo do Corvo. Recordo que, no caso concreto desta obra, ela foi consignada em Setembro deste ano, aliás foi consignada há relativamente poucos dias.

Quanto à empreitada de alargamento e iluminação da pista e de construção da nova placa de estacionamento do aeródromo do Corvo, da parte da SATA e Gestão de Aeródromos este processo está concluído. Neste momento, já foi enviado aliás para o INAC para a sua devida apreciação, para que o processo possa seguir os seus termos. Por último, quanto à construção da aerogare do aeródromo do Corvo, conforme é do conhecimento público, o concurso foi lançado a 15 de Setembro de 2010, exactamente para a elaboração do projecto desta nova aerogare.

Uma preocupação que existe em relação ao aeródromo do Corvo, como existe em relação a outros aeródromos onde o Governo tem intervenções, é o caso por exemplo de São Jorge, tem a ver exactamente com isto, ou seja, tem a ver com aquelas circunstâncias em que por força da intervenção física que se realiza, poderá existir alguma perturbação quanto à acessibilidade por via aérea a estas ilhas.

De qualquer das formas a SATA e Gestão de Aeródromos têm orientações muito claras para que a planificação dessas intervenções seja feita de forma a que, se não é por via aérea, terá de ser por via marítima, terão de ser planeadas as obras de forma a que esse acesso seja por via marítima. Não se vão programar para que aconteça no Inverno, terão que ser programadas para que seja dentro daquela necessidade imperiosa, no Verão, por exemplo, e uma terceira orientação que têm é exactamente reduzir ao mínimo, ao mínimo imprescindível, essas perturbações que podem ocorrer.

Se a pergunta do Sr. Deputado Paulo Estevão se refere concretamente a quantos dias é que a pista vai estar inoperacional, esta é uma resposta que eu não lhe posso dar neste momento, exactamente tendo em conta toda a planificação que lhe dei em relação a essas obras. Posso, e tenho todo o gosto nisso, tendo esta fase mais concretizada e permitindo desta forma uma avaliação que permita responder a esta pergunta em concreto, dar-lhe este dado. É algo que eu não tenho neste momento, nem me parece que alguém em boa fé possa, exactamente porque o ponto de situação é este.

Também gostava de referir que muitas das vezes há evoluções nas obras que acabam por alterar esta planificação. Esperamos nós sempre para melhor, nunca para pior, mas isso acontece.

E portanto, quanto à calendarização das obras foi esta que lhe acabei de dar, em relação ao tempo em que é provável que a pista do Corvo possa ter alguma perturbação no seu funcionamento é algo que o actual estado do processo, a actual fase do processo, não permite dar uma resposta rigorosa e eu preferia não avançar com esses dados neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão quer replicar? Tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Em relação à introdução em relação da pergunta, ao objecto da pergunta, evidentemente discordo e parece-me que a discordância é evidente. Não vou agora estar a explicar-lhe o que é “na ilha” ou “da ilha”, tanto que o senhor respondeu, tanto que deu a resposta em relação a esta questão. Mas não deu resposta que eu considero que deveria ter dado. Foi evasivo. Eu fiz-lhe a pergunta para ficar informado. O Sr. Secretário disse-me que “pois vamos ter estas preocupações, temos estes princípios, pois não sei isto, pois não sei aquilo”. Não disse nada de objectivo em relação ao que eu lhe coloquei, porque como deve compreender é importante, Sr. Secretário, para os agentes económicos da ilha, é importante para a população poderem planificar um pouco aquilo que irá suceder a curto prazo, esperamos, ou médio prazo.

E portanto, eu o que lhe pedi foi que precisasse um pouco mais aquilo a informação que nos tem chegado que é muito imprecisa.

Quando me diz “vamos tentar fazer no Verão”, pois isso parece-me que é uma resposta *à la palisse*, não é? Pois é evidente que vamos tentar fazer no Verão, senão não temos transporte marítimo com as condições adequadas. Também me disse que vamos tentar perturbar o menos possível, pois é evidente. Acho que o que me disse foi uma série de evidências.

O que eu lhe pedi foi que se compromettesse mais um pouco, não é preciso acertar no mês, mas que fosse de facto um pouco mais incisivo em relação à planificação, que eu não acredito que não tenha de facto dados mais objectivos, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Secretário, para responder tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão eu disse-lhe algo de concreto e a razão para a qual, na parte da pergunta que vossa excelência formulou, e que tem a ver com períodos de interrupção ou de perturbação da acessibilidade por via aérea ao Corvo, não avancei mais é porque entendo que de uma forma responsável - exactamente porque não é apenas aos empresários e à população do Corvo que interessa saber com objectividade aquilo que se passa ou aquilo que se poderá passar - entendi que não o deveria de fazer. Porque isto não é pelas perturbações que traz, não é uma matéria que eu chegue aqui e “bem, isto dois meses e meio, três meses, quatro meses”.

Deputado Paulo Estevão (PPM): 1000 a 2000!

O Orador: Não é assim que eu entendo que devo encarar e tratar este assunto. Reconheço a vossa excelência o direito de ter uma opinião diferente, mas espero que sinceramente vossa excelência me reconheça a mim o direito de entender que esta é a forma como o Governo, no caso concreto o Secretário da Economia, entende que o assunto deve ser abordado.

Segunda questão, o interesse no conhecimento mais detalhado possível das implicações que essas intervenções podem ter é de todos, a começar pelo Governo. Portanto, vossa excelência tem obviamente, e isso é reconhecido, toda a

legitimidade de questionar o Governo sobre essa matéria, como é óbvio, aliás como está a fazê-lo, mas vossa excelência não está na posição de paladino da população corvina em relação a esta matéria, porque o Governo também partilha deste interesse e desta necessidade. Fá-lo-á quando tiver os dados concretos que permitam exactamente informar a população e todos os interessados: o que prevemos é deste dia àquele dia.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não é depois da obra feita, pois não?

O Orador: Se for depois da obra feita é bom sinal. Quer dizer que a obra não perturbou nada.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para formular uma pergunta? Já estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Rosa, é uma substituição? Eu já lhe dou a palavra, na altura própria. Sr. Deputado Mário Moniz para formular uma pergunta.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Há um ano o Sr. Secretário Regional da Economia informou que iria fazer um estudo integrado dos transportes na Região.

O Bloco de Esquerda pergunta se já existe o referido estudo e para quando estará prevista a implementação integrada dos transportes marítimos, aéreos e terrestres na Região, atendendo a que essa implementação incluiria necessariamente a ilha do Corvo.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Mário Moniz o senhor diz isto, a sua divulgação e debate público é algo que será agendado para breve e obviamente isso inclui também, muito embora seja um estudo essencialmente virado para a questão do transporte marítimo de passageiros entre rotas que estão já conhecidas, mas visa exactamente dar conta deste modelo integrado. De qualquer das formas, gostava de lhe dizer que ainda recentemente, há alguns anos, houve uma intervenção de fundo em termos das acessibilidades por via marítima no que diz respeito a transporte marítimo de

passageiros para a ilha do Corvo, com a construção de uma embarcação especialmente dedicada a esse efeito e com a sua operacionalização por parte da empresa pública que tem esta tutela.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para formular uma pergunta.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia com a aquisição dos velhos Dash Q200 “*alvaruados*” pela Região, começou a operar no aeródromo do Corvo essa aeronave. O Sr. Secretário enumerou as obras previstas para o aeródromo do Corvo e como todos nós sabemos o Dash Q200 opera com restrições no aeródromo do Corvo. A pergunta que eu lhe faço é muito concreta.

O senhor enumerou as obras previstas para o aeródromo, presumo no sentido de melhorar a operacionalidade e a pergunta é a seguinte: o estudo ou o levantamento que os senhores fizeram dos problemas do aeródromo do Corvo devido à operação desta nova aeronave, nova para o Corvo, foi exaustivo e vai permitir que a operação do Corvo se faça sem restrições cooperado com esta aeronave e apenas com as obras que o senhor aí enumerou? A aeronave vai operar sem restrições no aeródromo do Corvo?

Muito obrigado Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima não, não vai operar sem restrições. Gostava de salientar aliás que existem obras que não têm nada a ver com a operacionalidade e que não têm nada a ver com o Dash Q200. É preciso não esquecer que, no caso concreto, houve uma parte da sua intervenção que pode induzir em erro e que são os problemas surgidos com o Q200.

O Q200 não trouxe problema nenhum acrescido de operacionalidade para o Corvo. O Q200 tem, em função do tipo de avião que é, aquilo que nós consideramos ser um bom ponto de equilíbrio entre a capacidade acrescida que o avião tem e a sua

operacionalidade naquela pista. Mas há limitações para cuja ultrapassagem seriam necessárias intervenções que não se coadunam com, digamos, a própria configuração da ilha. O próprio tamanho da pista, um conjunto de outras áreas que não me parece que fiquem definitivamente resolvidas.

Dito isto, gostava de salientar que a operação do Dash Q200 constitui um grande acréscimo em termos de conforto, em termos de capacidade para os serviços daquele aeródromo e isso parece-me ser um facto indesmentível. Existem também restrições, ou melhor, existem condicionalismos quanto à operação pelo que interessa saber até que ponto o investimento na sua resolução se justifica ou não. Não sei se sim, se não, mas presumo que o Sr. Deputado esteja a falar, por exemplo, da inclinação da pista. É isso, por exemplo? Muito bem.

Em relação à inclinação da pista efectivamente este pode ser um factor...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode ser, é!

O Orador: ... de penalização da operação do Q200 quando a aeronave opera numa determinada pista do Corvo, que conforme sabe tem duas pistas, e com determinadas condições meteorológicas.

O estudo que foi feito e que é algo sobre o qual ainda não há uma posição definitiva (que aliás no âmbito dessa apreciação pelo INAC esperamos que venha, que sejam trazidos para esta análise dados que permitam exactamente consubstanciar uma melhor decisão sobre esta matéria) é o seguinte: mesmo que seja corrigida esta inclinação da pista, este declive, digamos assim, da pista, os ganhos em termos de operacionalidade são extremamente reduzidos. Portanto são esses os dados que quem percebe desta matéria, do ponto de vista técnico, assim o indica, com números e com exemplos. E uma inclinação de cerca de 2%...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está à espera desse estudo!

O Orador: Não, não, nós já o temos. Obviamente, que nós já temos essas indicações. O que nós esperamos é que no âmbito dessa análise por parte do INAC sejam trazidos mais dados e mais pronúncias que possam ajudar. Mas retomando o exemplo concreto que foi referido, ou que eu referi, quanto à questão da inclinação da pista, aquilo que significaria a correcção deste declive da pista, do ponto de vista de ganhos de passageiros seria extremamente reduzido.

Eu não lhe quero garantir isso, Sr. Deputado, porque não tenho esse número aqui presente, mas se bem me recordo, ressalvo a possibilidade de estar enganado, penso que estamos a falar de dois ou três passageiros, em termos de ganho. Penso que é disso que nós estamos a falar. Mas de qualquer das formas Sr. Deputado essa análise é, conforme lhe digo, tem a ver exactamente com isso, com aquelas que são as condições do próprio aeródromo. Não tem a ver com a intervenção, não tem a ver com outros dados que não sejam exactamente esta matéria.

Portanto, penso que respondi à sua pergunta.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Qual foi o investimento adicional?

Presidente: Para formular uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

***Deputado Guilherme Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Nesta área do transporte marítimo de pessoas e de mercadorias muito tem sido feito pelos Governos Regionais da responsabilidade do PS, quer se queira quer não, muito nesta área, começando pela própria infra-estrutura do Porto da Casa, que em 1996, quando lá chegámos era bastante mais curto, mais estreito, mais baixo e além disso a ponta do molho estava partida, portanto tinha dimensões bastante reduzidas.

É preciso salientar isto, já foram lá investidos mais de 4 milhões de euros e com certeza que serão investidos mais ainda.

Foi construído também um barco de carga com maior capacidade do que o que por lá operava e foram impostas obrigações contratuais à MareOccidental, que é a firma que faz o serviço público de transporte de mercadorias no Grupo Occidental, mais exactamente 104 viagens anuais, duas por semana.

É bom salientar aqui que nos últimos dois anos, em 2009, o número de viagens efectuadas foi de 113, mais nove do que o obrigatório.

Este ano, em 2010, temos dados até 31 de Agosto, foram efectuadas 76 viagens, mais sete que o obrigatório. Isto demonstra uma melhor fiscalização e melhor cumprimento das obrigações.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Foram adquiridas também duas gruas, uma mais antiga de 20 toneladas e outra mais recente de 50 toneladas, além do empilhador e 20 contentores de 10 pés.

Quanto ao transporte regular de passageiros no Grupo Ocidental foi coisa que nunca existiu até ao Governo Regional adquirir a lancha “Ariel” aos estaleiros navais de Peniche pela quantia de 753 mil e cem euros mais IVA. A lancha iniciou as viagens a 12 de Setembro de 2008 e nesse mesmo ano transportou 409 passageiros.

Em 2009 foram transportados 3687 passageiros e em 2010, até 31 de Agosto, 2939 passageiros.

Presidente: Agradecia que formulasse a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: Já o vou fazer, Sr. Presidente.

As frequências foram as seguintes: de 1 de Outubro a 15 de Março, duas viagens semanais, terça e sábado; de 16 de Março a 31 de Maio, três viagens, terça, quinta e sábado; de 1 de Junho a 30 de Setembro, todos os dias, excepto à quarta-feira, para o descanso da tripulação...

Presidente: Sr. Deputado agradecia que abreviasse, já atingiu os três minutos.

O Orador: Já faço a pergunta.

... e nas semanas das festividades maiores das duas ilhas foi reforçado o número de viagens diárias.

No seguimento disto gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se são para manter os mesmos números e a mesmas frequências nas ligações marítimas de transporte de carga e também nas ligações marítimas de transporte de pessoas entre as ilhas do Grupo Ocidental?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Guilherme Nunes com os dados que nós temos neste momento efectivamente será para manter este quadro. Julgamos que, sobretudo, nos últimos anos em que se tem conseguido um melhor cumprimento daquelas que são as

implicações que impendem sobre a empresa, acreditamos que assim se presta um melhor serviço. Obviamente que estas questões devem ser sempre, periodicamente, reavaliadas mas com os dados que nós temos é essa, efectivamente, a nossa posição.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires para formular uma pergunta.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu nem sequer vou contestar, aquilo que foi dito agora e o panorama relativamente às ligações ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não pode. É um facto!

O Orador:... e à frequência e à melhoria e etc., nós constatamos isso. Mas também constatamos o seguinte: há necessidade, nem direi de aumentar a frequência, mas que há necessidade de que ao nível do abastecimento de mercadorias haja a introdução de algumas alterações no sentido de que os produtos que chegam ao Corvo cheguem em boas condições higiénico-sanitárias, nomeadamente os produtos que necessitam de ser transportados em ambientes de frio e os produtos mais perecíveis. Porque é por demais evidente, quem assiste, no Porto da Casa, ao desembarque das mercadorias que grande parte delas não chega ou que chegam em más condições. É eventualmente, ou pode tornar-se, um caso de saúde pública se para além das más condições em que os produtos chegam, lhes acresce algum outro problema. Este é um facto.

Não ponho em causa que as coisas tenham melhorado nos últimos anos, portanto não ponho em causa aquilo que o Deputado Guilherme Nunes nos disse, nem coloco em causa a resposta do Sr. Secretário Regional. Mas tenho esta preocupação e julgo que é uma preocupação que os corvinos também têm, porque querem com certeza consumir os produtos nas melhores condições e que não se ponha em risco a sua saúde.

E a pergunta é: o que pensa o Governo Regional fazer para melhorar as condições de transporte deste tipo de mercadorias para o Corvo?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, apesar da melhoria, há ainda algumas questões que se colocam quanto ao transporte, sobretudo de mercadorias para o Corvo e o Governo está consciente deste facto e gostaria de dizê-lo aqui. Portanto nós temos um trabalho que é continuado e que deve sê-lo, não apenas naquela que é a fiscalização do cumprimento das obrigações que a empresa que presta esse serviço tem para com a Região, mas também para que o não cumprimento do serviço, o não cumprimento de uma viagem, seja efectivamente porque essa viagem não pode ser feita por motivos alheios à vontade e à responsabilidade da mesma. Isso tem sido um esforço grande no sentido de introduzir talvez, se lhe quisermos chamar assim, mais algum rigor. No sentido de tornar patente que estamos no âmbito de obrigações, não estamos no âmbito de uma rota que esteja completamente liberalizada, estamos a falar de uma entidade que por via de um apoio tem a obrigação para com a Região, para com os açorianos, e em especial para com os açorianos que residem no Corvo, de cumprir com determinados requisitos.

Está previsto no contrato as condições e os termos em que o não cumprimento dessas obrigações não acarreta a responsabilidade dessa empresa, mas isso tem de ser e é exactamente assim e portanto o esforço que da parte da Secretaria da Economia nós fazemos é para que seja exactamente assim.

Nós não queremos bravatas nem queremos actos de coragem irresponsável ou de bravura irresponsável que podem redundar em desgraças. Agora têm é que se perceber como é que as coisas devem ser feitas e as obrigações que impendem.

Questões que ainda estejam em aberto no que diz respeito ao transporte nomeadamente de mercadorias, há efectivamente a necessidade de melhorarmos todo o circuito. Não apenas o circuito entre Flores e Corvo, mesmo aí nós podemos ter alguns actos que podem provar. Por exemplo, sei que é uma das questões da parte da população corvina, ainda recentemente, numa troca de impressões o Sr. Presidente da Câmara da Vila do Corvo, transmitia-me a posição de que haveriam aspectos quanto à pesagem de mercadorias e quanto a um conjunto de outras

matérias que poderiam ser melhorados, inclusive este de bens perecíveis em que interessa introduzir um maior controlo para que não se percam pelo caminho, o termo exacto será esse. Gostava de lhe dizer que com essa constatação temos ainda trabalho para fazer, temos ainda um percurso. Gostava de lhe dar conta exactamente desta aposta que o Governo tem em continuar a melhoria deste serviço. Isso faz-se não apenas na intervenção naquela rota, mas faz-se ou poderá fazer-se também com uma intervenção que abranja outras áreas, digamos assim, ou que tenha um objecto mais vasto. De qualquer das formas, também a verdade seja dita, que é na nossa opinião a altura para nos centrarmos nesse tipo de questões (questões do frio, questões do peso, periodicidade) quando temos um conjunto de outras estruturas que permitem exactamente direccionarmos para aí. É o caso do navio que já foi referido pelo Sr. Deputado Guilherme Nunes, é o caso do transporte marítimo de passageiros, a lancha Ariel que serve o Corvo e que, também, nesse caso, há um trabalho de contínua melhoria do serviço que é prestado à população corvina.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais perguntas. Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Coloquei no âmbito desta figura regimental perguntas precisas e sempre considerei que a grande vantagem seria obter respostas precisas, e portanto nesse sentido solucionar aqui algum tipo de questões e não para me armar em grande defensor da sociedade corvina, mas pura e simplesmente, exercendo aquelas que são as minhas obrigações, as minhas funções enquanto Deputado Regional, tal como tem o Sr. Secretário as suas funções, as suas obrigações e quando o faz não é nenhum paladino da Região ou dos Açores, faz aquilo que são as suas funções, aquela que é a sua obrigação.

Agora a pergunta é esta: está aí a chegar mais um Inverno e nesse sentido quero evitar a tempo que se reúnam as condições que provocaram a ruptura do *stock* de alimentos e combustíveis na ilha do Corvo e nesse sentido o Sr. Secretário da

Economia certamente está recordado que na altura, dia 4 de Janeiro, mandou abrir um inquérito e esse inquérito destinava-se a averiguar as razões pelas quais a MareOcidental não tinha cumprido as suas obrigações contratuais.

O que lhe peço, e peço-lhe que seja preciso e objectivo, é o que é que esse inquérito apurou em relação a esta questão. E deixe-me dizer, neste âmbito da fiscalização, também uma outra questão que já tive a oportunidade de colocar há um ano e que continua a manter-se. Em relação à fiscalização (por que obviamente eu não quero que a Região perca dinheiro, não é a ilha do Corvo, é o conjunto de açorianos que perde dinheiro quando se faz um determinado serviço para a Região que custa muito dinheiro e que tem de ser devidamente fiscalizado), nomeadamente em relação ao peso das mercadorias, é evidente que o que lhe digo e o que lhe peço é: que mecanismos de fiscalização é que tem o Governo Regional no sentido de assegurar que aquele peso que é transportado pelo navio da MareOcidental, que corresponde de facto à realidade e que aquilo que estamos a pagar é de facto o preço certo. Nesse sentido coloco a tónica a fiscalização destes assuntos e pedia-lhe respostas objectivas.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão longe de mim querer insinuar o que quer que seja que vossa excelência estaria a ir “além do chinelo”, de maneira nenhuma. Vossa excelência é o ilustre defensor da população corvina, como antes de vossa excelência aqui chegar já era o Sr. Deputado Guilherme Nunes...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E outros!

O Orador: ... e como muitos que o antecederam também o foram. Todos aqueles que estão nesta casa são efectivamente defensores. E portanto vossa excelência estará em igualdade de circunstância nesse ponto de vista ...

Deputado Guilherme Nunes (PS): Todos nós!

O Orador: ... com o resto das Sras. e Srs. Deputados.

Clarificado este aspecto, Sr. Deputado Paulo Estevão, em relação à questão do inquérito, o inquérito foi aberto. No decurso deste inquérito detectaram-se falhas

de procedimento e não propriamente falhas do ponto de vista de cumprimento de obrigações contratuais. Para ser mais concreto, foram ouvidas várias pessoas, quer das Flores, quer do Corvo, pessoas ligadas à operação de transporte marítimo e não ligadas à operação de transporte marítimo, foram pedidos dados a entidades externas, como por exemplo o Instituto de Meteorologia, quanto às condições do mar, quanto aos dados que era possível aferir. As conclusões do inquérito foram, no que diz respeito, a incumprimento de obrigações contratuais, não se provou que esse incumprimento não se devesse a causas de força maior e que por essa via não originavam a responsabilidade da empresa. Detectou-se, todavia, falhas de procedimento em termos de comunicação, em termos de disponibilidade de comunicação, em termos de estado de prontidão para nessas circunstâncias poder assegurar o abastecimento da ilha do Corvo.

O despacho dado por mim neste inquérito foi, ao mesmo tempo que determinei o arquivamento na parte respeitante à responsabilidade contratual, determinei também que fossem dadas orientações ou definido um conjunto de procedimentos ou feitos alertas à empresa que assegura este serviço para corrigir alguns aspectos que se afiguravam necessários. Concretizando, questões como por exemplo a disponibilidade em termos de comunicação, o Governo, a Região, exige saber, sobretudo numa situação como aquela que se verificou, concretamente o que se está a passar, qual é o estado de prontidão do navio, qual é o estado de prontidão dos tripulantes que são necessários, qual é o acompanhamento que a empresa está a fazer do assunto e isso faz-se não é por carta registada, faz-se é pelo contacto directo e imediato com as pessoas que são responsáveis por isso. Essa foi uma falha detectada e que interessa também corrigir. Segunda falha que foi detectada relativa ao estado de prontidão do navio foi que por vezes se prevêem aberturas que permitem não a operação de descarga ou de carga, mas de qualquer das formas, que permitem o posicionamento do navio para posteriormente, numa dessas aberturas, poder fazer a operação. Também é necessário ter cuidado nesta matéria. É necessário melhorar os procedimentos nessa área, para que sobretudo em situações em que por razões que sempre poderão acontecer não é possível fazer a operação e que a mesma possa ser feita na altura exacta, ou seja, na primeira oportunidade

possível em que estejam reunidas as condições de segurança e de operacionalidade. Estas foram as conclusões do inquérito conforme lhe referi relativas a essas duas áreas.

Quanto à parte de ruptura de abastecimento gostava de lhe dizer o seguinte. Obviamente o que é necessário é que o navio sirva o Corvo com a periodicidade que permita uma gestão razoável de *stocks*, mas essa gestão razoável de *stocks*, sobretudo na parte respeitante aos combustíveis, tem também responsabilidades pela parte de quem gere essa reserva no Corvo, responsabilidades essas que não foram cumpridas naquela situação. Nós não podemos partir do pressuposto e partir da garantia, de acordo com o procedimento que estava estabelecido, que havia uma reserva estratégica de 300 garrafas de gás no Corvo e quando perguntam, quando somos confrontados com essa situação dizemos “accione-se a reserva estratégica, disponibilize-se”, “Ah, não há por que já vendi”, “Então, mas não repôs?”, “ Ah não, não repus”. Isso não pode acontecer e portanto a questão do abastecimento ao Corvo é uma matéria que tem a ver com os transportes. Obviamente que tem. Tem a ver também com causas subjectivas de gestão de *stocks* nessa área que interessa corrigir e que interessa melhorar e nas quais o Governo Regional não tem uma responsabilidade directa e imediata. Obviamente que neste caso, por resultado desta via, foi criado um procedimento dentro da Secretaria da Economia, nomeadamente através da Sra. Delegada da SRE na ilha das Flores, para um acompanhamento mais próximo quanto a esta questão, para um acompanhamento mais detalhado relativamente à parte dos combustíveis, por exemplo.

Um outro aspecto que na parte dos combustíveis também releva foi aliás na sequência da última visita estatutária do Governo ao Corvo, e é um processo que está em curso, a decisão de instalar naquela ilha, para além da capacidade de tancagem que já existe e que sobretudo se resume à disponibilização das quantidades que são necessárias para o consumo, de criar também a esse nível uma capacidade de reserva que permita que nessas situações e em cooperação com a autarquia, o Corvo não possa voltar a estar na situação em que esteve neste período a que o Sr. Deputado fez referência. Serve isto para dizer o quê?

Serve isto para dizer em suma, que em primeiro lugar, há consciência da parte do Governo do trabalho que ainda falta fazer em relação à melhoria desses aspectos no Corvo.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Secretário.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

Em segundo lugar, a responsabilidade para garantir que essas situações não aconteçam é uma responsabilidade de todos, não é apenas do Governo. É de todos. Por isso é que é necessário também que se reforcem os mecanismos de atenção, de controlo de *stocks*, para que essas situações sejam reduzidas ao mínimo dos mínimos, ou até, se possível, sejam completamente eliminadas.

Muito obrigado.

Presidente: E terminámos o nosso tempo, atingimos as duas horas e meia de debate. Portanto, está encerrado.

Vamos partir para o nosso segundo ponto da ordem de trabalhos “**Projecto de Resolução N.º 22/2010 – Celebração do Centenário da Implantação da República Portuguesa, na Região Autónoma dos Açores**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente, queria solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado. Voltamos às 17 horas e 40 minutos. Até já.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados pedia que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 50 minutos)

Vamos então analisar e debater o “**Projecto de Resolução N.º 22/2010 – Celebração do Centenário da Implantação da República Portuguesa, na Região Autónoma dos Açores**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Eu relembro que em Conferência de Líderes foram fixados tempos globais para as resoluções, como seguem: 10 minutos para o PPM e para o PCP; 11 minutos para o Bloco de Esquerda; 13 minutos para o CDS/PP; 19 minutos para o PSD; 25 minutos para o PS, Governo e proponente.

Dou a palavra exactamente ao proponente para apresentar este Projecto de Resolução, Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há certos acontecimentos que marcam, indubitavelmente, as pessoas para o resto da sua vida. Tratando-se de jovens, esses acontecimentos acompanham-nos e servem-lhes de orientação. Ajudam a formar a sua personalidade e a sua forma de estar e perspectivar o futuro.

Ocorreu, este ano, nesta Assembleia, a XI Sessão do Plenário Jovem, ao qual assisti e no qual, de bom grado, participei.

Chamou-me a atenção uma proposta do grupo de jovens da Escola Secundária Antero de Quental recomendando a promoção de actividades que, na vertente “República nas Escolas”, integrassem, de forma dinâmica, apelativa e participativa, alunos e professores, de forma interventiva, na nobre missão de educar em cidadania.

Aqui está a ideia, transmitida pelo grupo de jovens e transposta, pelo Bloco de Esquerda, para Projecto de Resolução, de que (e cito) “uma pessoa esclarecida, que cultiva os valores e os pratica, é alguém mais apto a esquivar-se da pobreza” – palavras da professora responsável pelo grupo de jovens da Escola Antero de Quental.

O processo que antecedeu a apresentação deste Projecto foi enriquecido pela participação activa e interventiva dos jovens e criou expectativas e motivação, em outros alunos da Antero de Quental, à medida que tomavam conhecimento do trabalho desenvolvido pelos seus colegas.

Criou, ainda, interesse pela participação, ao sentirem que as suas ideias poderão ter eco na sociedade e influenciar positivamente a formação cidadã.

Não pretendem, estes jovens, nem o Bloco de Esquerda, apresentar alternativas nem concorrer com o programa idealizado pelo Governo Regional para assinalar o Centenário da República.

Pretendem sim, aqueles jovens, dizer “presente”, contem connosco.

Nunca poderá ser considerada extemporânea uma atitude participativa que, em nada colide com a agenda do Governo, é complementar e parte de uma participação generosa, cívica e interventiva dum juventude que se quer dinâmica e inclusiva, motivada pelos princípios e ideais republicanos.

Deve, pelo contrário, ser acarinhada, louvada e incentivada, como forma de participação cívica, interessada e consciente daqueles que serão o futuro desta Região e do nosso País.

Esperam estes alunos, em particular, e os alunos da Escola Antero de Quental e de outras Escolas desta Região, em geral, ver aprovado, nesta Assembleia, o projecto para que, directa ou indirectamente, tanto contribuíram e do qual tanto esperam.

Cabe-nos, a nós, deputados, dar o devido relevo a esta participação cidadã, como prática efectiva e eficaz dos ideais republicanos, no ano do centenário comemorativo da implantação da República Portuguesa.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

***Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD entende que os objectivos deste Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda sobre as comemorações do Centenário da República vêm ao encontro das pretensões suscitadas por um grupo de jovens, o que se aplaude e sublinha, pois é uma resposta concreta aos apelos da nossa juventude, que no exercício de cidadania activa, propõe uma série de acções tendo em vista uma maior participação da população numa celebração de grande significado para o nosso país. Por outro lado, importa não defraudar a expectativa

dos jovens acarinhando-a e dando-se uma resposta aos seus contributos no Plenário Jovem.

No entanto, este Grupo Parlamentar considera que as diversas actividades para assinalar o Centenário da República anunciadas pelo Governo Regional contemplam as pretensões e expectativas dos jovens e não poderia ser de outra forma. Os Açores foram berço de muitas personalidades ligadas à implantação da República, entre as quais se destacam Teófilo Braga e Manuel de Arriaga, e as novas gerações têm de tomar consciência e conhecimento destes factos.

O plano de comemorações dos Açores enfatiza vários aspectos que vão ao encontro dos objectivos do Projecto de Resolução em análise, sensibilizando a população dos Açores para os valores republicanos.

Quando a República começou já o regime autonómico açoriano contava 15 anos e a celebração de um século sobre a implantação da República Portuguesa é um dos momentos marcantes da nossa história e uma ocasião para educar as principais aspirações das gerações que lutaram e se empenharam em promover as grandes causas do republicanismo, apesar dos seus propósitos descentralizadores darem azo então a muito capital de queixa dos açorianos.

É verdade que o programa das comemorações do centenário da República poderia ter sido mais abrangente em termos de educação e de dialogação dos seus ideais cívicos, no entanto, reconhecemos que o objectivo do Projecto do Bloco de Esquerda é desajustado, porque se interliga já com o programa oficial. Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD irá abster-se na votação deste Projecto de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de começar por dizer a esta Assembleia que do ponto de vista do Governo - Sr. Deputado Mário Moniz eu percebo a sua intervenção - não se trata aqui de debater o contexto ou os antecedentes, ou até o processo que levou ou conduziu até esta iniciativa. Nós partilhamos inteiramente da importância que o Sr. Deputado e o Bloco Esquerda atribuem a iniciativas como a do Parlamento Jovem.

Percebemos a sua relevância. Somos aliás parceiros em iniciativas desse género e já temos retirado noutras ocasiões, e continuaremos a fazê-lo, dessas iniciativas ilações e ensinamentos importantes para a acção do Governo. Esse é um aspecto que não tem, do nosso ponto de vista, nada a ver directamente com o conteúdo da proposta, que é isso que nos cumpre aqui apreciar.

Feito este reparo, gostava também de começar por dizer que nós saudamos a iniciativa do Bloco de Esquerda pelo seu conteúdo, pela sua adequação à época em que vivemos e ao facto de celebrarmos os cem anos da República, porque consideramos também que é um contributo institucionalmente responsável e politicamente dignificante para tentar evocar esta data memorável, relativa à instauração da República. Ao invés de outros, o Bloco de Esquerda não optou por fazer “folclorização” do debate, evitou a mediatização fácil e apresentou ideias, pois é bastante legítimo que isso aconteça. É pena que não tenha acontecido de forma generalizada.

A memória histórica do nosso país, o facto de vivermos neste sistema de organização política devia fazer com que todos contribuíssem de uma forma equilibrada e institucionalmente respeitável.

É claro que o Bloco de Esquerda não desceu à Furna do Enxofre para ver se o Governo estava lá, preferiu apresentar ideias e nós estamos, desse ponto de vista, comungamos da acção e da iniciativa do Bloco de Esquerda. Contudo há dois problemas “insanados”, do nosso ponto de vista. Um é que o Governo, (se se recordam em Fevereiro deste ano, apresentou publicamente em conferência de imprensa o seu programa de actividades para a celebração do Centenário da República que incluía uma série de eventos, uma série de iniciativas, de exposições a conferências, colóquios, espectáculos, edições de livros, projectos educativos e até, como sabe, a reabilitação da casa Manuel de Arriaga) como uma forma simbólica de celebração.

É muito semelhante o conteúdo da vossa proposta com o programa que nessa altura, há oito meses portanto, foi apresentado pelo Governo Regional. Isso significa que mesmo que se quisesse ver na vossa proposta um complemento, é difícil, porque ela é coincidente com aquilo que o Governo já tinha feito. E

portanto desse ponto vista não há grandes hipóteses de considerá-la como vindo dar um contributo adicional. Por outro lado, também do ponto de vista do Governo, se o objectivo da proposta, que me parece ser e que o Sr. Deputado Mário Moniz em comissão nos disse, nos transmitiu, que seria o de direccionar as comemorações para a comunidade escolar, também isso estava garantido na proposta do Governo, também essa preocupação foi tida em conta numa série de actividades, nomeadamente através do projecto do “*kit* Pedagógico” delineado pelo Governo para ser distribuído às escolas e que não é bem a mesma coisa que um manual de valores e atitudes como pretende o Bloco de Esquerda, porque desse ponto de vista nós não comungamos da necessidade de distribuir aos jovens um manual de valores. Nós somos mais apologistas de que os jovens devolvam e desenvolvam os seus valores, a sua gama de valores e de comportamentos.

Deputado Paulo Estevão (PPM) e Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, consideramos nós, em resumo, que a proposta do Bloco de Esquerda tem um problema de *timing* e de extemporaneidade, embora o Sr. Deputado tenha dito que não. Tem também um problema de conteúdo porque não acrescenta, coincide com o que já estava decidido.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

***Deputada Paula Bettencourt (PS):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda que estamos aqui a analisar deu entrada nesta Assembleia no dia 27 de Maio do corrente ano e tem por base uma intervenção de um grupo de jovens da Escola Antero de Quental, apresentada no Plenário Jovem, que decorreu nesta Assembleia no dia 29 de Abril do mesmo ano.

Portanto, muito nos orgulha o facto de vermos que a juventude açoriana está embrenhada nesta comemoração. No entanto este Projecto de Resolução é um extemporâneo, um projecto que nos aparece fora de tempo, numa altura em que a Direcção Regional da Cultura havia já apresentado o programa das comemorações do primeiro centenário da República nos Açores. Portanto, este programa que foi

apresentado a 22 de Fevereiro inclui várias actividades, de entre as quais destacamos exposições subordinadas a vários temas, como por exemplo “A República e a Modernidade”, “Quem fez a República?”, “A República: figuras e factos”; um colóquio subordinado ao tema da “1ª Guerra Mundial e Política Externa”, “Na primeira República”; um ciclo de 12 conferências, uma por cada mês, de Outubro de 2010 a Outubro de 2011; edições várias; a subida ao Pico, o ponto mais alto da República...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Do país!

A Oradora: ... actividade esta que já foi realizada e que foi muito bem sucedida; a recuperação da casa onde viveu Manuel de Arriaga; a distribuição de uma mala pedagógica pelas escolas da Região; bem como a Festa da Árvore.

Podemos assim dizer, que este programa engloba as ideias apresentadas pelo Bloco de Esquerda, sendo, que nos atrevemos até a dizer, com todo o respeito que merecem os caros colegas, que este programa abrange as propostas que foram posteriormente apresentadas, mas de forma mais trabalhada, ponderada e equacionada.

Assim, e embora considerando meritório o facto do Bloco de Esquerda dar voz a um grupo de estudantes da Escola Antero de Quental, pelas razões que já enunciei anteriormente, o Partido Socialista terá de votar desfavoravelmente este Projecto de Resolução.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico também votará contra esta proposta.

Eu lembro-lhe, que tive a oportunidade de assistir a um grupo de jovens da Graciosa a quem ofereci uma bandeira da Monarquia Constitucional. Eles defenderam que a Constituição Portuguesa deveria ser alterada no sentido de que o povo pudesse escolher livremente o regime, ou votar na Monarquia ou votar na República, como é próprio nas democracias. Mas a vossa proposta tem alguns

considerandos que considero relativamente graves, como por exemplo, quando identifica República com Democracia.

Eu pergunto-lhe, Sra. Deputada, se o regime hitleriano, que era uma República, era uma Democracia? Ou pergunto o Estado Novo o que é que era, se era uma Monarquia ou se era uma República? Ou o que é a Coreia do Norte? A Coreia do Norte, como sabe, do ponto de vista institucional também é uma República.

E pergunto-lhe, já que estamos a visitar vários sistemas políticos, se a Suécia é uma ditadura? E pergunto-lhe se a Grã-Bretanha é uma ditadura ou se a Dinamarca é uma ditadura? A Holanda é uma ditadura? Ou a Bélgica é uma ditadura? Ou então se os socialistas espanhóis que governam no Reino de Espanha, governam uma ditadura? Se o senhor Zapatero não merece o aperto de mão do Sr. Primeiro-ministro Sócrates porque está a governar naquela ditadura monárquica que é a Espanha?

É evidente, meus senhores, que a vossa proposta tem um problema gravíssimo, que é de facto vincular a Democracia com a República quando se sabe que não é assim. A verdade histórica é esta, é que em 1910 tinham-se realizado as eleições no dia 28 de Agosto e o Partido Republicano Português tinha sido derrotado só tinha conseguido eleger 14 deputados. Portanto o Partido Republicano Português participava no sistema político, como o Partido Popular Monárquico também participa. O Partido Republicano Português, por exemplo, esteve numa coligação eleitoral entre 93 a 96 com o Partido Progressista. Mas o senhor precisa de aprender ainda um bocadinho mais, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Consigo é difícil!

O Orador: Não aprendeu tudo ainda!

E portanto, o que é fundamental é que os senhores percebam que para os nossos jovens, para os nossos alunos, se é esta a comemoração - comemorar falsificações da história - que os senhores querem fazer, o que eu acho é que a vossa verdadeira proposta seria ensinar aos alunos aquela que foi de facto a história de Portugal. Mas percebo a vossa pressa, porque definitivamente cem anos de história, cem anos de República, só se festejam uma vez e, graças ao Estado Novo que contribui com 48 anos, os senhores lá atingiram os cem anos.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): E vem aí a Monarquia!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por louvar a iniciativa do Bloco de Esquerda ao dar voz, aliás como já aqui foi dito, a um grupo de jovens que participou no Parlamento Jovem, e relativamente aos pressupostos e aos considerandos que subscrevo.

No entanto, a posição do PCP, da Representação Parlamentar, vai ser de abstenção uma vez que efectivamente ela é extemporânea, já estava apresentado o programa.

Mas fica aqui uma outra chamada de atenção ao Parlamento e ao Governo e que tem a ver com o seguinte. A comemoração desta data, independentemente dos problemas que os monárquicos que estão representados nesta Assembleia têm relativamente às comemorações do centenário da República, independentemente disso, é de facto uma data marcante para o povo português. Foi uma revolução que transformou e que tem um percurso histórico que todos conhecemos, mas que marcou de facto o início do século XX português com uma profunda transformação. Isto quer queiram, quer não queiram os monárquicos aqui representados.

Eu gostaria de deixar que numa data como esta, tão marcante para Portugal, fosse conciliado o programa das comemorações e discutido em paralelo com o Governo, em conjunto, com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, porque me parece que então sim seria...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Temos que falar sobre isso.

O Orador: Temos que falar sobre isso? Não Sr. Deputado. Temos que falar sobre isso porque o senhor não pode ignorar esta data. Eu sei que lhe custa, mas o problema é seu.

Aliás, a República até lhe permite que esteja. Também permitia Sr. Deputado, também permitia certamente. Mas permite que o senhor aqui esteja e portanto o que tem mais é que respeitar o sistema...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Respeitar? Desculpe!

O Orador:... e portanto se participa ou não participa, o problema é seu.

Agora o desafio que eu deixo, e uma vez que o Sr. Presidente do Governo Regional aqui está, é que em celebrações desta natureza, desta dimensão e desta importância, que o Parlamento e todas as forças políticas possam ser envolvidas de modo a que as comemorações não sejam apenas do Governo Regional, mas sejam também daquele que é o principal órgão da autonomia regional e que é esta Assembleia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Antes de dar a palavra, faço só um esclarecimento. A Assembleia em Março passado assinalou o centenário da República com o lançamento de um livro e o Governo tem, o que também é normal atendendo ao seu carácter executivo, um vasto programa de comemoração deste centenário da República, conforme aliás já foi dito pelo Sr. Secretário Regional da Presidência.

Diga, Sr. Deputado Aníbal?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Peço a palavra agora só para prestar um esclarecimento, relativamente àquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer. Posso ou não?

Presidente: Estou a inscrevê-lo. Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Intervenção rápida e curta apenas para dizer que nós não temos nada contra a que se comemore o Centenário da República. É histórico, é a história e a história tem de ser vista como tal. Devo recordar que eu próprio já participei numa dessas sessões comemorativas do Centenário da República. Eu, o Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Deputado Clélio Meneses e o Sr. Vice-Presidente do Governo em nome do Partido Socialista e o Partido Democrático Atlântico da Culturanga em Angra do Heroísmo. Não me lembro de ver lá a Sra. Deputada Zuraida Soares!

Deputada Zuraida Soares (BE): Sentiu a minha falta?

O Orador: Senti, Sra. Deputada. Não me lembro de ver lá a Sra. Deputada Zuraida Soares que vem agora aqui muito enfaticamente comemorar a República e fazer propostas, que já estão a maior parte delas em execução. E, Sr. Presidente, confirmo que a Assembleia fez e bem, assinalou o Centenário da República.

No entanto, eu queria, enfim, chamar a atenção, que quando o CDS apresentou um voto justamente sobre esse Plenário Jovem sofreu grandes críticas de se ter aproveitado, era demagogia, ia instrumentalizar os jovens que vêm para este Parlamento, etc., etc. Críticas feitas pela bancada do Partido Socialista e que a Sra. Deputada Zuraida Soares apenas disse “subscrevo na íntegra” as declarações da então deputada que fazia a crítica ao CDS, seguida do Sr. Deputado Aníbal Pires que também subscreveu as declarações. E portanto, vem hoje fazer a mesma coisa: demagogicamente aproveitar-se do Plenário Jovem para vir propor um conjunto de iniciativas já feitas e a decorrer, e algumas até já passadas.

Mas, no entanto, eu diria que esta esquerda ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Esta esquerda! Quer dizer que há outra?

O Orador: ... deve estar a sofrer de alguma entorse. Essa esquerda...

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa esquerda termina ali. A seguir é a direita!

O Orador: ... termina ali. A esquerda colocada aqui à minha direita, sobretudo o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português, é uma esquerda que deve estar a sofrer de alguma entorse porque agora sempre que faz uma proposta querem quitá-la, quer dizer, cada um deles oferece um *kit*. Um oferecia um *kit* para a constituição, para os direitos humanos e mais não sei quê, o Bloco de Esquerda oferece um *kit* de valores. É uma coisa que não se percebe, o que é um *kit* de valores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): São os valores republicanos!

O Orador: Portanto, é uma esquerda que está quitada. Não se percebe o que é um *kit* de valores, Sra. Deputada. Eu espero que não sejam os valores do Bloco de Esquerda e os exemplos do seu líder nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não contava voltar a fazer uma intervenção, mas devido à intervenção e à observação do Sr. Deputado Aníbal Pires Pires tenho que lhe dizer o seguinte.

O Sr. Deputado Aníbal Pires diz que “bom, mas a República deixa que o senhor participe no sistema político”. É evidente! Nós vivemos actualmente numa democracia. É evidente que isto não sucedeu na primeira República e como sabe os fundadores do Partido Popular Monárquico também combateram o salazarismo e portanto, também não participavam na segunda República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Alguns! Não se esqueça de fazer a distinção. A maioria aliou-se!

O Orador: Os fundadores do Partido Popular Monárquico nesse sentido também combateram, também não participavam na República.

O que nos é agora permitido participar era só o que faltava que não fosse. Que o povo não pudesse votar livremente nos partidos e nos políticos monárquicos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não esteja a fazer o número de circo.

O Orador: Agora o que sucede Sr. Deputado, o que se passa é evidente. É que é importante também deixar já agora, porque estamos a festejar, os senhores festejam os cem anos, então é importante que se diga o seguinte: o Partido Republicano Português participou sempre, durante a Monarquia constitucional, na vida política, participou livremente. O que acontece é que nunca ganhou, nunca conseguiu ganhar as eleições, a questão foi essa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Porque terá sido?

O Orador: E também já agora deixo aqui uma nota. Este Partido Republicano que tinha no seu programa eleitoral o sufrágio universal, vejam bem, tinha o sufrágio universal, chega ao poder e o que é que faz? Anteriormente durante a Monarquia constitucional votava 70% da população masculina e depois, durante a República, os tais que defendiam o sufrágio universal, reduzem apenas para 30% da população. Veja bem a República tão democrática que era!

São estas coisas que têm de ser ensinadas aos nossos jovens, são estas incongruências. Têm pouco para festejar de facto, porque também não conheço outro exemplo histórico de uma República que tendo chegado ao poder, os políticos republicanos diminuem o sufrágio significativamente para menos de metade.

É esta a primeira República, com todos estes defeitos, que aliás foram descritos por Manuel de Arriaga, que é expulso do poder, que é expulso da presidência por mais um golpezinho que eram daqueles golpes semanais que os republicanos organizavam. Portanto Manuel de Arriaga também, no final da sua vida, tinha uma profunda desilusão em relação àquilo que era a República e as suas vivências.

Era este o testemunho que eu acho que era importante transmitir, para que seja restabelecida a verdade histórica.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas um esclarecimento. Eu quando há pouco coloquei a questão, foi no sentido do envolvimento de todas as forças políticas presentes neste Parlamento, não escamoteei o facto de que a Assembleia estava a participar e que a Mesa da Presidência tinha promovido. Não me referi a isso, mas tenho consciência disso. Aquilo que eu propus foi outra coisa: o envolvimento de todos. Apenas só para fazer este esclarecimento.

Sr. Presidente, se me dá licença, eu penso que ainda tenho tempo, por que precisava de retorquir ao Deputado Paulo Estevão relativamente àquilo que ele acabou de dizer.

Sr. Deputado quero dizer-lhe o seguinte (e aliás o Deputado Artur Lima é testemunha porque participou ou eu participei com ele e com o Dr. Sérgio Ávila, no já aludido) a minha intervenção é profundamente crítica, relativamente à forma como decorreu a primeira República. Portanto, o senhor não venha dar lições nem de história nem de moral relativamente a coisa nenhuma, nem às virtualidades do sistema monárquico ou aos defeitos e às progressões do sistema republicano, nomeadamente aqueles que aconteceram na primeira República.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor já foi estudar.

O Orador: Não, não fui estudar. O senhor sabe, aliás todos os Deputados aqui presentes e Membros do Governo, o senhor foi o primeiro a ouvir isso, porque o senhor estava naquela noite em Angra do Heroísmo e ouviu exactamente a crítica que eu fiz à primeira República, a perseguição aos dirigentes sindicais, as

perseguições e a repressão sobre as massas trabalhadoras e o povo. Aliás ontem anunciei-o no meu voto.

Portanto, a crítica relativamente à República está sempre presente assim como estava presente ontem no meu voto e que vossas excelências, enfim, pelas razões da vossa ligação à causa monárquica e ao PPM, entenderam por bem escamotear. Portanto, eu fui e tenho sido crítico. Tenho textos publicados sobre esse assunto. Já agora e apenas para esclarecer aqui uma situação, a propósito daquilo que aconteceu ontem no Plenário, em que o Deputado Paulo Estevão me acusou de estar a mentir...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não! Falsificar!

O Orador: ... ou falsificar a história e sobre a pena de morte. A pena de morte foi abolida em 1852 para crimes políticos; foi abolida em 1867 para crimes civis; continuando consagrada no código de justiça militar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga qual era o regime que militava!

O Orador:... e foi com a constituição de 1911 abolida para todos os crimes; nomeadamente para os crimes militares e a seguir em 1916 foi novamente reintroduzida para crimes de traição...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pelos republicanos.

O Orador: ...pelos republicanos, de traição à pátria em tempo de guerra.

Portanto, a verdade histórica é esta. Se alguém foi executado ou não ao abrigo daquilo que continuou a figurar no código de justiça militar isso pouco importa. A verdade é que aquilo que está dito ontem no voto, e que se lerem no contexto em que estava, é que a pena de morte foi abolida sob todas as formas na constituição de 1911.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está visto que enquanto durarem as celebrações do Centenário da República ou sempre que se pronunciar a palavra República nesta Câmara, nós temos um debate

lateral entre os anti-republicanos ou monárquicos e os republicanos. Mas vamos ter de nos habituar, é a vida e isso decorrerá ao longo dos meses daqui por diante.

Muito rapidamente só para dar duas ou três notas do seguinte. Sinto-me muito lisonjeada por o Sr. Deputado Artur Lima ter sentido a minha ausência numa das comemorações oficiais do Centenário da República. Mas posso deduzir das suas palavras, sobretudo pelo tom que o Sr. Deputado utilizou, e por aquilo que disse, que todos os deputados e todas as deputadas e toda a população açoriana que não esteve presente nessas ou noutras cerimónias comemorativas não têm a legitimidade de invocar a República, nem de a defender, nem de a celebrar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é generosidade sua!

A Oradora: Para que conste para memória futura. Lamento que assim seja porque eu sinto-me absolutamente livre de a celebrar das formas que muito bem entender e não têm que ser necessariamente nas comemorações oficiais.

Por outro lado, ainda para o Sr. Deputado Artur Lima, o povo diz e muito bem que “ou quitam todos, ou não quita ninguém”. E o certo é que o Sr. Deputado está muito incomodado com os *kits* deste lado, da esquerda, como diz o Sr. Deputado, vá-se lá saber onde é que ela acaba, mas o Governo Regional também “quita” e não ouvi o Sr. Deputado dizer nada sobre os *kits*, e portanto isto é só para um lado, para a esquerda.

Finalmente, eu lamento que não se perceba que a não demagogia desta proposta não é o seu conteúdo, é muito mais a metodologia com que ela foi elaborada. É isso que lhe retira o cariz demagógico que o Sr. Deputado Artur Lima quis classificar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não quis. Classifiquei!

A Oradora: É que nós não pegámos na proposta e não a trouxemos para aqui como se ela fosse nossa. Nós reunimo-nos com os alunos, com a professora, pedimos autorização, perguntámos se eles queriam, se isso correspondia às suas expectativas e a metodologia...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Show off!*

A Oradora: Aquilo que o Sr. Deputado lhe queira chamar. É a realidade e portanto é a metodologia que lhe retira o cariz demagógico.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quantos ciganos a senhora consultou para fazer o voto?

A Oradora: Isso pergunto-lhe eu Sr. Deputado. Isso pergunto-lhe eu quando vem para aqui com demagogia!

Muito obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão embora eu espere também, e isto não é só para si é para todos, que como disse a Sra. Deputada Zuraída Soares, mais que uma história da Monarquia ou da República, nós discutamos a Proposta de Resolução do Bloco de Esquerda, tem a palavra Sr. Deputado.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é certamente a última intervenção, até porque só tenho mais um minuto, portanto não se preocupem.

Para terminar gostava apenas de citar Victor Hugo: “Está pois a pena de morte abolida nesse nobre Portugal, pequeno povo que tem uma grande história, felicito a vossa Nação. Portugal dá o exemplo à Europa. Desfrutai de antemão essa imensa glória. A Europa imitará Portugal. Morte à morte. Guerra à guerra. Vida à vida. Ódio ao ódio.”

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é que isso tem a ver com a questão que coloquei?

O Orador: E portanto, o Sr. Deputado Aníbal Pires escolheu o pior exemplo em relação à comparação entre a Monarquia e a República, porque a Monarquia constitucional fez de Portugal o primeiro país do mundo a abolir a pena de morte, do ponto de vista constitucional. E os factos são que 1846 foi o último ano em que alguém foi condenado à morte em Portugal durante a Monarquia constitucional. Depois quero dizer que em 1917, durante a primeira República, foi o momento que sucedeu a última condenação. Portanto, Sr. Deputado, de todos os exemplos possíveis, este exemplo em relação à pena de morte era um exemplo completamente desnecessário, porque a Monarquia constitucional deu exemplo a todos os republicanos e monárquicos do mundo.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendemos perfeitamente a atitude do Deputado do PPM que é a confirmação da oportunidade e ilustra a apresentação deste projecto e a necessidade da sua aprovação como mais uma manifestação dos ideais republicanos que nos motivam em oposição a um regime decadente e injusto.

Não entendemos são certas atitudes. Não as entendemos e até as repudiamos porque reportamos de muito graves, principalmente porque provenientes de um responsável governativo que deveria enaltecer a participação cívica e cidadã dos jovens. Classificar de extemporânea uma proposta, que como já dissemos resulta da generosidade espontânea de um grupo de alunos da Escola Secundária Antero de Quental, interessados em participar, é no mínimo redutora e sobretudo, desmotivadora da capacidade de iniciativa demonstrada por aqueles jovens.

No entanto, as suas atitudes serão certamente tidas em conta pelos jovens que nos ouvem, bem como pelos seus responsáveis educativos.

A atitude da maioria PS demonstra a sua incapacidade para a cooperação.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: A prática do PS como é vã e falseia a preocupação no incentivo à participação dos jovens na intervenção cívica e política.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Muitos projectos, muitas palavras, mas na hora da verdade, nada!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Tentam ridicularizar a proposta de um *kit* sugerido pelos alunos, mas propõem uma mala pedagógica a distribuir às escolas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não propõe. Já estava proposto.

O Orador: Enunciam uma série de inventos, todos eles importantes, mas apenas um directamente dirigido aos escalões infanto-juvenis, e mesmo assim só na sua forma. Planeiam publicações históricas, exposições abertas à mesma hora das aulas e outros eventos em que os jovens estão na sua maioria impedidos de participar.

Eventos, no entanto, importantes, cuja iniciativa saudamos, mas que na prática não se dirigem à população escolar de que estamos a falar.

Porém, quando esses mesmos jovens, em representação da sua escola, lhes pedem acções concretas, apelativas e dinâmicas direccionadas às suas expectativas e à forma como gostariam de participar, nada!

Esta não é decididamente uma boa política de juventude, à imagem de como recentemente defendeu aqui um responsável pela JS, hoje, nesta casa. A não ser que algumas dessas políticas não passem de intenções. Se assim for, lamentamos.

Também não entendemos os argumentos da bancada do PS, quando a JS faz campanhas de participação da juventude nas escolas em actividades cívicas e cidadãs. O que nós achamos muito bem! E este projecto não é uma manifestação objectiva e louvável de participação cívica da juventude, de forma profícua, da educação da cidadania nas escolas? Não é uma boa política de juventude ir ao encontro das suas ansiedades e atender aos seus pedidos de participação cidadã activa? Pode em algum caso ser considerada extemporânea, vinda de alunos de uma escola secundária, uma proposta com este sentido de elevação e de maturidade cívica? Entende o PS que só o facto de se discutir este assunto em comissão e durante o Plenário se está a dar voz aos jovens, como defendeu o próprio PS em sede de comissão. Se dar voz aos jovens é falar deles, mas calar as suas propostas, então estamos conversados quanto à boa política de juventude.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, eu não tencionava fazer mais nenhuma intervenção, até porque me pareceu que na primeira intervenção que fiz fui claro e de certa forma até comedido. Mas tenho agora que, face esta última intervenção do Sr. Deputado Mário Moniz, perfeitamente demagógica e perversa, no sentido em que virou o debate para questões de políticas de juventude, fazer um esclarecimento, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este debate não tem nada a ver com políticas de juventude, primeira questão. Este debate tem a ver com as comemorações do Centenário da República, ponto um.

Segundo ponto, quer o Sr. Deputado que o Governo altere o programa que já tem para celebrações para incluir ou mudar o nome de alguns eventos só para que os jovens com quem o Sr. Deputado falou fiquem satisfeitos? Oh Sr. Deputado, isso não funciona assim.

Deputado Mário Moniz (BE): Isso é que é demagogia!

O Orador: O Governo tem o seu programa de celebrações conhecido publicamente desde Fevereiro deste ano. O Governo tem tudo em marcha, logisticamente preparou os eventos, foram organizados, está tudo tratado. E agora o Governo, só porque o Sr. Deputado falou com jovens, tem de alterar o programa que já tem, mudar o nome a algumas coisas (de mala para *kit* ou de *kit* para manual) para o Sr. Deputado ficar satisfeito pelos jovens e poder dizer-lhes “olhe aquele trabalho que eu disse que ia fazer teve sucesso e resultou”.

Oh Sr. Deputado! Nós estamos a falar de coisas mais importantes no sentido em que isso não tem rigorosamente nada a ver com políticas de juventude. Temos todo o gosto de debater consigo sempre que quiser. Aliás, iniciativas como o Parlamento Jovem são iniciativas de participação, de fomento e de iniciativa do Governo. Logo por aí fica clara a nossa participação e disposição para sermos veículo de facilitação da opinião dos jovens, para se tornar consequente. Mas isso é uma coisa, outra coisa é o que o Sr. Deputado propôs e o conteúdo que a proposta do Bloco de Esquerda trouxe. E é o conteúdo da proposta do Bloco de Esquerda que estamos a discutir.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

***Deputada Paula Bettencourt (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Mário Moniz volto a frisar que nós reconhecemos todo o mérito da iniciativa dos jovens da Escola Antero de Quental, bem como reconhecemos o mérito do projecto aqui em apreço.

Agora isso não significa que nós vamos votar favoravelmente este Projecto de Resolução sem olharmos para o que ele significa, sem olharmos para quais são, portanto, as medidas aqui propostas, sem vermos se elas são válidas, se não são válidas. Portanto não podemos aprovar uma coisa cegamente. E acho que é importante referir, exactamente, que relativamente ao *kit* “Tudo o que é preciso ser nesta República em que vive” ...

Deputado Mário Moniz (BE): 24 meses! Cegamente!

A Oradora: Relativamente a este *kit*, Sr. Deputado, “Tudo o que é preciso ser nesta República em que vive - Manual de atitudes e valores”, nos moldes em que é apresentado pelo Bloco de Esquerda parece-nos uma ideia com um carácter impositivo e que contraria a liberdade de escolha que todos os jovens devem ter na formação da sua personalidade e do seu carácter, através de uma aprendizagem plurifacetada.

O Partido Socialista é a favor de que se dê aos jovens os meios para que estes formem o seu carácter e não que se lhes imponha um manual de conduta. Eu acho que esta deveria ser também a ideia da vossa expressão partidária, tendo em conta todas as outras coisas que aqui defendem em outras propostas.

Tenho dito.

Deputados Benilde Oliveira e José Lima (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não havendo mais intervenções vamos passar à votação desta proposta de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da ordem de trabalhos: “**Proposta de Resolução N.º 4/2010 – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2011**”, apresentada pela Mesa da Assembleia.

Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas numa breve intervenção referir um aspecto que consideramos relevante.

No momento que vivemos por todo o mundo e em que os titulares de cargos políticos e particularmente os Parlamentos são sempre alvo das críticas e do apontar de dedo de muita gente, importa realçar, e este Grupo Parlamentar entende relevante, referenciar o esforço que foi feito pela Mesa, no sentido de conter os gastos deste Parlamento, apresentando uma proposta de orçamento para apreciação nesta casa que reduz para o próximo ano em 1,2 % relativamente ao orçamento em curso no ano de 2010. É um aspecto que entendemos de relevar neste momento, e nesta ocasião, que precede a votação do orçamento da Assembleia.

Presidente: Creio não haver mais intervenções. Assim sendo vou colocar à votação esta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte.

Diga, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente queria solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: A Mesa entende fazer um intervalo de meia hora e regressamos às 19 horas e 15 minutos, para haver tempo para os Srs. Deputados descansarem.

Obrigado. Até já então.

(Eram 18 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradece que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 20 minutos)

E vamos reiniciá-los com uma votação.

Vamos então entrar no âmbito do debate relativo à **“Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 14/2010 – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 17/2009/A, de 14 de Outubro, diploma que procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas”**.

Conforme foi distribuído, deu entrada na Mesa um requerimento do Bloco de Esquerda ao abrigo do Art. 134º do Regimento em que com os fundamentos invocados no mesmo requerimento, se pede a baixa deste diploma à respectiva comissão. Também com a remissão que é feita pelo Art. 134º para o 87º, n.º 2 do nosso Regimento, “admitidos os requerimentos são imediatamente votados pela ordem da sua apresentação, sem discussão nem declarações de voto orais”.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, eu vou colocar à votação este requerimento do Bloco de Esquerda.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo para apresentar o diploma.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional visa essencialmente dois objectivos concretos.

Em primeiro lugar, salvaguardar no âmbito da afectação e da definição da percentagem de trabalhadores que podem ter a notação máxima de acordo com o que está estabelecido na legislação que se retire para efeitos da contabilização dessa percentagem as pessoas e os funcionários ou agentes que exerçam funções de nomeação noutras entidades. Com esta medida nós criamos um benefício adicional para os funcionários públicos da Administração Regional, criamos e reforçamos o conceito de justiça da aplicação desta medida, porque assegura-se que nenhum funcionário deixará de poder aceder à classificação máxima em termos percentuais, motivada por outros funcionários que estão temporariamente a exercer outro tipo de funções e concorriam directamente para essa percentagem com critérios de avaliação substancialmente diferentes. E com isto asseguramos que mais trabalhadores da Administração Pública Regional possam ter, beneficiar da quota máxima em termos de classificação e de avaliação de serviço. É sem dúvida uma medida que reforça o benefício da Região, comparativamente ao todo nacional, do sistema de avaliação.

Segundo aspecto, visa também salvaguardar os trabalhadores quando em situações que não são imputáveis aos mesmos trabalhadores, não tenham ocorrido exclusivamente no ano de 2009. Esta é uma medida transitória apenas para o ano de 2009, porque foi o ano em que se iniciou este novo sistema de avaliação. Evidentemente é um ano de introdução de um sistema, pode haver quer pontualmente num serviço, quer num caso específico dum trabalhador, uma situação em que não tenha sido devidamente avaliado de acordo com as novas regras. E para que esse trabalhador não seja prejudicado pode, por solicitação do mesmo, recorrer para a avaliação através da ponderação curricular e assim não ser prejudicado por algo que não corresponde evidentemente à sua responsabilidade.

Penso que com estes dois aperfeiçoamentos, por um lado introduz-se ainda mais justiça, essencialmente reforça-se os direitos e os benefícios dos funcionários da Administração Pública Regional, que é sempre o nosso objectivo estratégico.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a Representação Parlamentar do PCP reconhece que a harmonização que foi feita na Região beneficia os trabalhadores da Administração Pública Regional, mas é bom que se diga, sem querer retomar o debate que na altura aqui tive com o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, mais uma vez não foi cumprido aquilo que a lei exige, que é a negociação com os trabalhadores e ela de facto não facto não foi cumprida. Mas queria ainda acrescentar o seguinte, se é verdade que esta primeira alteração a este diploma visa resolver alguns problemas ligados ao processo de avaliação, não é menos verdade que esta primeira alteração demonstra claramente que o processo de avaliação implementado na República e adaptado aqui na Região é um mau processo de avaliação e daí, Sr. Vice-Presidente, a necessidade do Governo Regional vir agora fazer esta alteração ao Decreto Legislativo Regional que fez a harmonização dos trabalhadores da Função Pública na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP, considerando que o regime na Região é favorável ou é mais favorável aos trabalhadores, (isto é, menos penalizador, porque eu nem posso dizer com segurança que ele é mais favorável, direi antes menos penalizador para os trabalhadores) por estes dois motivos: primeiro porque o PCP é contra este modelo de avaliação e em segundo lugar, porque o Governo Regional uma vez mais e recorrentemente não cumpre aquilo que está legalmente estabelecido e portanto nós não podemos dar o nosso voto favorável e vamos abster-nos.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sra. e Srs. Membros do Governo:

Seja-me permitido, Sr. Presidente, que as primeiras palavras que profiro a este propósito digam respeito ao requerimento que acabámos de votar que requeria a

baixa à comissão desta iniciativa com base na violação de disposições da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, nomeadamente o procedimento de negociação colectiva quanto a esta matéria.

E devo fazer este esclarecimento agora, porque regimentalmente era impossível falar, usar da palavra, antes da votação do requerimento, porque os requerimentos não são objecto de discussão, são objecto apenas de votação. E neste momento, como presidente da Comissão de Política Geral quero dar o esclarecimento a vossas excelências e em particular ao Bloco de Esquerda.

É preciso dizer que o Parlamento não faz negociação colectiva, isto é, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, o Parlamento em matérias da natureza idêntica àquela que estamos aqui a discutir o que faz é suscitar a participação dos trabalhadores da Administração Pública através das suas associações sindicais, publicando, como publicou, neste caso, legalmente os avisos, anunciando a iniciativa, a entrada da iniciativa na Assembleia e durante o período legal para apresentação das posições das estruturas sindicais e publicando esta iniciativa também na correspondente separata do Diário das Sessões. Este é o procedimento de participação que é seguido nesta matéria. Aliás devo lembrar que esta é a interpretação constante do Parlamento quanto a estas matérias de participação dos trabalhadores da Administração Pública em regime de direito público. Foi exactamente o mesmo procedimento que foi seguido por este Parlamento aquando da aprovação do Decreto Legislativo Regional N.º 17/2009, que é agora objecto de alteração por esta proposta de Decreto Legislativo Regional agora em discussão, exactamente o mesmo tipo de participação. Já na altura a questão foi suscitada e o esclarecimento que foi feito foi este e o procedimento adoptado foi o mesmo que estamos adoptando neste momento.

É preciso recordar também, e não querendo perder muito tempo com esta matéria e pedindo aqui alguma benevolência do Sr. Presidente em matéria de contagem de tempo, que este é um esclarecimento institucional à Câmara na qualidade de presidente da Comissão de Política Geral. É preciso lembrar que este diploma nacional, a Lei n.º 23/98, está estruturado numa lógica nacional em que o poder legislativo é exercido quer pelo Governo da República, quer pela Assembleia da

República, circunstância que não ocorre nas Regiões Autónomas como vossas excelências bem sabem e em particular sabe o Bloco de Esquerda, porque nas Regiões Autónomas o poder legislativo constitucionalmente está apenas consagrado e atribuído às Assembleias Legislativas e não ao Governo Regional, que apenas tem um poder regulamentar. Nessa medida não é razoável pressupor, nem interpretar que o Parlamento teria que fazer negociação colectiva, da mesma forma que faz negociação colectiva o Governo da República em matérias que estão elencadas no artigo sexto. Não é conceptualmente possível. Aliás, quero lembrar que esta iniciativa legislativa é oriunda do Governo, mas poderia ter sido desencadeada, exercida, por qualquer uma das Sras. ou dos Srs. Deputados, ou por qualquer um dos Grupos ou Representações Parlamentares. A pergunta que se colocaria era “então se esta mesma iniciativa legislativa fosse exercida por algum Grupo ou Representação Parlamentar ou por alguma Sra. ou Sr. Deputado, então o Parlamento teria que fazer negociação colectiva sobre esta iniciativa?”. Não teria. E portanto, esta é a interpretação constante do Parlamento quanto a esta matéria.

Posto isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que o Governo Regional apresenta ao Parlamento tem virtudes e defeitos.

Vamos primeiro às virtudes. Tem de facto a virtude de permitir uma avaliação a todos aqueles trabalhadores em funções públicas que no ano de 2009, ano da entrada em vigor do novo regime de avaliação do SIADAPRA, não foram objecto de avaliação como era seu direito e como também era obrigação e dever da administração. Por falha da administração há neste momento, trabalhadores em funções públicas que não foram avaliados, que não tiveram a sua avaliação relativa ao ano de 2009. Este diploma vem, e bem, corrigir essa situação e corrige a situação permitindo uma avaliação, direi extraordinária, neste momento, mediante requerimento, e com a alteração à qual o PSD também dá o seu acordo, que está apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas que resulta de um debate amplo que tivemos em comissão sobre esta matéria, prevendo a possibilidade de fixação também para estes trabalhadores que não foram objecto de

avaliação em 2009, que não foram classificados em 2009, estarem sujeitos (vamos usar uma linguagem mais comum para todos nos perceberem) a uma quota própria, colocando-os exactamente em pé de igualdade com aqueles trabalhadores que já foram avaliados e que, tendo sido avaliados, preencheram a quota existente. No fundo, cria-se uma quota supra-numerária, digamos assim, para que esses trabalhadores, na mesma proporção, possam ser avaliados correctamente pelos serviços, corrigindo-se uma situação de injustiça.

Esta é a parte boa do diploma.

A parte com a qual o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não concorda e que considera perversa é a parte que prevê um regime de excepção de não submissão à quota que é obrigatória para todos os trabalhadores em funções públicas, criando um regime de excepção para aqueles que exercem funções dirigentes, funções nos gabinetes de apoio aos órgãos de soberania, órgãos de governo próprio da Região, isto é, ao Governo Regional ou à Assembleia Legislativa, aos Grupos Parlamentares, aos presidentes de câmaras ou aqueles que exercem funções políticas a tempo inteiro e até mesmo funções de gestor público.

O Governo com esta iniciativa pretende que todos estes funcionários, estes trabalhadores em funções públicas, que sendo trabalhadores em funções públicas estão a desempenhar funções políticas, não fiquem sujeitos a uma avaliação num regime de quota em igualdade com todos aqueles que estão de facto a desempenhar as suas funções na Administração Pública. Parece-nos que é uma situação injusta, que cria um regime de privilégio para aqueles que estão a desempenhar funções públicas, funções políticas e que não merece o nosso apoio.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata é de que aqueles que estão a desempenhar funções públicas, que são os gestores públicos, que são dirigentes da Administração, devem ser avaliados por ponderação do seu currículo como manda a lei, em igualdade de circunstâncias, sujeitos ao mesmo regime de quotas do que aqueles que estão efectivamente a trabalhar. A não ser assim, estaríamos a criar um regime de diferença, dizendo que há trabalhadores de funções públicas, funcionários públicos, para usar a

terminologia antiga, que são avaliados de uma maneira e outros que são avaliados de outra maneira.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD entende que esta solução é injusta, que cria uma diferenciação que não é aceitável entre aqueles que estão de facto a trabalhar na Administração Pública e aqueles que por razão de serviço público estão a desempenhar funções políticas e não estão efectivamente a trabalhar na Administração Pública. Entendemos que estes não devem ter por esta razão nenhuma diferença na sua avaliação e devem ser colocados em exacto pé de igualdade, tal como sucede hoje com todos aqueles que estão a trabalhar. Esta é a nossa postura até porque, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sra. e Srs. Membros do Governo, e com esta referência termino, uma situação que cria estas desigualdades pode lesar o princípio de igualdade que deve presidir à avaliação de todos os trabalhadores em funções públicas.

Por esta razão, esta parte, que não é boa da solução do diploma que o Governo submete à apreciação do Parlamento, não vai merecer o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota prévia, uma vez que o Sr. Deputado Pedro Gomes se referiu ao requerimento do Bloco de Esquerda, para lhe dizer que nós bem sabemos que o Parlamento não faz negociações colectivas Sr. Deputado. Sobre isso não há a menor dúvida, era só mesmo o que faltava!

Agora há uma coisa que o Parlamento pode fazer: é que a comissão em razão da matéria, neste caso particular a Comissão de Política Geral, tem, do nosso ponto de vista, a legitimidade de remeter um diploma ao Governo, neste caso à Vice-Presidência, se entender que ele está ferido de ilegitimidade ou de ilegalidade. E portanto, o descer à comissão era no sentido de que a comissão, neste caso a

Política Geral, o pudesse remeter para que fosse sanado daquilo que nós entendemos que é uma ilegalidade. Portanto, não se tratava de forma nenhuma de pedir ao Parlamento que fizesse negociações colectivas fosse com quem fosse.

Relativamente ao diploma propriamente dito, e portanto à proposta de Decreto Legislativo Regional que visa proceder à alteração do regime da classificação de serviço com a consagração de uma regra transitória, designadamente para os trabalhadores que exerçam funções dirigentes da Administração Pública e desde logo os que integram os gabinetes de apoio, estou a retomar a síntese esclarecedora do Sr. Vice-Presidente do Governo em sede de comissão.

Relativamente a este diploma bastaria a denúncia de um sindicato, um sindicato que por acaso integra uma central sindical com a qual, tradicionalmente o Partido Socialista tem uma grande facilidade de diálogo. Bastaria este sindicato acusar preto no branco o Governo Regional, de reiteradamente não cumprir o preceito constitucional ilegal, de encetar a negociação com os sindicatos em questões laborais que a isso obrigam, nomeadamente e muito concretamente no que respeita e cito “à fixação ou alteração do regime de classificação de serviço”, bastaria esta situação, dizia eu, para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores ter de se abster, independentemente da bondade e independentemente da mais-valia que em alguns aspectos reconhecemos a este diploma.

Mas se de facto o Governo Regional pretende introduzir alguns factores de justiça nesta matéria, como aparentemente pretende fazer, nós fazemos um convite ao Governo Regional e muito concretamente ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que em vez de estarmos a falar no abstracto, então corrija a injustiça e introduza um factor de harmonização com os trabalhadores do IFAP, a quem o Governo Regional andou a prometer e a comprometer-se durante 3 anos em não os prejudicar na sua antiguidade, nos seus direitos legítimos e adquiridos e agora não assume esse compromisso reiteradamente veiculado, reiteradamente assumido e pelo contrário assume o imóvel, assume a tralha dos materiais, mas aquilo que realmente é importante, que são os direitos dos trabalhadores é posto de lado contra tudo aquilo que os senhores prometeram. Nós não podemos, na opinião do

Bloco de Esquerda, criar um diploma falando de harmonização e de justiça e depois na prática fazer exactamente o contrário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa para uma primeira intervenção.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Sra. e Srs. Membros do Governo:

A presente iniciativa legislativa vem alterar o Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro, nomeadamente no que se refere ao sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na administração pública regional dos Açores (SIADAPRA), que foi implementado, no corrente ano, na generalidade dos serviços e organismos regionais.

Pretende-se com esta alteração tornar a implementação do SIADAPRA mais consentânea e adequada à realidade da estruturação da administração regional, caracterizada, por um lado, pela atomização das unidades orgânicas pelas diversas ilhas e pelos correspondentes cargos dirigentes e de chefia e, por outro, pelo facto de muitos dos seus trabalhadores exercerem, a título transitório, funções de natureza política ou em gabinetes governamentais.

Para a concretização deste objectivo procede-se à alteração do artigo 20.º do citado Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro, no sentido de excluir aqueles trabalhadores das percentagens definidas nos termos da Resolução n.º 2/2010, de 14 de Janeiro, que veio estabelecer o sistema de distinção do mérito e diferenciação dos desempenhos.

Assim, deixam de entrar nas percentagens para efeitos de diferenciação de Desempenho relevante e Desempenho excelente, os trabalhadores que exerçam funções dirigentes na administração pública, os que integrem os gabinetes de apoio dos órgãos de soberania, do governo próprio das Regiões Autónomas, dos Grupos Parlamentares e os presidentes de câmaras ou que exerçam funções políticas a tempo inteiro, e ainda os que exerçam funções de gestor público.

Pretende-se também consagrar uma regra transitória, no sentido de os trabalhadores que não foram objecto de avaliação de desempenho no ano de 2009, por motivos que

não lhes sejam imputáveis, poderem requerer ao respectivo dirigente máximo do serviço a ponderação curricular.

As alterações que agora se pretendem introduzir vêm dar resposta a alguns problemas de aplicação que o SIADAPRA levantou, pelo que vai receber o voto favorável deste Grupo Parlamentar.

Quanto ao problema levantado pelo SINTAP no seu parecer relativamente à falta de negociação colectiva do diploma em causa, e que foi secundado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda no requerimento de baixa à Comissão que votámos na abertura deste debate, somos de opinião que esse facto foi suprido pela audição pública por parte da ALRAA, o que deu oportunidade às associações sindicais e às associações de empregadores de se pronunciarem sobre o mesmo.

E quem quis pronunciar-se pronunciou-se, como sucedeu, aliás, com o SINTAP Açores.

É também importante referir que aquilo que o Regimento dispõe relativamente a esta matéria foi integralmente cumprido, conforme consta do Relatório da Comissão e já aqui foi referido pelo Sr. Presidente dessa mesma comissão.

Para que não restem dúvidas, relembro o que dispõe o artigo 124.º do Regimento, que trata da apreciação de projectos ou propostas sobre legislação do trabalho:

N.º 1 – Tratando-se de legislação do trabalho, a comissão competente promove, através do seu presidente, a apreciação do projecto ou proposta pelas comissões de trabalhadores e associações sindicais, nos termos da Constituição.

N.º 2 – A comissão pode solicitar às comissões de trabalhadores e associações sindicais ou outras entidades, e reforço pode, o envio de sugestões que entenderem convenientes, bem como a audição dos seus representantes.

De referir ainda que estamos perante uma proposta de diploma da iniciativa do Governo Regional, mas podia muito bem tratar-se de um projecto da iniciativa de qualquer Deputado, Representação ou Grupo Parlamentar.

Que procedimentos deviam então ser seguidos?

E, face às disposições regimentais aplicáveis, para que iria servir a nova baixa à Comissão? Para se repetir todo o processo?

É óbvio que isso não faria qualquer sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima para uma primeira intervenção.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o que o diploma em apreço traz é positivo e efectivamente introduz justiça no sistema de avaliação dos funcionários públicos, que até se poderiam considerar prejudicados na sua quota por funcionários que não estando ao serviço efectivo, ou seja, não estando a exercer funções no seu local de trabalho, fossem classificados com nota superior à deles. Portanto, entraria na quota desses funcionários tirando eventualmente a oportunidade de progredir na sua carreira, porque obviamente teriam muito mais pessoas a concorrer para uma quota que é limitada. E portanto, nesse sentido, parece-nos que é claramente um benefício para a Administração Pública Regional. Depois também não vejo, aliás, qualquer privilégio para quem quer seja, porque a alteração que foi aqui introduzida e já foi aqui explicada, corrige. As regras são equitativas na mesma e portanto não há aqui benefício rigorosamente de ninguém no nosso entender. Há sim também a introdução de um factor de justiça para aqueles que exercem funções públicas e nobres de eleitos e que também têm direito a serem classificados e a não perderem regalias do seu local de origem. E isso também é preciso acautelar. Portanto, estamos aqui ao serviço do povo dos Açores, a servir a nossa comunidade, mas também era o que mais nos faltava perder alguma regalia. Não podemos, segundo o nosso Estatuto, perdê-las.

Portanto, acho que é um diploma muito equilibrado, positivo, tanto para os eleitos, como para todos os membros dos órgãos de governo próprio e pessoal dos gabinetes. Daremos, com certeza, da maneira e com a correcção que lhe foi introduzida, o nosso voto favorável a este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo para uma segunda intervenção tem a palavra.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente e começava da mesma forma que o Sr. Deputado Pedro Gomes começou, concordando com parte da sua intervenção e se me permite, discordando de outra.

E concordando absolutamente na explicação que fez em relação à Sra. Deputada Zuraída Soares e depois ao Sr. Deputado Aníbal Pires, em relação à forma da audição dos sindicatos.

Nós estamos perante uma coisa que é importante dizer. A confusão que aqui se gera sobre esta matéria é uma confusão que deriva das centrais sindicais fazerem esses pareceres nas suas sedes em Lisboa e não perceberem a diferença entre aquilo que é a competência legislativa de cada um dos órgãos na Região, e aquilo que é a nível nacional. Porque, como referiu e muito bem o Sr. Deputado Pedro Gomes, o poder legislativo nesta matéria é da Assembleia Legislativa Regional e não do Governo Regional, ao contrário do continente em que esta matéria é competência do Governo e por isso se enquadra no processo negocial. Explique-me como é que o Governo podia negociar com os sindicatos uma matéria para a qual não tem competência legislativa? Chegaríamos ao ponto ridículo de haver ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... um acordo com os sindicatos sobre uma matéria e a Assembleia, que tem a competência legislativa, fazer uma proposta diferente daquela que tinha sido negociada, por isso assim demonstra-se muito facilmente que aquilo a que as centrais sindicais...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... estão a referir-se é àquilo que são as competências a nível nacional e não às competências regionais em que esta matéria é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa Regional e cabe à mesma fazer o processo de audição aos sindicatos da forma como o Sr. Deputado Pedro Gomes aqui referiu. Penso, que de uma vez por todas, esta matéria ficará entendida, tendo o Governo ouvido os sindicatos nos termos que a legislação o permite e o enquadra.

Segunda questão, e esta é a nossa divergência absoluta em relação àquilo que o Sr. Deputado Pedro Gomes disse: é que ao contrário do que pode fazer crer, não resulta deste diploma qualquer benefício adicional para os funcionários da

Administração Pública que exerçam outras funções, não traz com isso qualquer benefício. Quem fica única e exclusivamente beneficiado com este diploma são os trabalhadores da Administração Pública que exercem funções no seu local de trabalho.

Aquilo que o Sr. Deputado disse, permita-me, é uma grande confusão, porque quando se diz que exclui da quota, não é que não deixem de estar sujeitos aos mecanismos e às limitações de classificação e igualdade de circunstâncias com os outros funcionários. Apenas o que acontece é que no âmbito dessa avaliação...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu não disse que estavam excluídas! Faça-me essa justiça.

O Orador: ... que têm, se entrarem no limite das quotas, e para não prejudicar outros funcionários é aumentando, é deduzida a essa percentagem as pessoas que são avaliadas por avaliação ou ponderação curricular. Ou seja, que fique muito claro, que este diploma não traz qualquer benefício adicional para as pessoas que exercem funções fora do seu local de trabalho. Isso que o Sr. Deputado disse não corresponde à realidade. Traz única e exclusivamente vantagens para os outros trabalhadores que não são prejudicados por essa matéria.

E apenas a título informativo, uma questão final, em relação àquilo que foi, penso que dito pela Sra. Deputada Zuraida Soares, em relação à questão do IFAP, essa matéria está perfeitamente resolvida e articulada de forma à sua regularização e integração nos quadros da Administração Pública Regional conforme foi considerado.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a antiguidade foi considerada? O que foi prometido?

O Orador: É exactamente tudo aquilo que legalmente era possível na versão mais favorável para os próprios trabalhadores. Foi aquilo que legalmente tinha enquadramento e exactamente tudo aquilo que deriva num benefício para os funcionários, tendo em conta que passam de um sistema semi-público para um regime público em perfeita igualdade e valorização daquilo que é possível.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi o vosso compromisso!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares para uma segunda intervenção tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para retirar duas ilações da intervenção do Sr. Vice-Presidente.

Primeiro, de acordo com a sua avaliação e leitura jurídica coincidente com a leitura jurídica do Sr. Deputado Pedro Gomes nunca há negociação colectiva. O Parlamento não o pode fazer, o que é evidente, portanto em algumas matérias o Governo também não o pode fazer, ou seja, em determinado tipo e determinados âmbitos não há negociação colectiva porque ninguém a pode fazer, quer dizer, os trabalhadores ficam de fora daquilo que lhes diz respeito.

Quanto ao IFAP, Sr. Vice-Presidente, eu levantei um problema concreto. Foi aqui assumido, neste Plenário, mediante questões levantadas pelo Bloco de Esquerda, mediante perguntas escritas feitas pelo Bloco de Esquerda, mediante intervenção do Grupo Parlamentar na Assembleia da República do Bloco de Esquerda, foi assumido o compromisso pelo Governo Regional, nomeadamente na figura do Sr. Secretário Regional da Agricultura, (tenho aqui a carta da Secretaria) que o tempo de serviço destes trabalhadores nunca seria posto em causa. Não estamos a falar de dois e três anos. Estamos a falar de 17, de 12, de 20, de 10 anos de serviço e aquilo que os senhores estão a fazer é a reintegrar os trabalhadores retirando-lhes a contagem do seu tempo de serviço...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O vencimento é o mesmo.

A Oradora: ... e isso foi um compromisso que o Governo Regional assumiu, compromisso no qual os trabalhadores acreditaram como de boa fé, como uma boa palavra e em que nós, Bloco de Esquerda, também acreditámos quando variadíssimas vezes de maneira formal e até informal, questionámos o Sr. Secretário Regional sobre esta matéria e acreditámos naquilo que o Governo Regional disse.

O tempo de serviço, a antiguidade nunca seria posto em causa, e afinal Sr. Vice-Presidente, é porque na reintegração das carreiras não vão para as categorias a que teriam direito se fosse contado o tempo de serviço tal como é.

Não interessa. O vosso compromisso foi contar o tempo de serviço e a questão era esta Sr. Vice-Presidente não era outra.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para que fique absolutamente clara a posição do PSD. O PSD não quer que os Deputados ou os Membros do Governo tenham privilégios na sua avaliação quando os Deputados ou os Membros do Governo são trabalhadores em funções públicas. Não se trata aqui de retirar privilégios. Este diploma dá privilégios especiais aos titulares dos órgãos de Governo dos Açores, aos adjuntos dos gabinetes, aos chefes dos gabinetes dos Membros do Governo. E porquê?

Porque aos Deputados, aos Secretários Regionais, aos chefes de gabinete, aos adjuntos dos Grupos Parlamentares, aos adjuntos dos gabinetes dos Membros do Governo, quando a regra geral que o Partido Socialista na República e o Partido Socialista nos Açores instituiu de avaliação como um sistema de quotas, contra a qual o PSD esteve e o Partido Socialista votou sozinho na Assembleia da República esta matéria e o PSD nos Açores não acompanhou esta votação, era um sistema injusto de quotas para a avaliação dos trabalhadores da Função Pública, o que é verdade é que hoje o Governo Regional quer que um conjunto não esteja sujeito a este regime de quotas, quer que aqueles que desempenham cargos políticos, os Deputados, os Membros do Governo possam ser avaliados e não estejam sujeitos a quota nenhuma, possam ter uma boa nota...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: ... uma boa classificação enquanto todos aqueles que estão na Função Pública a trabalhar estão sujeitos a um regime injusto de quotas para a sua classificação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: É isto que a proposta do Governo quer, é isto que o Governo quer e é contra isto que o Partido Social Democrata está.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(Vozes inaudíveis da Câmara)

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para que não fique nenhuma dúvida. Todas as pessoas que exercem as funções que estão aqui referidas continuam sujeitas ao regime de quotas e de avaliação, não há aqui nenhum benefício introduzido para esta matéria, mantêm-se sujeitos, como qualquer outro trabalhador, ao regime de quotas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O senhor acabou de dizer que não contavam para as quotas.

O Orador: A única coisa que faz é que como têm um tipo de avaliação diferente, se estiverem integrados e se integrarem o limite da classificação máxima, nos casos em que integrarem não prejudicam os restantes trabalhadores.

Portanto, repito para que não fique quaisquer dúvidas, os trabalhadores da Administração Pública que exercem as funções aqui enquadradas mantêm-se em igualdade de circunstâncias com os outros funcionários do regime de quotas. Esta proposta beneficia única e exclusivamente os trabalhadores da Administração Pública que exercem funções no seu local inicial de trabalho.

Que fique claro para que não exista nenhuma dúvida.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Pedro Gomes, com todo o respeito, às vezes as coisas devem ser concretizadas. Vossa excelência falou de uma data de privilegiados entre os quais eu me incluo e certamente outros nesta casa e eu não me sinto privilegiado. O que eu não posso é legalmente ser prejudicado, pelo facto de não estar a fazer formação no meu local de trabalho, não ter desempenho no meu local de trabalho, porque estou a desempenhar outras funções. Portanto, tenho que ter um modelo diferente de avaliação ...

Deputado João Costa (PSD): Está por opção, Sr. Deputado!

O Orador: ... não posso ser sujeito ao mesmo sistema porque seria extremamente penalizador para mim. E eu já fiz as contas. Para mim ou para todos quantos são funcionários públicos e estão nesta Casa. Portanto, o que é preciso aqui compagnar são duas coisas. Por um lado, eu tenho que ter um regime que se adequa à realidade concreta que eu vivo neste momento. Por outro lado, é preciso salvaguardar ...

Deputado João Costa (PSD): Tem que ter uma quota só para si!

O Orador: ... que os que estiveram efectivamente a desempenhar as funções no local de trabalho, não são prejudicados pela classificação que eu eventualmente venha a obter em função deste regime que me é adequado e que é adequado à minha realidade concreta. Portanto é para equilibrar...

Deputado João Costa (PSD): Qual é a sua quota?

O Orador: ... estas duas situações que se exclui as eventuais classificações de excelente que eu ou outro na minha situação e circunstância possamos ter, para não prejudicar aqueles que estão efectivamente a desempenhar funções no serviço ou no departamento.

Não vejo sinceramente, que isto prejudique aqueles que estão efectivamente em funções e não vejo que isto seja nenhum benefício, digamos, desmesurado, ou algum privilégio desgraçado para aqueles que estão neste Parlamento, estão no Governo ou estão em qualquer outra posição de chefia.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados creio que podemos, não havendo mais inscrições, passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Diga, Sr. Deputado? Quer repetir a votação? Com certeza. Vamos então repetir a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a proposta foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 15 votos contra do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Na especialidade o diploma tem quatro artigos. O primeiro artigo não é objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver objecção da Câmara eu punha-o à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o artigo primeiro façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 15 votos contra do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O artigo segundo é objecto de uma proposta de alteração advinda da comissão e subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Eu vou colocá-la à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo segundo da proposta com as alterações que acabam de lhe ser introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 15 votos contra do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo terceiro há uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, que altera o n.º 4 do respectivo art. 3.º. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo terceiro da proposta com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora, advinda da comissão e subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a proposta de aditamento do art. 3.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo quarto da proposta para o qual não existe qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 15 votos contra do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: E está, Sras. e Srs. Deputados, na altura de terminarmos os nossos trabalhos. Retomamos amanhã com o PTAP às 10 horas da manhã.

Muito boa noite e bom jantar.

(Eram 20 horas e 7 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Herberto Santos da Rosa

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados:

1 – Correspondência:

Assunto: Ofício a informar a eleição da Mesa, bem como a constituição da Comissão Eventual para analisar a aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores, sendo eleitos na reunião do passado dia 21 de Setembro, a Presidente Maria da Piedade Lalanda (PS), Relator, Alexandre Pascoal (PS) e Secretário, Francisco Álvares (PSD)

Proveniência: A Presidente, Maria Piedade Lalanda

Data de Entrada: 2010.09.21

Referência: 38.16.01/IX.

2 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: Patinódromo da Madalena é incompatível com tradições de “Última Hora”

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2010.09.21

Referência: 54.06.06 – N.º 314/IX.

ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 314/IX – PATINÓDROMO DA MADALENA É INCOMPATÍVEL COM TRADIÇÕES DE “ÚLTIMA HORA”

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n.º 314/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Moniz, do BE. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. A propriedade da referida instalação não é do Governo dos Açores, mas sim do Município da Madalena. Assim sendo, não existindo nenhum direito de utilização da referida infra-estrutura por parte da Direcção Regional da Cultura, apenas ao Município compete decidir sobre o destino ou utilização da mesma.
2. Não compete à Direcção Regional do Desporto este licenciamento pelos motivos acima expostos.
3. Não foi atribuída classificação à praça de toiros em apreço. As praças amovíveis serão objecto de classificação através de deliberação da Comissão Regional de Tauromaquia, cuja constituição se encontra em curso. Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º11/2010/A, de 16 de Março, “As praças de toiros para as quais não tenha sido requerida a classificação são consideradas como “Não Classificadas”, sendo-lhes aplicável o disposto no presente Regulamento para as praças de 3ª categoria.”

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete: Hermenegildo Galante

Pela redactora: Ana Sofia Pereira da Silva Machado